

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS PARA O
ENSINO SUPERIOR NO SERTÃO DA BAHIA

AMÓS ALVES SANTOS
ANTONIO ZACARIAS BATISTA DE OLIVEIRA
ELAINE DE ARAÚJO CARNEIRO
(ORGANIZADORES)



EDITORA

ILUSTRAÇÃO

AMÓS ALVES SANTOS
ANTONIO ZACARIAS BATISTA DE OLIVEIRA
ELAINE DE ARAÚJO CARNEIRO
(ORGANIZADORES)

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Contribuições Acadêmicas para o
Ensino Superior no Sertão da Bahia

Editora Ilustração
Santo Ângelo – Brasil
2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

Editor-gerente: Fábio César Junges

Capa: Canva

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

E82 Estudos interdisciplinares [recurso eletrônico] : contribuições acadêmicas para o ensino superior no Sertão da Bahia / organizadores: Amós Alves Santos, Antonio Zacarias Batista de Oliveira, Elaine de Araújo Carneiro. – Santo Ângelo : Ilustração, 2025.
184 p. : il.

ISBN 978-65-6135-213-0

DOI 10.46550/978-65-6135-213-0

1. Educação. 2. Ensino superior. 3. Ensino-aprendizagem. I. Santos, Amós Alves (org.). II. Oliveira, Antonio Zacarias Batista de (org.). III. Carneiro, Elaine de Araújo (org.).

CDU: 378

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



Crossref



E-mail: ilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Whatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánchez	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Edegar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSC, Florianópolis, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	ATITUS, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas ad hoc.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	11
Amós Alves Santos	
Antonio Zacarias Batista de Oliveira	
Elaine de Araújo Carneiro	
EIXO 1: EDUCAÇÃO: O MOTOR DA TRANSFORMAÇÃO, RESILIÊNCIA E ASCENSÃO SOCIAL.....	15
Capítulo 1 - O ENSINO SUPERIOR COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO SERTÃO DA BAHIA.....	17
Amós Alves Santos	
Elaine Silva Rodrigues	
Capítulo 2 - REFLETINDO SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	29
Rodrigo da Rocha Barros	
Vanessa Caetano de Souza	
Capítulo 3 - PEDAGOGIAS EMERGENTES E A VISÃO INTEGRATIVA DA PEDAGOGIA WALDORF.....	45
Elaine de Araújo Carneiro	
Capítulo 4 - ESTRESSORES RELACIONADOS À SÍNDROME DE BURNOUT NO TRABALHO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	55
Lucas Miranda	
Lorena de Matos Barreto	

EIXO 02: SAÚDE E ACOLHIMENTO: O OLHAR SENSÍVEL À COMPLEXIDADE HUMANA.....71

Capítulo 5 - A INCIDÊNCIA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NOS MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR DE USUÁRIOS DE ÁLCOOL..... 73

Manuela Simões Ramos Lima

Capítulo 6 - RELIGIÃO E SAÚDE MENTAL NA JUVENTUDE: FATOR DE PROTEÇÃO OU RISCO? 87

Hayanne Adler Carvalho Lima

Alana Silva Almeida de Menezes

Capítulo 7 - ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA EM SAÚDE PÚBLICA NA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO JACUÍPE/BA 97

Maria Daiane Ferreira Da Cunha Araújo

Capítulo 8 - A IMPORTÂNCIA DA MUDANÇA DE DECÚBITO À PACIENTES EM UTI: ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM..... 113

Catarina Vieira da Cunha

EIXO 03: GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E DIREITO: CONSTRUINDO O FUTURO ESTRUTURADO125

Capítulo 9 - EMPREENDEDORISMO E A RETENÇÃO DE JOVENS TALENTOS: UM ESTUDO SOBRE SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS E MÉDIOS MUNICÍPIOS BAIANOS..... 127

Antonio Zacarias Batista de Oliveira

Sonaide Souza Santos Oliveira

Andreson Corte Ferreira da Silva

Capítulo 10 - GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA ADAPTATIVA: COMO GERIR EQUIPES EM TEMPOS DE MUDANÇA DESTACANDO O ESTADO DA BAHIA	153
--	-----

Lucas Silva de Macêdo

Capítulo 11 - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE) – CELERIDADE E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO TJBA.....	165
---	-----

Tarcisio Gomes Leite Junior

SOBRE OS ORGANIZADORES	181
------------------------------	-----

PREFÁCIO

É com uma alegria genuína, que se mistura ao profundo senso de dever e de paixão pela pesquisa, que lhes apresentamos este volume. Na condição de professores e pesquisadores que dedicaram anos à vida acadêmica — e, sobretudo, à compreensão das dinâmicas regionais — sentimo-nos honrados em organizar a coletânea «Estudos Interdisciplinares: contribuições acadêmicas para o ensino superior no Sertão da Bahia.»

Esta obra é muito mais do que a mera justaposição ou a soma dos seus capítulos individuais; ela é, em essência, a materialização vibrante de um sonho coletivo e de um projeto intelectual necessário e pertinente. O livro reflete o esforço incansável e a dedicação muitas vezes silenciosa de professores e pesquisadores que, com rigor metodológico e paixão pela docência e pela pesquisa, aceitam o desafio diário de gerar conhecimento com relevância imediata e significado social duradouro para o nosso Sertão. Se tradicionalmente as paredes das faculdades e dos centros de pesquisa são percebidas como guardiãs de saberes eruditos, este livro representa o gesto concreto e humanizador de abrir amplamente essas portas, permitindo que a luz da ciência e da reflexão crítica se irradie e chegue, de forma acessível e transformadora, a cada gestor, profissional, estudante e cidadão da comunidade. É o conhecimento deixando o claustro para dialogar com a vida real.

A interdisciplinaridade, o fio condutor que nos guia nesta jornada, não é adotada aqui como uma simples convenção acadêmica, mas como um reflexo honesto da própria complexidade intrínseca da vida e da realidade regional. Na prática, sabemos que os desafios do Sertão — sejam eles educacionais, de saúde pública ou de desenvolvimento econômico — não se apresentam em caixas estanques, e, portanto, não podem ser resolvidos com olhares unilaterais e isolados. Por isso, esta coletânea tece uma rica e coesa malha de saberes e metodologias, articulada intencionalmente em torno de três eixos fundamentais que se interpenetram e sustentam o avanço e o desenvolvimento humano integral na região: Educação e Inovação Pedagógica, como motor da transformação, resiliência e ascensão social; Saúde Mental, Bem-Estar e Acolhimento como um olhar sensível à complexidade humana; e Gestão, Desenvolvimento e Direito, que fornece o arcabouço e a estrutura para o crescimento sustentável.

1. Educação: o motor da transformação, resiliência e ascensão social

O Sertão da Bahia, com sua rica e secular história de lutas e resiliência inabalável, sempre soube que a chave mestra para superar desafios e garantir a verdadeira ascensão social está na educação. O artigo central que abre esta seção, *O Ensino Superior como Instrumento de Transformação Social no Sertão da Bahia*, não é apenas uma análise; é uma declaração de fé na capacidade de nossas instituições acadêmicas de ir além da formação técnica. Ele resgata e fundamenta essa crença, demonstrando a potência inexorável das universidades e faculdades da região em moldar o futuro, capacitando líderes, inovadores e cidadãos conscientes, e transformando o conhecimento em capital social e econômico que circula e enriquece a comunidade local.

A partir desse marco, os autores nos convidam a um processo de autoavaliação e renovação contínua de nossas práticas pedagógicas. A reflexão crítica sobre a Avaliação da Aprendizagem é um ponto de partida crucial, pois nos força a questionar se estamos, de fato, medindo o conhecimento ou apenas a memorização, e a buscar métodos que respeitem o ritmo e a diversidade do estudante sertanejo. Paralelamente, a exploração de modelos alternativos, como a Pedagogia Waldorf, serve como um lembrete vigoroso de que o aprendizado deve ser holístico e integral, cultivando a cabeça, o coração e as mãos. E, com uma sensibilidade necessária, olhamos para quem está na linha de frente: o estudo sobre a Síndrome de Burnout no Trabalho de Professores do Ensino Fundamental é, antes de ser uma pesquisa, um abraço solidário e um apelo urgente. É um chamado à gestão e à sociedade para cuidarmos e protegermos a saúde mental e a qualidade de vida daqueles que dedicam suas vidas a nos ensinar e a construir o futuro.

2. Saúde e acolhimento: o olhar sensível à complexidade humana

Neste eixo, a saúde — e, de forma particularmente crítica, a saúde mental — emerge como um tema de profunda humanidade e urgência social. Os artigos representam um convite sincero e necessário para que a academia e a sociedade olhem com sensibilidade e compaixão para as dores que frequentemente permanecem ocultas nos bastidores da vida comunitária. Mergulhamos em realidades difíceis, como o Sofrimento

Psíquico nos Membros do Núcleo Familiar de Usuários de Álcool, um estudo que ilumina as vítimas invisíveis de uma doença que atinge todo o sistema familiar. Da mesma forma, questionamos a delicada e complexa fronteira entre Religião e Saúde Mental na Juventude, buscando discernir onde a fé se estabelece como um poderoso fator de proteção e âncora psicológica ou se, em certas circunstâncias, pode configurar um risco que exige atenção clínica. Essa seção é vital para formar profissionais capazes de intervir com ética, conhecimento e um olhar integral para a pessoa.

No plano mais palpável da assistência e do cuidado direto, a importância insubstituível do profissional de saúde é sublinhada com clareza. O rigor técnico e a dedicação ao paciente são apresentados como elementos centrais para a qualidade de vida. Isso se manifesta desde a Atuação Estratégica do Nutricionista em Saúde Pública, promovendo o bem-estar alimentar e a prevenção de doenças crônicas em municípios do Sertão, como Riachão do Jacuípe, até a dedicação e o conhecimento técnico da equipe de enfermagem, cujo cuidado é absolutamente vital e salva vidas no ambiente de alta complexidade. O artigo sobre a Importância da Mudança de Decúbito a Pacientes em UTI é um lembrete poderoso de que os gestos mais básicos de cuidado são, na verdade, os mais sofisticados e cruciais para evitar complicações, mostrando que o conhecimento acadêmico se traduz diretamente em dignidade e recuperação para o paciente internado.

3. Gestão, desenvolvimento e direito: construindo o futuro estruturado

O progresso contínuo do Sertão da Bahia exige, fundamentalmente, boa gestão, planejamento estratégico e uma visão inabalável de futuro. Este eixo da coletânea pulsa com o ritmo econômico e administrativo da Bahia, examinando as estruturas que impulsionam ou, por vezes, restringem o crescimento. Duas questões cruciais e interligadas são postas em pauta: o capital humano e a liderança. Como reter nossos talentos mais promissores? O estudo sobre Empreendedorismo e a Retenção de Jovens Talentos oferece mais do que diagnósticos; ele propõe caminhos concretos e políticas públicas para fixar a inteligência e a inovação nos pequenos e médios municípios, transformando a evasão de cérebros em oportunidades locais. E, em um cenário global marcado por rápidas e constantes rupturas, como liderar em tempos incertos? A análise da Liderança Adaptativa surge como uma resposta robusta, fornecendo o framework teórico e prático

para gestores que precisam conduzir suas equipes e organizações através da mudança, transformando a instabilidade em alavanca de crescimento.

Por fim, a Justiça e a Governança constituem o alicerce de qualquer sociedade desenvolvida. O artigo que examina o Processo Judicial Eletrônico (PJe) no TJBA é um lembrete categórico de que a modernização não é um luxo opcional, mas sim uma necessidade intrínseca à efetividade democrática. A adoção de ferramentas tecnológicas na área do Direito visa garantir a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional, assegurando que os direitos cheguem a todos os cidadãos, do litoral ao mais longínquo rincão do interior baiano, com equidade e transparência. Este tema encerra a obra, sublinhando que a estrutura legal e administrativa deve caminhar de mãos dadas com a educação e a saúde para que o sonho do desenvolvimento pleno no Sertão da Bahia seja, de fato, alcançado.

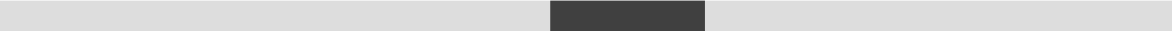
O Convite Final: Conhecimento com Afeto

Ao finalizarmos este prefácio, o que permanece é a certeza de que a pesquisa acadêmica, quando profundamente ligada ao seu território, torna-se um ato de amor e compromisso social.

Que os leitores sintam-se inspirados pela coragem e pela competência dos autores. Que este livro seja uma ferramenta prática para a sala de aula, o consultório, o gabinete de gestão e, acima de tudo, para a reflexão sobre como podemos, juntos, construir um Sertão da Bahia cada vez mais próspero, justo e saudável.

Com sincero reconhecimento a todos que tornaram esta obra possível,

Amós Alves Santos
Antonio Zacarias Batista de Oliveira
Elaine de Araújo Carneiro
(Organizadores)



EIXO 1

EDUCAÇÃO: O MOTOR DA TRANSFORMAÇÃO, RESILIÊNCIA E ASCENSÃO SOCIAL

O ENSINO SUPERIOR COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO SERTÃO DA BAHIA

Amós Alves Santos¹

Elaine Silva Rodrigues²

Introdução

O ensino superior é um instrumento de intervenção social, pois a formação educacional e profissional realizada por esse nível de educação promove transformações sociais, educativas e econômicas, na localidade como também diretamente nas vidas das pessoas que se inserem no mundo acadêmico da universidade.

Nesse sentido, precisamos entender o papel do ensino superior na região do sertão baiano. O debate sobre a interiorização da educação superior na Bahia ganhou corpo a partir da década de 1960, quando movimentos regionais passaram a reivindicar acesso à formação universitária como direito social. Costa sintetiza esse processo ao notar que a criação das quatro universidades estaduais, conforme Costa;

surge [...] como **expressão de setores da sociedade civil, em diversas regiões, pela conquista do direito à educação universitária**, orientada por valores coletivos que favorecem uma vida sociopolítica democrática (COSTA, 2012.)

O direito à educação é uma obrigação constitucional, em que o Estado tem o dever de promover, e nesse sentido, entram as universidades estaduais, cumprindo sua obrigação de incluir a sociedade na esfera educativa superior.

-
- 1 Advogado e Professor Universitário. Doutor em Direito. Mestre em Teologia, Gestão e Ética. Especialista em Direito Civil, Direito Educacional e Didática do Ensino Superior. Licenciado em Pedagogia. Bacharel em Teologia, Administração e Direito.
 - 2 Doutora em Direito. Mestra em Ciências da Saúde. Especialista em Conciliação e Mediação, Auditoria e Perícia, Direito Penal e Processual Penal, Educação, Direito Público, Direito do Trabalho e Previdenciário, Terapia Cognitivo-Comportamental e Recursos Humanos. Graduada em Direito, Odontologia e Psicologia.

Cabe destacar as condições socioeconômicas do interior da Bahia, tendo em vista que o poder aquisitivo é baixo e muitas localidades ainda são rurais e pouco desenvolvidas. Essas características vêm aos poucos mudando com a inserção do ensino superior, possibilitando que gerações futuras tenham um grau de formação profissional e educacional mais elevado, contribuindo para a reconfiguração da localidade onde estão inseridos.

Referencial teórico e metodologia

O marco teórico ancora-se em estudos sobre expansão do ensino superior, interiorização e desenvolvimento regional, bem como em análises de políticas de acesso e financiamento estudantil. Dialoga-se com contribuições que examinam a relação entre universidade, transformação social e qualificação profissional, incluindo abordagens sobre o papel das IES privadas e a capilaridade territorial do sistema (CARVALHO et al., 2022; CARVALHO; SOARES; GONÇALVES, 2020; COSTA, 2012; RODRIGUES, 2016; UNIVERSIDADE e transformação social, 2018). Para a dimensão empírica do debate, mobilizam-se documentos e dados secundários de órgãos oficiais e setoriais (INEP, 2024; BRASIL/MEC, 2024; 2025).

Delineamento metodológico

A pesquisa adota abordagem qualitativa-descritiva, de natureza bibliográfica e documental. Como estudo bibliográfico, sistematiza e interpreta a produção acadêmica pertinente ao tema; como estudo documental, examina normas, relatórios e notas técnicas de domínio público, tomando-os como evidências secundárias para compreensão do fenômeno investigado.

Seleção bibliográfica

O corpo bibliográfico compreende livros, capítulos e artigos que tratam de: (i) expansão e interiorização do ensino superior; (ii) inclusão regional e políticas de acesso; e (iii) universidade e desenvolvimento social. O corpus documental reúne o Censo da Educação Superior (resumo técnico), comunicados oficiais e páginas institucionais do MEC sobre

programas de acesso e financiamento estudantil. Os materiais foram selecionados por relevância temática, atualidade e aderência aos objetivos do estudo, privilegiando fontes com escopo nacional e análises aplicadas ao contexto brasileiro.

Procedimentos de análise

Empregou-se análise temática para identificar categorias recorrentes no material bibliográfico (expansão, acesso, permanência, qualificação profissional, desenvolvimento regional) e análise descritiva dos documentos oficiais, com leitura analítica das séries e indicadores disponibilizados. As categorias foram consolidadas por convergência de achados entre literatura e documentos, buscando coerência interna do argumento e alinhamento às perguntas de pesquisa.

Resultados e discussão

A expansão do ensino superior no Brasil convive com um desafio central, para ampliar o acesso efetivo e a permanência dos jovens na universidade, considerando as políticas e programas criados para facilitar o ingresso dos estudantes nos cursos superiores.

Este artigo introduz a discussão sobre a relação entre expansão, formação e qualificação profissional, considerando os obstáculos recorrentes à inclusão e à conclusão dos cursos. O propósito é situar, de modo sintético, o problema de pesquisa e os contornos da investigação, sem extrapolar os dados apresentados no texto-base.

A expansão do ensino superior

Ao tratarmos de um tema tão importante, não podemos deixar de abordar a questão do acesso ao ensino, especificamente ao ensino superior, objeto deste estudo. Nesse sentido, precisa-se repensar o formato e a política de acesso à educação superior, tendo em vista que tal questão é primordial para o desenvolvimento do sistema de inclusão e acessibilidade ao referido grau de formação.

Se tratando de política e programas de acesso ao ensino superior, temos de citar o FIES como meio de acesso ao ensino superior privado, nesse sentido Carvalho, aponta os seguintes dados.

Apesar das políticas recentes para ampliação e acesso ao ensino superior, o número de brasileiros que concluem esse nível ainda é muito pequeno. É preciso tratar as políticas educacionais como prioridade nacional, sobretudo programas como o Fies. Do total de 200 milhões de habitantes, 24 milhões têm entre 18 e 24 anos; apenas 3,5 milhões (15 %) cursam a universidade. (CARVALHO et al., 2022, p. 140.)

Conforme apontam os dados acima citados, considerando que somente 15% (quinze por cento) dos jovens cursam o grau superior, o que já demonstra o déficit de estudantes, comparando-se aos de 24 milhões. Assim, tem-se pouco mais de 3 milhões de estudantes, demonstrando a baixa inclusão de jovens no referido ensino.

Tendo em vista que, a meta do plano nacional de educação era atingir pouco mais e 30% dos jovens, para inseri-los no ensino superior, isso até o ano de 2024, conforme aponta Carvalho, vejamos.

Alcançar a taxa de escolarização líquida de 33 % dos jovens de 18-24 anos na universidade até 2024 não é tarefa fácil. Nos últimos dez anos, o número de concluintes do ensino médio cresce pouco diante do aumento de vagas no superior. Persistem evasão elevada e carências na formação básica, exigindo esforço extra para cumprir a meta do Plano Nacional de Educação. CARVALHO et al., 2022, p. 137-13)

Considerando os dados apontados por Carvalho, tais números apontam o déficit escolar superior, tendo em vista o reflexo de uma educação básica frágil e de políticas que não atingem suas metas de forma efetiva.

Formação, qualificação profissional

É um fato que, o ensino superior qualifica e forma pessoas em profissionais capacitados, lavando as construírem uma sociedade mais inteligente e mais produtiva.

A formação escolar, além de ser o instrumento de construção social que habilita as os indivíduos para o convívio social, também é uma ferramenta de construção profissional onde as pessoas se tornam técnicas e desenvolvem habilidades que irão corroborar com a manutenção da sociedade, como também com a própria realidade do indivíduo que se escolarizou no decorrer do processo educativo instituído e promovido pelo sistema educacional proposto pelo Estado, seja na rede pública ou privada.

A expansão do ensino superior brasileiro é peça chave para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país; contudo, seu

potencial transformador só se realiza quando há acesso amplo, permanência garantida e qualidade acadêmica efetiva.

O valor social da graduação aparece com nitidez no livro *Educação, docência e saberes no Alto Sertão da Bahia*. (Editora CRV, 2022). Como registram os autores, o diploma superior “habilita as pessoas para o convívio social” e, simultaneamente, “forja profissionais capazes de sustentar a sociedade do conhecimento” (RODRIGUES, 2016. P. 140). A mesma obra lembra que, na rede particular, “73 % dos alunos vieram do ensino médio público”, o que revela o peso dos jovens de baixa renda entre os matriculados. (RODRIGUES, 2016. P. 139)

Apesar dos avanços, o Censo da Educação Superior 2023 indica que a taxa líquida chegou a 25,9 % — ainda aquém da meta de 33 % fixada pelo Plano Nacional de Educação (Meta 12) (INEP, 2023). Isso significa que quase três em cada quatro brasileiros de 18-24 anos permanecem fora da universidade, limitando seu crescimento profissional e a produtividade do país.

Para enfrentar o persistente hiato no acesso e na permanência no ensino superior brasileiro, sobretudo entre os segmentos mais vulneráveis da população, políticas públicas de financiamento e programas de bolsas de estudo continuam exercendo um papel decisivo. Iniciativas governamentais recentes evidenciam esse compromisso. Em fevereiro de 2025, o Ministério da Educação anunciou: “Prouni 2025 tem 197 mil pré-selecionados para o 1º semestre, aliviando o custo das mensalidades para estudantes de baixa renda”. (BRASIL, MEC, 2025)”

Essa ação promove não apenas o ingresso, mas também a permanência de estudantes em cursos de graduação, contribuindo para a equidade educacional e o enfrentamento das desigualdades históricas que marcam o sistema de ensino superior no Brasil.

No mesmo sentido, outra medida relevante é a campanha de renegociação de dívidas educacionais, promovida pelo governo federal: “Desenrola Fies: 844 mil estudantes ainda podem renegociar dívidas”. (BRASIL, MEC, 2024)

Essa política reforça a importância de oferecer alternativas concretas para a retomada dos estudos por aqueles que, em razão da inadimplência, foram forçados a interromper sua formação. Tais ações revelam o reconhecimento de que o ensino superior deve ser tratado como um bem público essencial ao desenvolvimento humano e social.

Outro vetor fundamental de inclusão é a interiorização do ensino superior. A expansão de instituições educacionais para além das capitais e regiões metropolitanas permite não apenas o acesso à formação profissional, mas também a dinamização de economias locais e a promoção de transformações sociais significativas. Conforme destaca Carvalho.

Mais de 1.520 faculdades de pequeno e médio porte exercem forte efeito multiplicador sobre toda a economia regional, atendendo a cerca de um milhão de alunos em 600 municípios fora dos grandes centros. (CARVALHO et al., 2020, p. 146.)

Ao levar cursos superiores a regiões historicamente desassistidas, essas Instituições de Ensino Superior (IES) fomentam o emprego, a inovação e a mobilidade social local, promovendo o fortalecimento das comunidades em que estão inseridas. Além disso, evitam o êxodo de jovens para os grandes centros urbanos e permitem a formação de profissionais que permanecem em suas localidades de origem, colaborando para o desenvolvimento regional sustentável.

Importa, finalmente, reconhecer que o ensino superior particular representa um dos pilares para o desenvolvimento social e econômico do país. Apesar dos inúmeros desafios enfrentados pelas IES privadas, especialmente a instabilidade jurídica e financeira causada por um excesso de regulamentação, tais instituições têm cumprido um papel de elevada relevância na formação de cidadãos e no avanço das atividades acadêmicas. Conforme observa Rodrigues.

O setor vem cumprindo seu papel de inclusão social, de formação de cidadãos e de desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, fundamentais para o crescimento sustentado do Brasil. (RODRIGUES, 2016, p. 64)

Esse protagonismo reflete a capacidade de adaptação das IES privadas, que têm se expandido em diferentes formatos e regiões, mantendo seu compromisso com a qualidade, a inclusão e a responsabilidade social.

Em síntese, o ensino superior já demonstra, de forma concreta, sua capacidade de qualificar indivíduos, dinamizar economias regionais e promover mobilidade social. A consolidação de políticas públicas de acesso e permanência, aliada ao fortalecimento da atuação das IES nos territórios mais vulneráveis, especialmente no interior do país, constitui elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e desenvolvida.

Universidade, conhecimento e compromisso social

Ao tratarmos de evolução social, é primordial os aspectos educacionais envolvidos, tendo em vista que o grau de conhecimento escolar e técnico tem grande relevância.

A universidade tem um papel fundamental para a configuração sociocultural socioeconômica do local onde ela está inserida.

Os entrevistados convergem ao definir a universidade como instituição pública comprometida: “é produtora de conhecimento, agente de transformação social, difusora de ética e detentora de compromisso político, voltado à solução de problemas regionais”. Essa percepção sustenta políticas extensionistas que aproximam saber acadêmico de demandas locais. (COSTA, 2012, p. 171)

É o “conhecimento” que propicia o crescimento social, considerando que a sociedade depende de terminados compromissos por parte do Estado, mas também por parte de cada pessoa que compõe ela, pois são as pessoas que produzem e fazem a construção do conhecimento acadêmico e escolar superior, um instrumento de reconstrução social aplicando e intervindo diretamente no seio da sociedade.

Nesse contexto, a universidade, entendida como locus privilegiado de produção e difusão do conhecimento, exerce papel essencial na promoção do desenvolvimento humano, social e econômico. Os cursos superiores, em suas múltiplas áreas do saber, corroboram de maneira significativa para a constante evolução e transformação da sociedade, formando profissionais capacitados e críticos, capazes de intervir nas realidades complexas que se apresentam no século XXI.

Todavia, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, persiste o desafio de consolidar uma universidade verdadeiramente inclusiva e democrática. Tal desafio consiste em enfrentar as desigualdades históricas de acesso e permanência no ensino superior, especialmente no que tange aos segmentos mais vulnerabilizados da população brasileira. É necessário, portanto, combater as estruturas excludentes ainda presentes nas políticas educacionais, promovendo uma ruptura com os modelos elitistas e restritivos que historicamente moldaram a educação superior no Brasil.

Nesse sentido, conforme adverte o documento Universidade e Transformação Social.

a universidade evoluiu para atender às demandas sociais, culturais e econômicas de uma sociedade em transformação. Contudo, para o século XXI terá de reinventar-se: o desafio é maior que reformar, é criar uma instituição nova, aberta às necessidades do mundo e aos estudantes que hoje ela ainda exclui (GONÇALVES, J. R. 2018. P. 50-51).

A citação evidencia a urgência de ressignificar o papel da universidade, de modo que ela atue como instrumento de justiça social, ampliando suas fronteiras para além dos muros institucionais.

Acrescente-se, ainda, que o sistema público de ensino superior, embora fundamental para a consolidação de uma sociedade mais equânime, não possui, isoladamente, condições materiais e estruturais de atender à complexa e heterogênea demanda educacional do país. Essa limitação é ainda mais acentuada nas regiões interioranas, onde o acesso à educação superior historicamente foi negligenciado. Tal realidade impõe a necessidade de articulação entre os setores público e privado, na perspectiva de uma ação complementar e articulada, voltada à ampliação da cobertura territorial do ensino superior.

Nesse cenário, as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, especialmente as pequenas e médias faculdades, desempenham papel estratégico no processo de interiorização e democratização do acesso ao ensino superior. Segundo o estudo Interiorização e Inclusão Regional.

das IES particulares, 1.520 são pequenas e médias faculdades que interiorizam o ensino superior em 600 municípios, atendendo mais de 1 milhão de alunos. Essas instituições levam formação profissional a regiões antes desassistidas, ampliando a inclusão educacional e social fora dos grandes centros urbanos (CARVALHO, L. M. 2020. p. 146)

Esse dado ilustra o impacto significativo dessas instituições na promoção da equidade educacional, contribuindo para o desenvolvimento local e regional e para a formação de capital humano qualificado em áreas estratégicas.

Dessa forma, é imprescindível reconhecer a pluralidade do sistema de ensino superior brasileiro e valorizar a contribuição das instituições privadas como agentes ativos na consolidação de uma educação superior inclusiva, acessível e comprometida com as transformações sociais. O fortalecimento de políticas públicas que incentivem parcerias, regulação adequada e financiamento estudantil é fundamental para assegurar a sustentabilidade e a qualidade desse processo.

Contribuições do ensino superior para uma transformação socio-cultural no interior da Bahia

A educação superior constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável de uma nação, pois possibilita não apenas a formação técnica e científica de profissionais, mas também o fortalecimento da cidadania, da consciência crítica e da mobilidade social. No contexto da Bahia, Estado com a maior extensão territorial da região Nordeste e detentor de um número expressivo de municípios — mais de quatrocentas cidades —, a promoção efetiva da educação superior enfrenta desafios estruturais, logísticos, econômicos e socioculturais.

A distribuição geográfica desigual de oportunidades educacionais reflete uma realidade marcada por fortes assimetrias regionais. O interior do Estado, especialmente as regiões do semiárido e do sertão baiano, apresenta limitações históricas em infraestrutura, acesso à informação, redes de transporte e conectividade digital, dificultando o pleno acesso da população a instituições de ensino superior, notadamente públicas. Tal cenário contribui para a perpetuação de desigualdades sociais e econômicas, restringindo o desenvolvimento local e a emancipação de comunidades interioranas.

Nesse sentido, torna-se imprescindível destacar a relevância das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, sobretudo as pequenas e médias faculdades, como protagonistas na interiorização e democratização do ensino superior na Bahia. Essas instituições têm desempenhado um papel estratégico ao levarem cursos de graduação a municípios antes desassistidos, atendendo a uma demanda social reprimida e colaborando para a formação de capital humano local. De acordo com o relatório Interiorização e Inclusão Regional;

das IES particulares, 1.520 são pequenas e médias faculdades que interiorizam o ensino superior em 600 municípios, atendendo mais de 1 milhão de alunos. Essas instituições levam formação profissional a regiões antes desassistidas, ampliando a inclusão educacional e social fora dos grandes centros urbanos (CARVALHO, L. M. 2020. p. 146).

A atuação dessas instituições no interior baiano tem promovido não apenas o acesso ao ensino superior, mas também gerado impactos socioculturais expressivos. A presença de cursos de graduação em cidades de pequeno e médio porte tem contribuído para a dinamização da economia local, fortalecimento das identidades culturais, estímulo à permanência dos jovens em suas comunidades e valorização dos saberes regionais. Além disso,

amplia-se o horizonte de possibilidades para os indivíduos, reduzindo-se o êxodo juvenil e favorecendo trajetórias educacionais e profissionais que, antes, estavam restritas aos grandes centros urbanos.

Por outro lado, é importante reconhecer a ausência de políticas públicas robustas e abrangentes voltadas à interiorização do ensino superior público no Estado da Bahia. A oferta estatal ainda se concentra nas sedes regionais ou metropolitanas, sendo insuficiente para atender à totalidade da população do interior. Diante dessa lacuna, as IES privadas assumem uma função social de grande relevância, ainda que operem, muitas vezes, com recursos limitados e enfrentem barreiras regulatórias e de financiamento estudantil.

Portanto, torna-se necessário fomentar políticas de incentivo à expansão e à consolidação das instituições privadas no interior, por meio de programas de crédito educativo, subsídios regionais, parcerias público-privadas e flexibilização regulatória que garanta qualidade com equidade. A valorização da educação superior como vetor de transformação sociocultural depende de uma visão integrada, que reconheça o papel complementar do setor privado e promova a articulação entre as diversas esferas de governo e a sociedade civil.

Em síntese, o fortalecimento do ensino superior no interior da Bahia é condição essencial para a superação das desigualdades históricas e para a promoção de um desenvolvimento regional mais justo, inclusivo e sustentável. As contribuições dessas instituições transcendem o campo educacional, influenciando diretamente a dinâmica social, cultural e econômica dos territórios em que se inserem.

Considerações finais

A presente análise evidenciou o papel estratégico do ensino superior na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural das regiões interioranas do Brasil, com ênfase no contexto do interior do Estado da Bahia. A educação superior, ao se expandir para além dos grandes centros urbanos, torna-se instrumento fundamental de inclusão social, mobilidade econômica e transformação sociocultural. Essa interiorização tem contribuído significativamente para a redução das desigualdades históricas que marcam o acesso à formação acadêmica e profissional no país.

Ficou demonstrado que, diante das limitações estruturais e da insuficiência da oferta pública de ensino superior em municípios

interioranos, as Instituições de Ensino Superior privadas, especialmente as de pequeno e médio porte, têm assumido protagonismo na democratização do acesso à educação superior. Essas instituições não apenas ofertam cursos de graduação em locais antes desassistidos, como também fomentam o dinamismo econômico local, estimulam o empreendedorismo, geram empregos e contribuem para o fortalecimento das identidades culturais regionais.

As políticas públicas de financiamento estudantil, como o Prouni e o Fies, revelam-se fundamentais para viabilizar o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior, enfrentando, assim, o hiato histórico de exclusão educacional. A reestruturação desses programas, associada a estratégias de renegociação de dívidas e ampliação das bolsas, reforça a necessidade de um Estado comprometido com a equidade e a universalização do direito à educação.

A pesquisa também permitiu constatar que o ensino superior particular vem cumprindo seu papel institucional e social, mesmo diante de desafios significativos, como a instabilidade jurídica, a elevada carga regulatória e os entraves financeiros. As IES privadas demonstram resiliência e adaptabilidade, mantendo seu compromisso com a qualidade acadêmica, com a responsabilidade social e com a formação de profissionais éticos e preparados para os desafios contemporâneos.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento do ensino superior no interior da Bahia, e, por extensão, em todas as regiões periféricas do Brasil, requer uma articulação eficaz entre políticas públicas, investimentos em infraestrutura, estímulo à atuação das instituições privadas e valorização das iniciativas educacionais que dialoguem com a realidade local. A consolidação de uma universidade inclusiva, transformadora e comprometida com as demandas sociais é condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Desenrola Fies: 844 mil estudantes ainda podem renegociar dívidas. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Prouni 2025 tem 197 mil pré-selecionados para o 1º semestre. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CARVALHO, Iamara Junqueira Sousa; FERNANDES, Marinalva Nunes; DUTRA, Nivaldo Osvaldo; SOUSA, Rosemária Joazeiro Pinto de; SILVA, Zezito Rodrigues da (org.). **Educação, docência e saberes no Alto Sertão da Bahia**. Curitiba: Editora CRV, 2022. 208 p. (Coleção Educação, Cultura e Memória no Alto Sertão da Bahia, v. 1). ISBN 978-65-251-3819-0. DOI: 10.24824/978652513819.0.

CARVALHO, L. M.; SOARES, M. P.; GONÇALVES, R. F. Interiorização e inclusão regional. In: SOARES, M. P. (Org.). **Educação superior no Brasil: desafios e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2020. p. 141–160.

COSTA, P. L. **Educação superior e desenvolvimento social no Estado da Bahia**. Educação & Sociedade, Brasília, v. 12, n. 23, 2012.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**: resumo técnico. Brasília, 2024.

RODRIGUES, A. C. **A expansão do ensino superior no Brasil e o papel das instituições privadas**. In: GONÇALVES, J. R. (Coord.). Ética geral e profissional: ensaios e reflexões. São Paulo: Atlas, 2016. p. 59–67.

RODRIGUES, Gabriel Mario. **Educação superior: tecnologia, inovação e criatividade**. 1. ed. Brasília: ABMES Editora, 2016. 194 p. ISBN 978-85-89597-05-0.

UNIVERSIDADE e transformação social. In: GONÇALVES, J. R. (Org.). **Educação e mudança: caminhos para o século XXI**. São Paulo: Vozes, 2018. p. 50–51.

REFLETINDO SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Rodrigo da Rocha Barros¹
Vanessa Caetano de Souza²

Introdução

A avaliação da aprendizagem tem sido foco de amplos debates nas escolas e em pesquisas do ensino superior, diante da necessidade de aprimorar a qualidade das práticas pedagógicas e das atividades educacionais. Essas discussões fortalecem o avanço da educação ao estimular a reflexão sobre o modo como se compreende o processo avaliativo (LUCKESI, 2011; HOFFMANN, 2005).

Dessa forma, a avaliação constitui um elemento indispensável e indissociável do processo de aprendizagem, integrando-se naturalmente a ele como parte do desenvolvimento educativo. Nessa perspectiva, em que educar é formar e aprender é construir conhecimento, a avaliação adquire uma dimensão ampliada: mais do que atribuir notas, busca compreender até que ponto os estudantes alcançam os objetivos propostos no processo de ensino e aprendizagem. Esses objetivos envolvem transformações cognitivas, afetivas, motoras e sociais (LIBÂNEO, 2001). O ato de ensinar e aprender, portanto, deve ser orientado por metas que possibilitem ao professor acompanhar o progresso do aluno e auxiliá-lo na consolidação do saber (PERRENOUD, 1999).

Segundo Haydt (2006), a avaliação, quando entendida sob uma perspectiva orientadora, deixa de ser apenas um instrumento de seleção e passa a atuar como um meio de diagnóstico e de regulação das aprendizagens. Historicamente, o enfoque avaliativo era predominantemente classificatório, limitando-se à promoção de estudantes de uma etapa a outra. Com a renovação educacional, a avaliação assume novas funções, voltadas à compreensão e ao aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem.

1 Graduação em Ciência da Computação e Especialista em Docência Universitária.

2 Graduada em Serviço Social.

Para que esse processo se torne significativo, é fundamental que o educador desenvolva uma visão global sobre o percurso formativo dos alunos. Todos os sujeitos estão constantemente avaliando e sendo avaliados nas interações cotidianas, ainda que de modo implícito. No contexto escolar, entretanto, essa prática assume um papel determinante, pois pode definir trajetórias e oportunidades (HOFFMANN, 1998).

A avaliação escolar manifesta-se, com frequência, nas notas atribuídas aos alunos, mas o modo como essa prática é compreendida pelos professores pode gerar impactos negativos significativos. A lógica tradicional de avaliação está fortemente associada à estrutura social vigente, marcada por valores meritocráticos e excludentes (LUCKESI, 2011; ESTEBAN, 2001). Transformar tais práticas significa comprometer-se com um projeto educacional democrático, que valorize a inclusão e a equidade. Essa concepção está alinhada aos princípios da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que orienta a construção de uma sociedade justa e livre de qualquer forma de discriminação. O compromisso com essa transformação exige uma prática avaliativa coerente com os ideais de justiça social e de formação cidadã (ESTEBAN, 2001; LUCKESI, 2011).

A desvalorização dos saberes trazidos pelos estudantes de suas experiências cotidianas é um dos fatores que contribuem para a desmotivação diante dos conteúdos escolares. Quando o aluno não atinge o desempenho esperado, costuma ser rotulado como fracassado. Para Esteban (2001), a maneira como a escola lida com o saber e o não saber revela os mecanismos que produzem tanto o sucesso de alguns quanto o fracasso de muitos.

Os conhecimentos construídos fora do ambiente escolar tendem a ser ignorados pela instituição, que prioriza padrões próprios e desconsidera as diferenças culturais e cognitivas dos alunos (VASCONCELLOS, 1998). Essa postura torna a avaliação um instrumento de exclusão, especialmente para aqueles que chegam à escola com referenciais distintos dos exigidos pelas normas institucionais. Assim, a avaliação é frequentemente percebida como um ato burocrático e punitivo, desvinculado do processo formativo (HOFFMANN, 2005). Para muitos professores, ela assume um caráter ritualístico, centrado em premiar o mérito, o que reforça uma visão autoritária do ensino (PERRENOUD, 1999; LUCKESI, 2011).

Ao adotar a concepção de avaliação formativa proposta por Perrenoud (1999), o presente estudo reconhece a importância de compreender a avaliação como um processo contínuo, reflexivo e integrador, no qual o erro é parte do aprendizado.

A prática avaliativa em grande parte das instituições ainda privilegia aspectos quantitativos. Entretanto, é fundamental valorizar a dimensão qualitativa, que considera a complexidade dos processos de aprendizagem e o envolvimento ativo do professor e do aluno (HOFFMANN, 2005; LUCKESI, 2011). Nesse enfoque, o docente atua como pesquisador de sua prática, analisando como os estudantes aprendem e o que pode ser aprimorado nesse percurso (LIBÂNEO, 2001). Zaccur (1993) destaca, com base nas contribuições de Vygotsky, que uma avaliação inadequada compromete não apenas a aprendizagem, mas também o desenvolvimento global do estudante.

A classificação escolar, ao estabelecer um limite entre êxito e fracasso, reforça uma ruptura simbólica que separa os alunos “bem-sucedidos” daqueles considerados “incapazes”, perpetuando desigualdades (PERRENOUD, 1999; LUCKESI, 2011). Essa lógica histórica tem mantido a avaliação como um mecanismo de exclusão, restringindo o acesso efetivo ao saber.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da compreensão epistemológica da avaliação da aprendizagem enquanto instrumento facilitador da prática educativa, considerando o contexto histórico da avaliação educacional e suas interfaces no processo de ensino-aprendizagem. Com base em pesquisa bibliográfica, busca-se estabelecer um diálogo entre os principais autores que tratam da temática, partindo do pressuposto de que a avaliação deve ser entendida não como instrumento de exclusão, mas como meio de inserção no processo de construção do conhecimento.

Contexto histórico da Avaliação Educacional

Para compreender a avaliação da aprendizagem, é necessário compreender primeiramente o conceito de avaliação e suas principais características. A avaliação pode ser entendida como uma ação contínua e indispensável, que possibilita ao professor identificar os conteúdos assimilados pelos alunos e verificar se as metodologias de ensino aplicadas estão alcançando os resultados esperados (LUCKESI, 2011).

Ao refletir sobre o processo educativo, observa-se que a avaliação da aprendizagem escolar esteve historicamente vinculada aos atos de aprovação e reprovação. No entanto, torna-se essencial questionar de que forma a avaliação é concebida e quais implicações tem no processo de

ensino e aprendizagem, tanto para os estudantes quanto para as práticas docentes (PERRENOUD, 1999).

De acordo com Hoffmann (1996, p. 18), a avaliação exige do professor um movimento constante de análise e reinterpretação de sua prática pedagógica:

A avaliação é a reflexão transformadora em ação. Ação essa, que impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a sua realidade, o acompanhamento, passo a passo, na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo, através do qual educando e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação.

Os primeiros registros de um sistema formal de avaliação da aprendizagem no Brasil remontam a 1549, com o ensino jesuítico, que perdurou até 1759. Esse modelo educacional, de caráter fortemente tradicional e centrado na figura do professor, distanciava o aluno das práticas sociais e da vivência comunitária (LUCKESI, 1995).

Sobre essa questão, Libâneo (1994, p. 64) explica que “os objetivos, explícitos ou implícitos, referem-se à formação de um aluno ideal desvinculado com a sua realidade concreta. O professor tende a encaixar o aluno num modelo idealizado de homem que nada tem a ver com a vida presente e futura. A matéria de ensino é tratada separadamente, isto é, desvinculada dos interesses dos alunos e dos problemas reais da sociedade e da vida.”

Durante o período imperial, as mudanças políticas e educacionais ainda não haviam estabelecido um sistema avaliativo estruturado. A formação de professores para o magistério primário teve início nesse contexto, mas a prática avaliativa permanecia incipiente e desarticulada.

Com a Proclamação da República, a avaliação da aprendizagem passou a ocorrer de maneira mais sistemática, sendo formalizada por meio de provas orais, escritas e práticas. Assim, a função da avaliação era restrita à classificação e à aprovação ou reprovação dos alunos. A partir de 1904, o processo avaliativo foi regulamentado com a adoção de notas de 0 a 5, introduzindo uma forma padronizada de mensuração do desempenho (HAYDT, 2006).

Na Primeira República, especialmente a partir da década de 1920, surgiram debates sobre o ensino tradicional, que se limitava à elite e privilegiava a memorização mecânica. Com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, liderado por Anísio Teixeira e outros educadores,

fortaleceu-se a luta por uma escola democrática, pública e acessível a toda a população.

O movimento da Escola Nova propôs uma mudança na postura docente, enfatizando o papel do professor como mediador do processo de ensino. Nesse modelo, o interesse e a experiência do aluno tornavam-se o ponto de partida para a aprendizagem, e a avaliação assumia caráter mais subjetivo, valorizando o acompanhamento e a autonomia discente (LIBÂNEO, 2001; HOFFMANN, 1998).

Atualmente, muitos educadores passaram a compreender que avaliar significa acompanhar a ampliação do conhecimento dos alunos no cotidiano, considerando as particularidades de cada um e não apenas os resultados expressos em notas. Contudo, a prática avaliativa ainda está fortemente associada à mensuração de resultados objetivos (PERRENOUD, 1999).

Os sistemas de ensino continuam atribuindo grande importância às notas e às provas, pois estas servem como forma de legitimar o desempenho institucional por meio de relatórios e índices de aprovação, frequentemente alinhados a padrões internacionais (LUCKESI, 2011).

É importante destacar que, no processo educativo, o professor deve preservar suas convicções e valores sem, contudo, fechar-se ao diálogo e ao aprendizado proporcionado pelo outro. Da mesma forma, a postura de escuta e aceitação do aluno não deve ser passiva, mas pautada no respeito e na troca mútua. Como destacam Pimenta e Anastasiou (2002), as relações humanas no processo ensino-aprendizagem precisam estar alicerçadas na afetividade, pois esta cria o vínculo essencial entre professor e aluno. Se o conhecimento é transmitido sem empatia e diálogo, o conteúdo se torna estéril e perde sua função formadora.

A avaliação, portanto, deve ser realizada com base em critérios bem definidos, permitindo ao aluno compreender seus avanços e limitações. Quando estabelecidos de forma clara, tais critérios possibilitam um processo mais justo e reflexivo, favorecendo a autonomia do discente em sua trajetória de aprendizagem (HOFFMANN, 2005).

A discussão sobre a avaliação da aprendizagem continua sendo tema de grande relevância nas escolas e nas pesquisas acadêmicas. Diante da necessidade de aprimorar a qualidade do ensino, essas reflexões têm contribuído significativamente para a consolidação de práticas pedagógicas mais éticas e democráticas. Nessa perspectiva, a avaliação torna-se

uma ação essencial e integrada ao processo educativo, promovendo o desenvolvimento integral do sujeito (LUCKESI, 2011).

Para Melo (2007, p. 123), “ensinar e aprender é um processo de comunicação, é o encontro de pessoas cujas dinâmicas são processos singulares. É um processo relacional, onde o fluxo informativo tem caráter transformador para os sujeitos envolvidos.” Avaliar, portanto, é compreender como esse processo ocorre, quais resultados ele gera e de que modo essas transformações subjetivas repercutem na realidade objetiva dos envolvidos. Ainda segundo o autor, a avaliação ultrapassa o caráter técnico de aplicação de instrumentos e relatórios, sendo uma atividade essencialmente humana, permeada pelas subjetividades de quem avalia e de quem é avaliado.

Durante muito tempo, o modelo escolar reforçou a imagem do professor como detentor absoluto do conhecimento, cabendo ao aluno apenas reproduzir conteúdo e obedecer às normas impostas. Nesse contexto, a avaliação servia como instrumento de controle e poder, punindo ou recompensando o comportamento dos estudantes (LUCKESI, 1995).

Dessa forma, compreender a história da avaliação da aprendizagem no Brasil exige relacioná-la ao processo de colonização e à herança do ensino jesuítico. Como explica Luckesi (1995), a associação da avaliação a provas e exames é um legado do modelo implantado no século XVI, voltado à memorização e à reprodução. Nessa época, os castigos físicos e a disciplina rígida eram instrumentos de controle e autoridade. O professor era visto como o portador da verdade e o mediador inquestionável do saber, e aos alunos restava apenas a obediência.

Lei de Diretrizes e Bases e a Avaliação

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), elaborada em 1988 e aprovada em 1996 (Lei no 9.394/96), o processo avaliativo é contemplado no Artigo 24, inciso V, que dispõe sobre a verificação do rendimento escolar, observando-se os seguintes critérios: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e os resultados obtidos ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; possibilidade de avanços nos cursos e séries mediante verificação do aprendizado; aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e obrigatoriedade de

estudos de recuperação, preferencialmente paralelos ao período letivo, nos casos de baixo rendimento escolar, conforme disciplinado pelo regimento das instituições de ensino (BRASIL, 1996).

Dessa forma, cabe ao docente valorizar o processo de formação de maneira ampla, evitando restringir a avaliação apenas ao resultado de uma prova final, ainda que essa seja uma exigência regimental. É necessária uma reflexão mais profunda sobre os procedimentos avaliativos, de modo que eles se tornem instrumentos de diagnóstico e de melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Observa-se que a LDB utiliza a expressão “verificação do rendimento escolar”, cujo significado pode ser interpretado como comprovação da eficiência. Assim, de acordo com a legislação, cabe à escola comprovar a efetividade da aprendizagem, isto é, avaliar o êxito alcançado pelos alunos no decorrer do processo educativo.

Contudo, comprovar tal êxito é um desafio complexo. Avaliar não é o mesmo que medir, uma vez que a medição envolve instrumentos precisos — como régua ou balança —, enquanto a avaliação trata de fenômenos humanos, subjetivos e dinâmicos. Ao contrário de um dado mensurável, a aprendizagem não pode ser quantificada com exatidão, pois envolve aspectos cognitivos, afetivos e sociais (LUCKESI, 2011).

Na avaliação escolar, o objeto de análise não é algo concreto e observável, mas um processo humano contínuo, que se desenvolve de forma progressiva e multifacetada. Para evitar julgamentos precipitados e reduzir o risco de generalizações injustas, a avaliação deve ser contínua, acompanhando o desenvolvimento do educando em seus diferentes aspectos e permitindo que o professor identifique tanto avanços quanto dificuldades (HOFFMANN, 2005).

Segundo César Coll (1994), existem três modalidades de avaliação que orientam a prática educativa: a avaliação inicial, que identifica os conhecimentos prévios e as condições de aprendizagem do aluno; a avaliação formativa, que acompanha o processo e orienta o ensino; e a avaliação somativa, que sintetiza os resultados ao final de um período. Para o autor, a avaliação deve abranger o processo global de aprendizagem, indo além das provas pontuais, a fim de oferecer uma visão mais ampla do desempenho do estudante. Nesse sentido, a avaliação permanente busca compreender o percurso do aluno ao longo do ano letivo, considerando as tarefas realizadas, o envolvimento e a evolução em diferentes momentos do processo (COLL, 1994).

Nessa perspectiva, Melo (2007, p. 123) ressalta que “ensinar e aprender é um processo de comunicação, é o encontro de pessoas cujas dinâmicas são processos singulares. É um processo relacional, onde o fluxo informativo tem caráter transformador para os sujeitos envolvidos”. Avaliar, portanto, significa compreender como esse processo ocorre, quais resultados produz na subjetividade dos envolvidos e de que modo essas transformações repercutem na realidade objetiva em que vivem. Avaliar é refletir sobre os resultados e buscar estratégias de aperfeiçoamento do processo pedagógico. Para além da dimensão técnica, que envolve a elaboração de instrumentos, a análise de resultados e a produção de relatórios, a avaliação deve ser compreendida como uma atividade essencialmente humana, permeada pelas subjetividades de quem avalia e de quem é avaliado (MELO, 2007).

A avaliação também possui uma função legitimadora dentro das sociedades modernas, uma vez que os resultados acadêmicos são frequentemente interpretados como indicadores de aptidão e competência. Nesse contexto, os bons desempenhos são valorizados como evidências de mérito individual e como meios de ascensão social. Contudo, essa concepção reforça desigualdades e desconsidera as diferenças individuais. Assim, o grande desafio da avaliação contemporânea é contribuir para uma educação que promova o desenvolvimento crítico, reflexivo e autônomo, favorecendo a construção da autonomia cognitiva e da cidadania (LUCKESI, 2006).

Papel do Educador/Avaliador

Antunes (2006, p. 30) observa que “a avaliação brasileira sempre primou por valores máximos e o que agora se propõe é a construção de um sistema que possa privilegiar valores ótimos”. Essa reflexão evidencia a importância de considerar as diferenças individuais e valorizar as potencialidades de cada estudante. Avaliar com base em critérios máximos equivale, metaforicamente, a “colocar a corda em uma determinada altura e solicitar que todos a saltem”, ignorando as distintas capacidades pessoais. Assim, ao buscar promover uma aprendizagem significativa, o professor deve compreender que esse processo nunca é absoluto, nem “tudo” nem “nada”, mas contínuo e dinâmico, alcançando pessoas em níveis diferentes. Cabe ao educador identificar o grau de significação alcançado por cada aluno e propor atividades que respeitem seus ritmos, reconhecendo que desempenhos distintos podem representar o melhor resultado possível de cada um (ANTUNES, 2006).

Ser um avaliador-educador implica estar aberto a novas propostas, refletindo sobre elas e adaptando-as às necessidades de sua prática pedagógica e de sua realidade escolar. Os métodos avaliativos, quando aplicados de forma ética e consciente, devem servir a uma pedagogia humanista comprometida com a formação integral do estudante (HOFFMANN, 2005).

Nessa perspectiva, Luckesi (2006, p. 42) ressalta que “o educador que se propõe a dar novo encaminhamento à prática da avaliação escolar precisa redefinir o rumo de sua ação pedagógica, pois ela não é neutra; insere-se em um contexto social mais amplo e a serviço dele”. O autor destaca que o primeiro passo para reconstruir a prática avaliativa é assumir um posicionamento pedagógico claro e coerente, capaz de orientar de forma contínua o planejamento, a execução e a própria avaliação do processo de ensino.

A avaliação, portanto, configura-se como elemento central no processo de aprendizagem. Entretanto, o modelo predominante nas instituições de ensino ainda se caracteriza por um viés classificatório, reduzindo-se à verificação de quanto o aluno assimilou do conteúdo em determinado período letivo, com o objetivo de concluir uma etapa do plano de ensino. Essa prática, de natureza mensuradora, limita o potencial formativo e reflexivo da avaliação. Diante disso, questiona-se se esse modelo pode ser considerado um processo falho, o que exige uma análise mais aprofundada de seus pressupostos e implicações no contexto educacional.

Partindo do pressuposto de que a prática avaliativa constitui parte essencial da democratização do ensino, torna-se possível compreender de modo mais amplo o ponto central dessa discussão. Assim, Luckesi (2006) reforça que a avaliação não deve ser instrumento de exclusão ou punição, mas uma prática orientadora voltada à promoção da aprendizagem significativa e da justiça pedagógica.

No cotidiano escolar, observa-se que a prática avaliativa costuma ocorrer quando determinado conteúdo é considerado encerrado. Nesse momento, o professor, em sua rotina de “mestre”, busca medir os resultados de seus esforços de ensino. É nesse contexto que se elabora o chamado instrumento avaliativo. Contudo, muitas vezes, o professor, consciente ou não, utiliza critérios e conteúdos não explicitados de forma clara, o que pode ser reflexo de sua insatisfação com a turma ou com o próprio processo pedagógico. Essa postura, no entanto, pode gerar consequências injustas, uma vez que nem todos os estudantes assimilam os conteúdos da mesma

forma, o que leva à necessidade de repensar a legitimidade e a eficácia do modelo avaliativo vigente (LUCKESI, 1995).

Na prática cotidiana, os instrumentos de avaliação são elaborados, em geral, ao final da unidade de ensino. Nessa fase, o professor constroi o teste ou prova considerando diferentes variáveis: os conteúdos efetivamente trabalhados, os que foram apenas mencionados e aqueles que ele presume que os alunos dominem. Em alguns casos, ainda inclui itens adicionais para tornar a avaliação mais desafiadora. Também podem influenciar nesse processo fatores subjetivos, como o humor do professor, sua relação com a turma e o nível de disciplina dos alunos (LUCKESI, 1995).

Após a aplicação, inicia-se uma etapa crucial: a correção e atribuição de notas ou conceitos. O principal risco está nos critérios utilizados para julgar os resultados, pois o desempenho em uma prova ou trabalho nem sempre reflete a aprendizagem real. “Após recolhimento das respostas, os professores corrigem as mesmas e atribuem-lhes um valor (em notas ou em conceitos), que deve corresponder ao nível qualitativo da aprendizagem manifestada pelo aluno” (LUCKESI, 1995, p. 68).

Luckesi (1995) também alerta para um problema recorrente: o acréscimo ou desconto de pontos em função da conduta ou da simpatia do professor por determinados alunos. Embora comum, essa prática compromete a objetividade e a credibilidade da avaliação, uma vez que substitui critérios pedagógicos por julgamentos pessoais. Tal distorção pode gerar dependência emocional do aluno em relação ao professor, além de mascarar dificuldades reais no processo de aprendizagem. “Ainda, por vezes, se acrescentam ‘pontos a mais’ ou ‘pontos a menos’ ao aluno, a depender de sua conduta em sala de aula [...]” (LUCKESI, 1995, p. 68).

De acordo com o autor, a avaliação é um “juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão” (LUCKESI, 1995, p. 69). No entanto, observa-se que, na prática, nem sempre tais elementos são devidamente considerados, o que provoca distanciamento entre o conceito teórico de avaliação e sua aplicação no cotidiano escolar. Essa desconexão gera incerteza sobre os reais objetivos do processo avaliativo e fragiliza seu papel formativo.

Compreende-se, assim, que a avaliação deve abranger três dimensões fundamentais da prática educativa: o trabalho com o conhecimento, o relacionamento interpessoal e a organização coletiva. Todavia, na maioria das vezes, apenas a primeira dimensão é sistematicamente avaliada — e ainda assim, restrita ao desempenho dos alunos.

A avaliação da aprendizagem está diretamente relacionada à avaliação do próprio trabalho docente. Ao verificar o que o aluno aprendeu, o professor também reflete sobre a eficácia de sua metodologia e sobre os resultados de sua atuação pedagógica. Dessa forma, os avanços e dificuldades observados nos alunos fornecem pistas valiosas sobre os ajustes necessários à prática docente e ao aperfeiçoamento do ensino (HOFFMANN, 2004).

Para Hoffmann (2004, p. 16), “os ensinamentos teóricos e a apresentação de novos preceitos metodológicos não irão garantir, por si só, a compreensão e a tomada de consciência sobre concepções formativas e mediadoras em avaliação”. O processo avaliativo exige do educador clareza de objetivos e acompanhamento contínuo da evolução dos estudantes, a fim de promover a aprendizagem de modo significativo.

Ainda segundo Hoffmann (2004, p. 18), o avaliador torna-se participante direto do sucesso ou do fracasso dos alunos, já que suas decisões pedagógicas influenciam diretamente o percurso de cada estudante. Isso evidencia que não é o aluno que deve estar pronto para a escola, mas a escola e o professor que devem se preparar para ajustar suas propostas às necessidades reais de aprendizagem.

Hoffmann (1996, p. 18) também destaca que a avaliação exige do professor uma reflexão constante sobre sua prática pedagógica, sendo “a reflexão transformadora em ação. Ação essa que impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a sua realidade, o acompanhamento, passo a passo, na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo, através do qual educando e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação”.

Assim, o educador comprometido com a transformação de sua prática não pode agir de forma automática ou irrefletida. Cada ação deve estar pautada em decisões claras e conscientes sobre os objetivos e resultados pretendidos. A avaliação, nesse sentido, não deve ser uma rotina burocrática, mas uma prática racional, ética e intencional, inserida em um projeto político-pedagógico voltado à formação da competência, da criticidade e da participação democrática de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Considerações finais

A análise realizada evidencia que o termo avaliar tem sido frequentemente associado a expressões como “fazer prova”, “realizar exames”, “atribuir notas”, “repetir” ou “passar de ano”. Essa associação revela-se como herança de uma concepção pedagógica arcaica, ainda predominante em muitas práticas escolares, que reduz a avaliação a um instrumento de verificação e controle, em detrimento de sua função formativa e reflexiva.

Dentro de uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é compreendida como vivência de experiências múltiplas e variadas, voltadas ao desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social do educando. Nesse sentido, a avaliação não se limita à atribuição de notas, mas assume o papel de auxiliar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção de seu próprio saber.

Avaliar é um procedimento complexo que requer sensibilidade ética e responsabilidade por parte do profissional envolvido no processo de ensino-aprendizagem. Torna-se essencial compreender criticamente como se desenvolve o processo avaliativo, uma vez que, em muitas situações, ele ainda assume caráter classificatório, rotulando e excluindo o aluno. A avaliação, que deveria servir como meio de promoção da aprendizagem, tem sido frequentemente encarada por estudantes e professores como um fim em si mesma, reduzida à obtenção de boas notas e à aprovação ao final do período letivo.

Melo (2007, p. 170) destaca que a avaliação é um estigma. “À direita, exige-se avaliação sob a égide do mercado, quase sempre em sentido competitivo e ostensivo. As escolas particulares tomam a sério, porque bons resultados definem as chances de mercado. À esquerda, condena-se a avaliação, em parte com razão, quando se apontam excessos classificatórios e excludentes, mas em parte sem razão, ao se perder de vista o sentido maior da avaliação, que é cuidar bem da aprendizagem dos alunos” (MELO apud DEMO, 2004). O autor ressalta que o aluno sempre sai perdendo, por ser o elo mais fraco da relação. Em muitas escolas públicas, a avaliação tem sido negligenciada em nome da progressão automática, o que esvazia seu propósito formativo.

Com o passar do tempo, observa-se que muitos alunos permanecem desmotivados e que a avaliação, em diversos contextos, ainda constitui um obstáculo ao aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem. Nas

escolas, a prática avaliativa continua amplamente associada à aplicação de provas e exames, o que limita seu potencial formativo. Este estudo propõe uma reflexão sobre diferentes formas de avaliação que possam complementar os instrumentos tradicionais, favorecendo uma compreensão mais ampla da aprendizagem.

O principal propósito da avaliação é fornecer subsídios ao professor para orientar o planejamento das aulas, identificar as dificuldades dos alunos e propor estratégias de intervenção adequadas. Embora a atribuição de notas ou conceitos seja uma exigência institucional, o verdadeiro sentido da avaliação não deve restringir-se ao registro quantitativo dos resultados, mas sim ao acompanhamento contínuo e à promoção da aprendizagem.

O educador que se propõe a redirecionar a prática da avaliação escolar deve preocupar-se em redefinir os rumos de sua ação pedagógica, reconhecendo que esta não é neutra, mas inserida em um contexto social e a serviço dele. Assim, o primeiro passo fundamental para o redimensionamento da prática avaliativa consiste em adotar um posicionamento pedagógico claro e explícito, capaz de orientar de forma coerente o planejamento, a execução e a avaliação das atividades educativas (LUCKESI, 2006, p. 42).

A avaliação da aprendizagem escolar auxilia o educador e o educando na trajetória compartilhada de crescimento e desenvolvimento, bem como a escola em sua responsabilidade social. Educador e educando, como aliados, constroem juntos a aprendizagem, testemunhada pela escola e está pela sociedade. Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem é um ato amoroso, pois inclui o educando em seu processo de aprendizagem, elevando continuamente a qualidade de seu desempenho e reconhecendo-o entre os bem-sucedidos, já que esse sucesso foi construído ao longo do processo de ensino-aprendizagem (LUCKESI, 2007, p. 174-175).

A construção da aprendizagem, para ser efetiva, deve integrar tanto a dimensão individual, promovendo o desenvolvimento do educando, quanto a dimensão coletiva, inserindo-o no grupo social do qual faz parte. Educador e educando, por meio dos atos de avaliação, tornam-se aliados na busca de resultados significativos de aprendizagem e, ao se auto compreenderem, encontram suporte para avançar e evoluir em suas trajetórias.

A avaliação deve, portanto, contribuir para a formação integral do indivíduo, respeitando suas diferenças e individualidades, de modo que ele seja capaz de enfrentar e resolver os conflitos do cotidiano. Nessa

perspectiva, o verdadeiro cidadão é aquele que exerce sua cidadania de forma consciente e estimula os outros à mesma prática.

Com base no levantamento bibliográfico sobre os diferentes sistemas de avaliação, constata-se a complexidade que envolve esse processo. Dependendo da forma como é conduzida, a avaliação pode, inadvertidamente, levar o aluno a situações de exclusão, o que reforça a responsabilidade ética do educador em utilizá-la como instrumento de inclusão e desenvolvimento. Torna-se, portanto, essencial que o docente proporcione condições para que os estudantes atuem como participantes ativos na construção do processo avaliativo, compreendendo o significado da avaliação de desempenho escolar. Da mesma forma, é necessário que os profissionais da educação reconheçam que uma prática avaliativa inadequada pode contribuir para processos de exclusão social (LIMA, 2007).

Constata-se que a metodologia empregada apresentou limitações para fundamentar de forma abrangente a prática proposta; contudo, permitiu uma reflexão consistente sobre os diferentes tipos de avaliação e possibilitou o contato com obras de autores relevantes, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste estudo.

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar a avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental. A partir das leituras e reflexões realizadas, foi possível construir uma nova compreensão sobre a avaliação, reconhecendo-a como um processo dinâmico que envolve ação, reflexão e transformação. Essa perspectiva busca promover práticas avaliativas pautadas na inclusão, na justiça e na ética, contribuindo para uma educação mais democrática, humanizadora e comprometida com a formação integral do ser humano.

Referências

ANTUNES, Celso. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

COLL, César. **Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. São Paulo: Ática, 1994.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Avaliação: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HAYDT, Regina Célia C. **Curso de didática geral**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 2007.

MELO, Marco Muniz (org.). **Avaliação na educação**. Pinhais, PR: Melo, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PEDAGOGIAS EMERGENTES E A VISÃO INTEGRATIVA DA PEDAGOGIA WALDORF

Elaine de Araújo Carneiro¹

Introdução

A expressão “o Brasil é um gigante com os pés de barro” é, ainda hoje, utilizada para explicar as falhas do sistema de ensino da educação básica no Brasil, pois esses “pés de barro” significam a falta de estrutura sólida e consistente que os anos iniciais da escolarização deveriam ter. Essa metáfora ainda faz sentido quando pensamos nos desafios da educação, embora já se confirmem alguns avanços, sendo a universalização do acesso o mais importante deles. No entanto, os rumos da educação brasileira têm levado muitos estudiosos e educadores a questionar as abordagens de ensino e as pedagogias tradicionais que são instituídas nos currículos e projetos pedagógicos escolares. Diante desse debate, busca-se, neste artigo, apresentar a Pedagogia Waldorf como uma dessas abordagens e, através das reflexões feitas a partir de uma visita de campo a uma das escolas que aderem a essa pedagogia, discutir a relação entre o conceito de Pedagogias emergentes e a visão integrativa proposta nessa concepção pedagógica.

As reflexões construídas na experiência de visita dialogam com um levantamento bibliográfico sobre os princípios e fundamentos da Pedagogia Waldorf e com as novas teorias e abordagens contemporâneas da educação em torno da chamada Pedagogias Emergentes. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a configuração tradicional vigente do sistema de ensino precisa ser repensada e situada nas reais necessidades sociais, mas que busque, para isso, o desenvolvimento integral do ser humano latentes nos primeiros anos de convivência com o mundo, com o outro, com a escola e com a comunidade. Ou seja, pretende-se expandir o debate dessa emergência no campo da educação para pensar a esfera da educação infantil, pois é nesse lugar que se operam os fundamentos e as bases responsáveis pela construção de sujeitos sociais responsáveis,

1 Mestra em Crítica Cultural, Licenciada em Letras e em Pedagogia.

autônomos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais humana e integradora.

A escola Waldorf como espaço de formação integral da criança: fundamentos e princípios humanos para a vida.

No início do século XX, na Alemanha, o filósofo austríaco Rudolf Steiner fundou uma proposta inovadora e revolucionária de ensino, a qual nomeou Pedagogia Waldorf. Com seus ideais humanistas e libertários, Steiner aplicou sua pedagogia inicialmente para os filhos dos operários de uma fábrica de cigarros chamada Waldorf-Astória (daí o seu nome). Ele desenvolveu suas ideias e métodos educacionais com base na filosofia Antroposófica, que compreende o ser humano em sua integridade, ou seja, contemplando os aspectos físicos, anímicos(psicoemocionais) e espirituais (relacionados à espiritualidade), afirmando que “ educar não é transferir conhecimentos, mas despertar no ser humano as forças que o tornam capaz de compreender a vida” (Steiner, 1907, p. 12).

Para este filósofo, o desenvolvimento humano ocorre em ciclos em sete anos, e os professores devem conhecer profundamente as características e as necessidades da criança em cada etapa, a fim de promover uma educação que leve em conta não apenas os aspectos cognitivos dos educandos, mas que também esteja voltada para o desenvolvimento de sua sensibilidade, sociabilidade e afetividade, ou seja, do seu ser como um todo. Assim, a proposta é buscar desenvolver a autonomia, a singularidade de cada um dos educandos, o seu pensar crítico próprio, a partir da compreensão de que cada ser humano é uma individualidade.

Tendo a arte como mediadora de todo processo de ensino-aprendizagem, a proposta idealizada por Steiner tem como princípio promover aprendizagens que possam ser significativas para os estudantes, com justifica Andrade e Silva (2015) ao afirmar que:

Nessa proposta surge a necessidade de trabalhar os conteúdos teóricos lado a lado com uma abordagem prática, artística e/ou artesanal, no sentido de integrar o pensar, o sentir e o fazer do educando, voltando-se para o desenvolvimento do SER inteiro, diferente do modelo de educação vigente (Andrade e Silva, 2015, p. 102)

Além dos aspectos didático-pedagógico, os princípios dessa pedagogia caminham no sentido da autogestão escolar, propondo uma associação sem fins lucrativos e inicialmente sendo administrada pelos próprios professores. Essa nova proposta de ensino, reconhecida pela UNESCO como “ o modelo capaz de responder desafios educacionais de

nosso tempo, principalmente nas áreas de grandes diferenças culturais”, tem sido divulgada e aplicada mundo afora: há aproximadamente 1000 escolas Waldorf espalhadas pelos cinco continentes.

A expansão quantitativa da Pedagogia Waldorf no Brasil ainda é consideravelmente limitada, que de acordo com os dados da Federação das Escolas Waldorf no Brasil (FEWB) conta apenas com 87 escolas. No entanto, são poucas as iniciativas que atendam às classes populares, contrariando a intenção do seu fundador, como destaca Hebert Han (2007):

Rudolf Steiner, ao fundar a Livre Escola Waldorf, não teve a intenção de acrescentar mais uma escola às boas escolas particulares com projetos pedagógicos inovadores já existentes na Europa Central. O seu objetivo era construir uma verdadeira pedagogia do povo (educação popular) que abrangesse a sociedade como um todo (Han, 2007, p. 35)

Dentre as iniciativas na Bahia, destacam-se a Escola Rural Dendê da Serra (localizada entre Ilhéus e Itacarê), que atende a educação infantil e todo ensino fundamental, e a Casa da Mata (localizada em Imbassaí, região litorânea que fica a 63 km de Salvador), iniciativa recente que contempla apenas a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental, funcionando em regime de integração social de modo a atender as crianças de diferentes classes sociais.

Doutora em educação pela Universidade Federal da Bahia, Dulciene de Andrade e Silva tem se debruçado aos estudos de alternativas pedagógicas integradoras e desenvolveu sua tese de doutorado no campo da Pedagogia Waldorf. Seu trabalho, intitulado *Por uma educação voltada para o desenvolvimento da expressão oral dos educandos: um estudo sobre a Pedagogia Waldorf*, traça as relações existentes entre os pressupostos epistemológicos e didático-metodológico dessa pedagogia com o desenvolvimento do potencial comunicativo e expressivo dos educandos. Sua pesquisa comprovou que os resultados positivos no que tange à expressividade dos educandos estão diretamente ligados às orientações metodológicas da Pedagogia Waldorf, em que “a arte e sua relação com a experiência interior e sensível do ser humano contribuem não só para o melhoramento da expressão oral dos estudantes, como para o desenvolvimento de várias instâncias de cada educando.” (Andrade e Silva, 2015 p. 108).

Outros pesquisadores, ainda que de forma limitada, têm desenvolvido pesquisas no campo da Waldorf, como é o caso de Jonas

Bach Júnior, que discute os impasses da implementação dessa pedagogia mediante os desafios contemporâneos, assim, ele afirma que:

As primeiras fases de desenvolvimento de um ser humano são basilares para as conquistas cognitivas e afetivas mais complexas que ocorrem posteriormente. A pedagogia Waldorf não abre mão da importância atribuída ao desenvolvimento do corpo físico nessas fases, por isso, a Educação Infantil é o âmbito de maior resistência contra uma artificialidade da vida imposta à infância nas últimas décadas. (Bach, 2022, p. 148)

Nota-se a unânime avaliação positiva e coerente da Pedagogia Waldorf entre os estudos e pesquisas que se debruçam sobre ela, sendo assim apontada como caminho na direção de uma educação de qualidade que considere em primeiro lugar o desenvolvimento humano.

Relatos de campo na Escola Waldorf Michael: retrato das possibilidades de uma educação transformadora.

A Escola Waldorf Michael foi uma das primeiras escolas Waldorf fundadas no Brasil. Localizada na cidade de São Paulo, recebe visitas formativas de professores e estudantes dos mais diferentes lugares do país. Foi então uma dessas visitas que propiciou a construção e as reflexões apresentadas neste trabalho.

Contando com 36 anos de existência e abrangendo todos os níveis de escolarização básica, a escola Waldorf Michael, diferente das escolas baianas acima mencionadas, embora voltada para a classe média e média alta da capital paulista, desenvolve projetos em parceria com uma escola pública vizinha, atendendo aos estudantes que, ao concluírem o ensino fundamental na referida escola, necessitam dar continuidade ao ensino médio.

A história da fundação da escola Michael foi contada detalhadamente por Glória, mãe de um ex-aluno e atual colaboradora administrativa do espaço. Segundo seu relato, os idealizadores da escola estavam à procura de um espaço apropriado para as vivências dos alunos, onde eles pudessem desfrutar de um ambiente amplo e saudável. Após uma longa procura, os fundadores foram informados sobre a venda de uma casa em que morava uma família de japoneses. No entanto, o valor pedido era inviável no momento da venda. Esclarecidos os motivos da compra, os proprietários consentiram um acordo possível, pois os primeiros donos da casa tinham a pretensão de transformá-lo em uma escola.

A Escola Michael conserva o espaço original de quando foi fundada. A pequena casa, ao centro do terreno, hoje funciona como biblioteca. Foram ampliados apenas os espaços ao redor para a construção de outras áreas. Assim, de acordo com uma das colaboradoras, todo ambiente é organizado para possibilitar que as crianças se desenvolvam em interação com a natureza para favorecer o exercício da sua criatividade e socialização com o meio ambiente. Sobre esse aspecto, Han (2007) afirma que:

A sensibilidade e a criatividade são amplamente estimuladas nessa pedagogia, até mesmo na confecção dos materiais didáticos, que são criados pelos próprios alunos, revelando a simplicidade e a originalidade dessa orientação pedagógica que pretende propiciar aos sujeitos envolvidos a possibilidade de serem agentes do processo educativo. (Han, 2007, p. 104)

Assim como Glória, a professora Leni, educadora da escola há alguns anos, também tem uma relação com a escola Michael que foi construída ainda quando seus filhos eram alunos. Esse engajamento entre a família está atrelado aos princípios Waldorf, que solicita uma participação intensa e coletiva através de comissões organizadoras da escola – representações de pais, professores, comissões de festas, de limpeza, entre outras que são construídas de acordo com as demandas.

Atualmente, Leni trabalha em séries iniciais de ensino fundamental, mas se dedica ao método *Extra Lesson*, desenvolvido pela professora Audrey McAllen (2018) e que busca despertar naturalmente as capacidades não desenvolvidas suficientemente pelas crianças por razões de traumas ou bloqueios em alguma fase de suas vidas. Os princípios desse método são baseados em visão integrativa, como conceitua a autora.

O conceito da *Extra Lesson* não se concentra na alma da criança, mas trabalha com as leis espirituais que estão por trás da arquitetura do corpo físico humano e com o espírito da Terra. Os exercícios integram os movimentos da criança aos padrões universais de movimento da Terra. (McALLEN, 2018, p. 45).

Ao mediar as atividades concretas e motoras, Leni acredita que todo trabalho artístico, artesanal e físico são fundamentais para o desenvolvimento dos educandos em qualquer circunstância de ensino, especialmente para aqueles que precisam de uma atenção a mais.

Na escola Waldorf Michael os procedimentos didático-metodológicos são desenvolvidos com aulas de música, aquarela, marcenaria, trabalhos manuais, euritmia (arte do movimento), jardinagem, culinária, entre outros. Essas atividades fazem parte da grade curricular

que visa proporcionar a formação integral da criança e não apenas o seu desenvolvimento intelectual. Além disso, as disciplinas convencionais são apresentadas de uma forma que os estudantes possam vivenciar (sentir, pensar e fazer) cada uma delas, tornando o aprender como “algo vivo”, como mencionam os professores waldorf. E, diferentemente das escolas convencionais, a escola Michael, assim como outras escolas Waldorf, esses conteúdos formais são trabalhados em “épocas”, como explica Andrade e Silva “durante um período de aproximadamente quatro semanas, uma disciplina (como história, matemática e português, etc) é o tema do ensino, de modo que todas as atividades giram em torno desse tema, numa perspectiva interdisciplinar” (Andrade e Silva, 2015, p. 208).

A experiência de uma visita de campo em uma Escola Waldorf, relatada neste tópico, abre possibilidades de formação de futuros educadores, mas nenhuma formação docente deve fazer-se alheia ao exercício da criticidade. Por isso, mesmo com a possibilidade de recorrer aos princípios fundamentais dessa prática para buscar enriquecer qualquer circunstância de ensino, é preciso levar em consideração a experiência histórica, política, cultural e social dos educandos. Sendo assim, qualquer tentativa de difundir e aplicar os fundamentos e orientações didático-metodológica da Pedagogia Waldorf em qualquer comunidade, ou especialmente nas comunidades escolares marginalizadas, deve-se atentar para as demandas dessas regiões, no intuito de haver um diálogo dessa pedagogia com a realidade social e com o contexto cultural de onde ela será inserida. É nesse sentido que as pedagogias emergentes se configuram e possibilitam as adaptações entre diferentes abordagens de ensino e as demandas sociais.

Pedagogias emergentes como um crivo para abordagens alternativas de ensino-aprendizagem

As mudanças sociais, climáticas, tecnológicas, econômicas, assim como as tensões geradas por esses fatores, são marcas da contemporaneidade, desse tempo caracterizado pela relação paradoxal entre avanços e retrocessos. A educação escolar está inserida, intimamente, em cada uma dessas áreas, atravessando debates e sendo taticamente utilizada para manter ou abrir as portas fechadas do pensamento e da ação que interferem nessas mudanças. É nesse debate que surgem as pedagogias emergentes, conceito utilizado para tratar das novas propostas educacionais que estejam integradas às reais demandas da sociedade. Assim, de acordo com Franco (2025):

As Pedagogias Emergentes buscam evidenciar outras formas de fazeres educativos, que revelem as experiências, os saberes e os modos de vida de outros sujeitos, abrindo deslocamentos e giros epistemológicos outros nas formas de pensar a produção do conhecimento, induzindo a outras maneiras de construção de saberes, em articulação com os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade. (FRANCO, 2025, p. 11)

De acordo com a colocação acima, as pedagogias emergentes parecem focalizar o sujeito humano em seu contexto sociocultural para, a partir dele, reconhecer outros modos e de produção de conhecimento. Essa produção está intimamente ligada à pedagogia, já que esta é uma das formas de construção e ação do saber construído social e historicamente.

Se tomarmos a pedagogia tradicional moderna para um paralelo com as pedagogias emergentes, mediante esta conceituação mencionada acima, perceberemos uma mudança de paradigma com relação aos objetivos educacionais, como explica Franco.

Cabe lembrar que a Pedagogia Moderna foi historicamente comprometida a viabilizar a educação da elite para a elite, segregando povos, seus modos e manifestações culturais, fatos esses evidenciados, especialmente, nos currículos escolares e nas práticas educativas. À medida que os sujeitos silenciados começaram a se organizar em vozes potentes e articuladas, criou-se a urgência de configuração de novas teorias e práticas pedagógicas que pudessem romper com esse sistema opressor, possibilitando a expressão das diversidades como elemento constituinte da vida humana (FRANCO, 2015, p. 11)

Dessa maneira, podemos inferir que o currículo tradicional, formatado para uma educação bancária que atenda ao sistema neoliberal, já vem sendo tensionado e, de alguma maneira, transformado através das reverberações das pedagogias emergentes. Nesse sentido, podemos citar a Lei 10.639/2003 como um marco fundamental na luta pela valorização da história e cultura afro-brasileira no sistema educacional brasileiro. Seu principal objetivo é reconhecer a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira, promovendo o combate ao racismo e à discriminação racial por meio da educação. A norma determina que os conteúdos sejam abordados principalmente nas áreas de História, Arte e Literatura, mas de forma transversal, ou seja, integrados a todo o currículo escolar.

Além desse exemplo, poderíamos citar a educação do campo, pois segundo Fernandes (2008) esta abordagem “nasce como uma proposta

de resistência e emancipação, buscando romper com a lógica excludente do modelo urbano-industrial de educação” (Fernandes, 2008, p. 15). A partir dessa definição, é possível situar a educação no bojo das emergentes e concluir que esta configura-se como abordagens educacionais inovadoras que buscam responder aos desafios contemporâneos da sociedade do conhecimento, marcada pela globalização, pela tecnologia digital e pela complexidade das relações sociais.

Fundamentadas em princípios como a colaboração, a autonomia do aprendiz e a aprendizagem significativa, essas pedagogias propõem uma ruptura com os modelos tradicionais de ensino centrados na transmissão de conteúdos, enfatizando práticas que favorecem a construção coletiva do saber e o protagonismo discente. Entre seus principais fundamentos, destacam-se a interdisciplinaridade, o uso crítico das tecnologias digitais, a valorização das experiências culturais e a formação integral do sujeito. Nesse sentido, as pedagogias emergentes não apenas renovam os métodos educativos, mas também contribuem para a constituição de uma educação mais inclusiva, reflexiva e alinhada às demandas sociais e éticas do século XXI.

Considerações finais: convergências entre a pedagogia waldorf e as pedagogias emergentes

Uma das críticas recorrentes às escolas Waldorf, especialmente àquelas localizadas no Brasil, é a pouca flexibilidade com relação à adaptação ou substituição de ferramentas pedagógicas típicas da cultura na qual a Pedagogia se desenvolveu inicialmente aos referenciais de um país que, como o Brasil, além de ter suas raízes étnica, cultural e social assentadas nos povos indígena, português e africano, prima por ter sua população majoritária alijada do acesso ao patrimônio cultural, linguístico e econômico resguardados a uma parcela mínima de seus habitantes.

Essa crítica pode ser melhor tensionada e fundamentada a medida em que entra nas discussões educacionais o carácter social das pedagogias emergentes, pois a sua função, entre tantas outras, é adaptar os processos de ensino-aprendizagem à realidade situacional dos educandos, considerando sua cultura, seu território e a possibilidade de busca por outros modos de vida. Nesse sentido, há um contraste entre a forma humanizada e integrativa da Pedagogia Waldorf como os desafios da sua adaptação em contextos culturais diversos.

Uma pedagogia mais humana, que utiliza como ferramentas fundamentais a arte e a ludicidade, e que procura desenvolver as qualidades necessárias para que crianças e jovens saibam lidar com as constantes mudanças que se apresentam no mundo com criatividade, flexibilidade, responsabilidade e capacidade de questionamento, não deveria ser privilégio de poucos. Mas o cenário atual da Pedagogia Waldorf, pelo menos no Brasil, ainda conta com o lamentável fato da elitização, da limitação de acesso às classes populares, o que perpassa pela falta de apoio político e institucional às suas iniciativas, sobretudo às populares. Essa questão pode ser mais um ponto de partida para uma discussão sobre a verdadeira democratização de uma educação de qualidade no Brasil.

Assim, a título de arremate dessas reflexões, busca-se continuar o debate que seja também materializado em propostas e políticas educacionais aliadas ao desenvolvimento humano, comunitário, ambiental que se faz através da percepção das emergências sociais. Dessa maneira, é possível, de forma crítica, estabelecer conexões e relações complementares entre a Pedagogia Waldorf e as pedagogias emergentes, pois ambas são fundamentadas em princípios de colaboração, autonomia e criticidade e buscam romper com modelos tradicionais e hierarquizados, valorizando o protagonismo do estudante e a construção coletiva do conhecimento. Assim, compreender e incorporar essas duas abordagens significa reconhecer a educação como um espaço vivo, em constante reinvenção, capaz de responder aos desafios atuais e de contribuir para a formação de sujeitos críticos, criativos e comprometidos com a transformação social.

Referências

ANDRADE E SILVA, Dulciene Anjos de. **“Educação e ludicidade: um diálogo com a Pedagogia Waldorf”**. Educar em Revista v. 31, n.º 56 (2015)

BACH JUNIOR, João. **Os impasses da pedagogia Waldorf na atualidade**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 19, n. 60, p. 135-153, 2022. ISSN 2238-127X.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 6. ed. Curitiba: Champagnat, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Território Camponês**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HAN, Herbert. **O nascimento da Escola Waldorf a partir dos impulsos da trimembração do organismo social.** São Paulo: Federação das Escolas Waldorf no Brasil, 2007.

McAllen, Audrey E. **The Extra Lesson: Movement, Drawing, and Painting Exercises to Help Children with Difficulties in Writing, Reading, and Arithmetic.** 7^a ed., Rudolf Steiner College Press, 2018.

OLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

ESTRESSORES RELACIONADOS À SÍNDROME DE BURNOUT NO TRABALHO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Lucas Miranda¹

Lorena de Matos Barreto²

Introdução

A atuação profissional de psicólogos em instituições de saúde emergiu com a proposta de auxiliar na educação médica durante o século XX, estando intimamente ligada à perspectiva de humanizar os atendimentos (MARTINS & JUNIOR 2001). Nesse sentido, os psicólogos tinham pouca autonomia dentro das equipes, sendo apenas o profissional que preparava emocionalmente o paciente para processos cirúrgicos, ou ainda, ficava subordinada ao saber psiquiátrico e as práticas de internação e medicalização (SPINK, 2010).

No entanto, é mediante as transformações no campo das políticas públicas de saúde de desospitalização de pacientes psiquiátricos e a ampliação dos serviços de saúde mental, na atenção básica, que a inserção da psicologia acontece com uma perspectiva de compreender os processos de saúde/doença em uma direção mais macro e contextualizada (SPINK, 2010). Dessa maneira, esses profissionais passam a compor equipes multidisciplinares nos serviços, se formando um novo campo de atuação, a psicologia da saúde.

Entretanto, houveram entraves para a consolidação dessa área laboral como um âmbito distinto do viés clínico e individual, haja vista, que conta com um contexto próprio. Dentre eles, a construção teórica e uma prática que rompesse com uma visão individualista, bem como, a clareza por parte dos profissionais e da equipe sobre o papel a ser desempenhado

1 Mestre em Psicologia da Saúde (UFPB), docente universitário, psicólogo clínico e escolar

2 Mestre em Psicologia do Desenvolvimento (UFBA), docente universitária, psicóloga clínica e neuropsicóloga

dentro dos serviços (SPINK, 2013). Tais dificuldades ocorreram, pois tanto a psicologia clínica, quanto a psicologia da saúde, têm em comum tratar sujeitos acometidos por um agravo de saúde.

Nessa perspectiva, os profissionais que compuseram as equipes e que tiveram que atuar na atenção primária, ainda tinham uma prática pautada no olhar individual e clínico. Sobre isso, Spink (2013), afirma que, “Faltava o embasamento teórico-prático necessário para a compreensão dessa nova forma de atuação que fugia aos parâmetros de atuação tradicional dos profissionais que as integravam (p. 31)”.

Portanto, é possível compreender que o campo laboral surgiu antes de um referencial teórico que os profissionais utilizassem para auxiliar nas suas intervenções. Porém, é na prática que o arcabouço teórico irá se construir, mediante as realizações de pesquisas e estudos, na tentativa de “compreender o papel das variáveis psicológicas sobre a manutenção da saúde, o desenvolvimento de doenças e seus comportamentos associados” (MALAGRIS & ALMEIDA, 2011).

A Psicologia da Saúde e os agentes estressores

De acordo com Santos (2017) a Psicologia da Saúde estuda como os fatores psicológicos e comportamentais, tais como, a percepção acerca do seu estado de saúde e os cuidados médicos, influenciam o paciente. Parte do pressuposto de que nossas atitudes, pensamentos, emoções e comportamentos podem impactar no bem estar do indivíduo.

Nessa perspectiva, Gorayeb (2010), afirma que a diferença da psicologia da saúde de outras áreas reside em:

[...] o fato que os indivíduos aqui atendidos têm, em geral, um problema ligado à sua saúde física, de diversas ordens ou gravidades possíveis. Usualmente, trata-se de um indivíduo que tem um problema orgânico relacionado a aspectos comportamentais ou emocionais, podendo tanto o problema orgânico quanto os aspectos comportamentais/emocionais serem causa ou consequência da relação” (GORAYB, 2010, p.119)

Dessa maneira, o campo de atuação se torna extremamente abrangente, atingindo inclusive, os três níveis de atenção à saúde. Sendo assim, é da responsabilidade desse profissional atuar na prevenção, promoção e recuperação desses indivíduos que tem sua integralidade atingida pelo processo de adoecimento.

Nessa direção, Matarazzo (1980), define a psicologia da saúde como:

[...] o conjunto de contribuições educacionais, científicas e profissionais específicas da Psicologia, utilizadas para a promoção e manutenção da saúde, prevenção e tratamento das doenças, identificação da etiologia e diagnóstico (de problemas) relacionados à saúde, doença e disfunções, para a análise do sistema de atenção à saúde e formação de políticas de saúde (1980, p. 815).

Ademais, cabe destacar que a psicologia da saúde enquanto área de atuação nas três esferas de atenção à saúde, surge da necessidade de romper com o olhar micro sobre o adoecimento. Nesse sentido, ela emerge da necessidade de “promover e de pensar o processo saúde/doença como um fenômeno social” (MARTINS & JUNIOR, p. 36, 2001). Sendo assim, é necessário considerar o contexto que o sujeito está inserido e os determinantes de saúde.

Dessa forma, o trabalho surge como aspecto fundamental que pode contribuir tanto para a manutenção dos processos saudáveis, quanto para o desenvolvimento de patologias, sobretudo, ligadas a práxis laborativa. Portanto, a psicologia da saúde abrange como área de atuação, também, a saúde do trabalhador. Sobre isso Rumin, afirma que:

As práticas em Psicologia da Saúde orientadas à Saúde do Trabalhador proporcionam o questionamento da organização e das condições de trabalho, os limites de acesso aos serviços dirigidos à reabilitação de trabalhadores e serviços de previdência social (RUMIM, 2013, p.37).

Nessa direção, essas categorias fundamentais, organização e condições de trabalho incidem diretamente sobre os processos saúde/doença, podendo inclusive, contribuir para o desencadeamento de patologias, como o estresse.

O estresse, ao longo da história, ganhou um significado popular, o que gera de algum modo, uma dificuldade para sua definição (Aldwin, 2007). No entanto, alguns pesquisadores e estudiosos reconhecem três categorias em que o sujeito pode vivenciar o estresse, são elas: o estresse como um estado do organismo, como um evento externo e como uma transação entre a pessoa e o ambiente (Aldwin, 2007).

Nessa perspectiva, a primeira categoria pode ser experienciada através das reações fisiológicas do organismo frente a um evento estressor. Sobre isso, Aldwin afirma que:

Agora pense em como você se sente na semana dos exames finais. Você pode ter um resfriado ou gengivite (uma inflamação da gengiva). Suas alergias ou úlceras podem piorar, ou você pode desenvolver uma erupção (aplica-se a uma reação da pele, geralmente em vermelhidão e

prurido). Isto reflete distúrbios do sistema imune, também uma reação comum ao stress (ALDWIN, 2007, p. 29)

De acordo com essa perspectiva, o corpo reage negativamente a estímulos que geram estresse, fazendo com que surjam manifestações de patologias fisiológicas atingindo a integralidade do sujeito e prejudicando o seu sistema imunológico. Além disso, a segunda categoria, a dos eventos externos, também desempenha papel crucial, que contribuem com o estresse e pode ser dividida em duas subcategorias: fatores externos físicos e/ou socioculturais.

O primeiro, os fatores físicos, estão relacionados com os acontecimentos de ordens naturais e estruturas de ambientes e é definido como:

[...] trauma, que ameaçam dano imediato ao organismo (como acelerar carros, tempestades e incêndios) e condições ambientais aversivas, que podem ter efeitos mais sutis, porém não menos prejudiciais, como poluentes, barulho e semelhantes (ALDWIN, 2007, p. 29).

Sendo assim, é preciso considerar as especificidades do local onde o sujeito vive e quais fatores de ordens estruturais podem levá-lo a situações estressoras. O segundo, os socioculturais, estariam mais relacionados aos status e papéis sociais ocupados pelo sujeito. Nesse sentido “A falta de recursos sociais ou aumenta a probabilidade de um evento de vida estressante ou amplifica o estresse gerado uma vez que este evento ocorre” (Aldwin, 2007, p. 30). Sendo assim, a ausência de recursos financeiros para a subsistência, gerado, por exemplo, pelo desemprego pode colocar o indivíduo frente a uma situação estressante, sendo considerado um estressor primário que poderá desencadear um estressor secundário, por exemplo, a falta de dinheiro para pagar o aluguel. Nesse caso, o status da pessoa é altamente afetado perdendo recursos financeiros.

Além desse aspecto, os papéis sociais também podem ser agentes desencadeadores de estresse mediante as suas deformações. Sobre isso Aldwin, (2007, p. 31), afirma que as deformidades de papeis podem se manifestar de diferentes formas: 1) quando há excesso de demandas a cumprir; 2) quando há conflitos interpessoais, como os que surgem na interação com cônjuge, filhos ou colegas de trabalho; 3) quando o indivíduo se vê preso ao trabalho, quando não pode se desligar de uma atividade devido às obrigações financeiras, por exemplo ou em casos de reestruturação, tais como, quando a filha assume o cuidado com os pais;

4) as deformidades ambientais, a exemplo de viver em bairros pobres e violentos ou em papéis informais ou eletivos.

Portanto, segundo a autora, a sobrecarga, os conflitos, a dependência e o ambiente são quatros aspectos que têm impactos socioculturais que podem gerar fatores estressantes diante das suas deformidades. Dessa maneira, é preciso compreender o fenômeno com uma perspectiva macro, levando em consideração todos os determinantes a que o sujeito está submetido.

Ademais, os aspectos pessoais e individuais, também são de suma importância nesse processo, pois o que pode ser um fator desencadeante para um indivíduo, pode não gerar nenhum impacto para outro. Diante disso, para realizar uma avaliação sobre os estressores é indispensável tomar conhecimento desses contextos sociais e pessoais (Aldwin, 2007).

A terceira perspectiva, que reconhece a transição entre a pessoa e o ambiente, compreende o estresse como uma fusão das demandas do ambiente e dos recursos individuais. Nessa direção, a vivência do estresse dependerá dos recursos que o sujeito dispõe para enfrentar as pressões ambientais.

Desse modo, caso após reconhecer a existência de um problema, o indivíduo reconheça e disponha de recursos sociais e individuais disponíveis para manejar a situação, será pouco provável que o estresse se acentue. No entanto, o contrário também é verdade, ou seja, caso lhe falte recursos o evento se tornará bastante estressante. Esse fato está intimamente ligado à percepção e interpretação subjetiva do indivíduo, diante do evento ocorrido e das formas de manejar. Assim “Sem um entendimento de como as interpretações ocorrem, é impossível entender a forma como o indivíduo experimenta e responde ao estresse” (Aldwin, 2007, p. 34).

Nesse sentido, o sujeito é atingido de forma integral pelo estresse, tanto no âmbito individual, quanto no âmbito social. Ademais, a exposição contínua a situações estressoras contribui para o aparecimento de quadros patológicos, como por exemplo, a síndrome de Burnout (SB). Ela pode ser definida como uma reação crônica a fatores estressores no âmbito interpessoal no ambiente laboral, tendo maior incidência em profissionais que trabalham diretamente e de forma recorrente com pessoas (Maslach, Schaufeli & Leiter, 2001).

Síndrome de Burnout e a docência

ASB é compreendida como um acontecimento de ordem psicossocial e possui três dimensões: Exaustão Emocional, Despersonalização e Baixa Realização pessoal. De acordo com Maslach e Jackson (1981) essas fases podem ser definidas como: 1) a exaustão emocional possui atributos como a ausência ou pouca energia e um sentimento de esgotamento emocional; 2) A despersonalização está relacionada com o tratamento impessoal destinado aos colegas de trabalho, a instituição laboral e aos clientes; 3) A baixa realização pessoal incide na auto avaliação no trabalho, de forma negativa, julgando o seu desempenho profissional como insatisfatório e dessa forma, suas relações pessoais e autoestima é afetada.

No entanto, apesar da consolidação desse modelo de Maslach e Jackson, recentemente Gil-Monte (2005) desenvolveu um novo modelo para as categorias da síndrome de Burnout baseado nas ideias já trazidas por Maslach e Jackson, acrescentando apenas mais uma dimensão, a culpa. Sendo assim, segundo Gil-Monte (2005), as dimensões são: 1) ilusão pelo trabalho, que aponta para a vontade do sujeito em alcançar metas na atividade laboral; 2) o desgaste psíquico, ligados a sentimentos de exaustão emocional e física; 3) a indolência, que se refere a indiferença as pessoas do trabalho; 4) a culpa, que surge frente às atitudes que julga negativas desenvolvida no trabalho (Gil-Monte, Carlotto, & Câmara, 2010).

Desse modelo proposto por Gil-monte, resultaram dois perfis do Burnout, que segundo Carlotto e Diehl (2014), podem ser compreendidos como:

[...] perfil 1, caracterizado pela presença de um conjunto de sentimentos e condutas ligados ao estresse laboral que dão origem a uma forma moderada de mal-estar, sem impossibilitar o profissional de realizar suas atividades laborais, embora pudesse executá-las de uma melhor forma; e perfil 2 - que se constitui dos mesmos sintomas do perfil 1, mas é acrescido do sentimento de culpa (p.743).

Esses perfis já foram observados em diversas categorias laborais, entre elas a de professores, pois a SB é a patologia mais comum entre esses profissionais (Carlotto et al, 2010). Isso ocorre, porque o trabalho é um dos pilares para a promoção de bem estar ou desencadeamento do estresse, tendo um contexto peculiar de relações sociais, prescrições e contingências. Sendo assim, esse cenário pode favorecer a aquisição de recursos sociais, ambientais e individuais para o sujeito enfrentar o estresse, ou ainda,

privá-lo de tais ferramentas e agravar o quadro estressante, levando ao desenvolvimento da SB.

No processo de adoecimento deve ser levado em conta o sujeito em suas dimensões biopsicossociais. Desta maneira, é importante considerar aspectos biológicos, psíquicos e sociais no que se refere à qualidade das relações que o indivíduo estabelece com grupos, que pode contribuir tanto para a saúde quanto para o adoecimento mental (Souza & Baptista, 2008). Assim, o trabalho é uma esfera social e subjetiva que favorece ao sujeito a construção de novas relações.

Neste sentido, ele tem papel fundamental na formação da identidade do trabalhador, bem como na sua inserção social em grupos, o que pode fortalecer aspectos positivos e preventivos contra o adoecimento psíquico, mas pode ser causador de sofrimento subjetivo e físico. Nesse processo, o sujeito realiza trocas afetivas e econômicas e assim, há um confronto entre mundo interno, seus valores subjetivos, sua singularidade e mundo externo do trabalhador, questões objetivas, regras, desafios (Heloani & Lancman, 2004).

Algumas profissões já carregam consigo o excesso de trabalho, cobranças e carga de estresse elevada, que podem ser indicadores de sofrimento e fonte de investigações acerca dos fatores que contribuem para o desenvolvimento do estresse laboral. Uma dessas profissões é a de professor, pois está submetida a vários estressores.

Os docentes têm grande responsabilidade sobre a formação intelectual e transmissão de conteúdo para alunos das mais variadas classes econômica, sociais e faixa etária e exercem papel fundamental na sociedade e em instituições de ensino. Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), cabe ao professor:

Art. 13. [...] I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III – zelar pela aprendizagem dos alunos; IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

As prescrições elencadas pela LDB deixam evidentes as funções que estes profissionais devem desempenhar, o que por si só, já aponta para uma sobrecarga laboral. Isso porque além dessas atribuições, eles têm sob sua

responsabilidade certa quantitativo de alunos em sala de aula, o que torna o trabalho dinâmico e permeado de contingências.

Esse fato pode contribuir de forma efetiva para uma situação de estresse crônico acometendo esse grupo profissional, desenvolvendo, assim, a síndrome de Burnout como resposta à exposição exacerbada às situações de estresse diárias. Nessa direção, a psicologia da saúde como área de atuação nos processos de prevenção e promoção ao bem estar, pode atuar, traçando intervenções que visem minimizar os estressores no âmbito laboral desses profissionais. Para tanto, é necessário compreender quais os fatores laborais que influenciam negativamente no desencadeamento da SB.

Portanto, o presente artigo teve como objetivo fazer uma revisão sistemática de literatura sobre a produção nacional nos últimos 15 anos, acerca de quais fatores, no contexto de trabalho de professores do ensino fundamental, contribuem para o desenvolvimento da síndrome de Burnout.

Revisão da literatura: metodologia

Para compreender quais fatores contribuem para o surgimento do burnout em professores do ensino fundamental, realizamos uma revisão sistemática da literatura nacional, com publicações entre 2010 e 2025. Foram selecionados cinco estudos que descrevem diretamente os estressores associados ao burnout nesse grupo.

Foram utilizadas como fonte de pesquisa as plataformas de publicações científicas: Scielo; BVSalud e Periódicos Capes, usando como descritores os termos: Burnout, professor, ensino fundamental, estresse. Ademais, foram considerados como critérios de inclusão: estudos com professores do ensino fundamental, que nos resultados trouxeram os estressores que contribuem negativamente com o desenvolvimento da SB, ser pesquisa de campo qualitativa e/ou quantitativa, ter sido publicado de 2010 até 2025, ser produção nacional e disponível o texto completo.

Além disso, os critérios de exclusão foram: pesquisas realizadas com professores do ensino infantil, ensino médio, ensino técnico e ensino superior; ser artigos oriundos de revisão de literatura, relato de experiência e pesquisas que tivessem por objetivo identificar sintomas sem apontar os fatores que influenciaram no desenvolvimento da SB.

Como resultados foram obtidos 158 artigos, após leitura dos resumos para compreender os objetivos e público alvo, foram descartadas 136 publicações, haja vista que não se encaixavam nos critérios de inclusão. Portanto, após esse trabalho foram selecionados 23 artigos que foram lidos na íntegra, sendo selecionados para análise 5, tendo em vista, que os demais não se enquadraram no critério de inclusão: descrição dos estressores que contribuíram para o desenvolvimento da SB.

Principais estressores identificados

Título e Autoria	Objetivos	Estratégias Metodológicas	Resultados
Conhecimento de professores sobre a síndrome de burnout: Processo, fatores de risco e consequências. Diehl L., Carlotto M. S. (2014)	Explorar o conhecimento de professores sobre a SB, assim como compreender os elementos utilizados para interpretar esse processo.	Trata-se de uma investigação qualitativa. Participaram do estudo seis professoras do Ensino Fundamental. Como instrumento utilizou-se um protocolo de entrevista semiestruturada. A análise dos dados deu-se por análise de conteúdo a partir de seis categorias estabelecidas a priori, gerando novas subcategorias, que foram analisadas de acordo com o modelo teórico de Gil Monte da SB.	Definição e nível de conhecimento sobre a SB: Estresse, Depressão, Doença dos profissionais que lidam com pessoas Distanciamento; Atribuições analíticas causais: Ocorre ao longo do tempo; Resultado de pressão emocional associada com intenso envolvimento com pessoas, Não é percebido pela pessoa; Conhecimento Axiomático: Indisciplina dos alunos, Falta de apoio dos pais e da direção da escola, Sobrecarga de trabalho, Cobrança social; Componentes Descritivos: Sintomas físicos, Sintomas psíquicos, Distúrbios comportamentais; Conhecimento Axiomático: Significado do trabalho, Características do trabalho, Expectativas realísticas, Suporte social; Atribuições causais normativas: Centradas no indivíduo, Centradas na organização.
Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB Batista, J. B. V., Carlotto, M. S., Coutinho, A. S., Augusto, L. G. S. (2010)	Avaliar a prevalência da Síndrome de Burnout nos professores da primeira fase do Ensino Fundamental das escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB, e sua relação com as variáveis sociodemográficas e laborais.	O estudo foi de corte transversal e a amostra foi probabilística do tipo aleatória simples constituída por 265 professores foi determinada através de cálculo amostral, considerando um intervalo de confiança de 95% e erro de 5%, a partir de uma população de 959 professores do ensino fundamental. Para o levantamento das variáveis sociodemográficas foi aplicado um questionário construído com base no referencial teórico sobre Burnout em professores. Para avaliar a Síndrome de Burnout foi utilizado o MBI ED - Maslach Burnout Inventory-Educators Survey, versão para professores, com adaptação para o uso no Brasil realizada por Carlotto e Câmara 23. Foram utilizados os pontos de corte adotados por Shiron e sugeridos por Gil Monte. A análise dos dados foi realizada através do programa SPSS - Statistical Package for Social Sciences, versão 13.0	O distanciamento, a desmotivação e o endurecimento afetivo no trabalho associaram-se a pessoas sem companheiro fixo, com mais de 40 anos, estáveis no emprego, com mais de 20 anos de trabalho. Professores com carga máxima de trabalho, que sentem sua vida pessoal atingida pelo trabalho, que já pensaram em mudar de profissão, que sentem a profissão estressante e que já se afastaram do trabalho por motivo de saúde possuem justificativas suficientes para o desenvolvimento da dimensão Exaustão Emocionais. Os professores que têm filhos, que atuam com uma elevada carga horária de trabalho, que sentem que a profissão está interferindo na sua vida, que consideram a profissão menos interessante do que quando começaram a trabalhar e acreditam que a mesma é estressante, possuem maior sentimento de que a profissão não é fonte de realização pessoal.

Percepção de sobrecarga e desinteresse dos alunos: as faces do estresse docente em escola pública. Carvalho, V. D. de (2025)	Analisar a percepção de estressores psicossociais em sua relação com alguns aspectos das condições laborais (vínculo empregatício, carga horária em sala de aula e número de alunos por turma), junto a professores de uma escola pública da rede estadual sul-mineira.	Participaram do estudo 35 docentes, os quais responderam à Escala para Avaliação de Estressores Psicossociais no Contexto Laboral e a um formulário sociodemográfico, sendo que junto a onze destes foram realizadas, adicionalmente, entrevistas. Estatísticas descritivas, testes t, ANOVA e análises de correlação foram aplicados aos dados quantitativos e as entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo	Os resultados demonstraram que docentes com vínculo efetivo, em comparação aos contratados, percebiam maior sobrecarga de papéis e conflito trabalho-família, a atuação em mais de uma escola se associou às percepções de conflito trabalho-família e à falta de autonomia e o número de alunos por turma se mostrou correlacionado à percepção de conflito e à ambiguidade de papéis; cabendo destacar que a carga horária em sala de aula foi a variável que se mostrou correlacionada à percepção do maior número de estressores. As narrativas corroboram em grande parte tais resultados, fortalecendo as conclusões quanto à sobrecarga como fator de mal-estar no trabalho e acrescentaram a problemática do desinteresse dos alunos como estressora pela deterioração da qualidade nas relações e pela frustração de expectativas na atuação profissional.
Estressores ocupacionais e docência na educação básica: relatos de professores atuantes em escola pública. Carvalho, V. D. (2022)	Caracterizar os estressores ocupacionais no exercício da atividade docente a partir dos relatos de professores atuantes em duas instituições públicas de educação básica, situadas na região sul de Minas Gerais.	A seleção da amostra de 12 sujeitos junto aos quais foram desenvolvidas as entrevistas. Tendo em vista os objetivos do projeto, foram utilizados dois instrumentos principais: um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista com questões direcionadas ao levantamento da percepção dos envolvidos quanto aos principais estressores presentes na atividade docente. Os dados coletados pelo questionário socio-demográfico foram tabulados e analisados por meio de procedimentos estatísticos descritivos para delinear o perfil dos respondentes	A análise de conteúdo revelou como estressores mais enfatizados pelos docentes os fatores intrínsecos ao trabalho (infraestrutura deficitária das escolas, sobrecarga quantitativa e qualitativa de tarefas), os relacionamentos no trabalho (baixo suporte de pais/responsáveis, dificuldades na relação com os alunos) e o papel na organização (sobrecarga de papéis, conflito entre transmissores de papel, grau de responsabilidade).

Discussão: o adoecimento silencioso do professor

Os dados encontrados apontam para uma prevalência de pesquisas qualitativas no que se refere à descrição dos estressores que influenciam o desenvolvimento da síndrome de burnout em professores do ensino fundamental.

Ademais, é possível notar que a sobrecarga de trabalho aparece como um fator comum nos estudos, como um estressor que contribui negativamente com o surgimento da SB. Esse fato pode estar relacionado com o que Aldwin (2007), chamou de deformidade de papel, constituído pelo excesso de trabalho, o sobrecarregamento que funciona como um estressor de ordem sociocultural e expor-se a ele de forma crônica desencadeia como resposta a SB. Além dessa categoria, outra que surgiu nos

cinco estudos foi a das relações interpessoais. Nesse sentido, seja a presença de uma relação permeada pela indisciplina do aluno, seja pela falta de uma relação de apoio da direção, ou ainda pela ausência de um companheiro, esses contatos com o outro emergem como um determinante do estresse.

Dessa forma, configura-se uma deformidade de papéis que, conforme Aldwin (2007, p. 31), pode ser entendida como “conflitos interpessoais dentre os papéis”, considerados estressores de natureza sociocultural. Em outras palavras, relações marcadas por conflito, desamparo e ausência de apoio entre os pares constituem uma variável relevante a ser analisada. Além disso, as pesquisas também destacaram a organização do trabalho como uma categoria importante, ainda que identificada em apenas um dos estudos.

Assim, pode-se compreender como uma distorção nos papéis sociais, já que, segundo Aldwin (2007, p. 31), os “conflitos interpessoais entre os papéis” configuram um dos estressores de natureza sociocultural. Nesse sentido, relações marcadas por conflitos, desamparo e falta de apoio dos pares constituem uma variável relevante a ser considerada. Além disso, outra categoria destacada em pesquisas refere-se à organização do trabalho, ainda que tenha sido mencionada em apenas um dos estudos.

Segundo Carlotto (2013), a organização do trabalho é responsável por “sentimento de frustração (p. 209)”, pois frente aos estressores que surgem dentro dela, o trabalhador se sente sem recursos de enfrentamento. Dessa maneira, se sente impotente, pois mudar a realidade não depende apenas do profissional, mas de toda uma organização estrutural.

Esse ponto já havia sido destacado nos estudos de estresse por Aldwin, (2007) “O estresse resulta de um desequilíbrio entre as requisições da situação ambiental e a capacidade de uma pessoa de manejar isto (p. 33)”. Nesse sentido, a exposição crônica às situações de desequilíbrio constante é um estressor que contribui de forma significativa para o surgimento da SB, haja vista que ela é uma resposta a essa exposição.

Considerações finais

Diante dos achados, observa-se que ainda são escassos os estudos voltados à investigação dos estressores relacionados ao trabalho de professores do ensino fundamental e sua influência no desenvolvimento da síndrome de burnout. Em contrapartida, a saúde do professor universitário

tem recebido maior destaque nos últimos cinco anos, sobretudo em razão do crescimento das publicações voltadas à saúde mental desses profissionais.

Ademais, as pesquisas produzidas estão mais voltadas para a identificação da SB em professores, sem fazer um levantamento das variáveis do estresse que se associam a essa patologia, algo fundamental para traçar estratégias de intervenção e prevenção.

Além disso, as categorias que surgiram apontam para fatores que vão desde a estrutura do trabalho, como a organização laboral, até os recursos individuais que o sujeito dispõe para enfrentar o estresse. Nessa perspectiva, é de suma importância que mais estudos sejam produzidos, no Brasil, sobre essa temática para compreender esses estressores.

Referências

ALDWIN, C. M. **Stress, coping, and development: an integrative perspective**. New York, 2007.

ALMEIDA, R. A.; MALAGRIS, L. E. N. **A prática da psicologia da saúde**. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012. Acesso em: 14 out. 2025.

BATISTA, J. B. V.; CARLOTTO, M. S.; COUTINHO, A. S.; AUGUSTO, L. G. S. **Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB**. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 13, n. 3, p. 502–512, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/74MV3CfF8g6vSHjWMQJFqkp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

CARLOTTO, M. S.; DIEHL, L. **Conhecimento de professores sobre a Síndrome de Burnout: processo, fatores de risco e consequências**. *Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 19, n. 4, p. 741–752, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-73722455415>.

CARLOTTO, M. S.; PIZZINATO, A. **Avaliação e interpretação do mal-estar docente: um estudo qualitativo sobre a Síndrome de Burnout**. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 13, n. 1–2, p. 195–220, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482013000100008. Acesso em: 14 out. 2025.

CARVALHO, V. D. **Estressores ocupacionais e docência na educação básica: relatos de professores atuantes em escolas públicas.** *Psico*, Porto Alegre, v. 53, n. 1, p. 1–12, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2022.1.37470>.

CARVALHO, V. D. **Percepções de sobrecarga e desinteresse dos alunos: as faces do estresse docente em escola pública.** *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, v. 14, e5922, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rps.2025.e5922>.

GORAYEB, R. **Psicologia da saúde no Brasil.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. especial, p. 115–122, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/18180/16739>. Acesso em: 14 out. 2025.

GIL-MONTE, P. R. **El síndrome de quemarse por el trabajo (“burnout”): una enfermedad laboral en la sociedad del bienestar.** Madrid: Pirámide, 2005.

GIL-MONTE, P. R.; CARLOTTO, M. S.; CÁMARA, S. **G. Validação da versão brasileira do “Cuestionario para la Evaluación del Síndrome de Quemarse por el Trabajo” em professores.** *Revista de Saúde Pública*, v. 44, n. 1, p. 140–147, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/nKKQc5BLz9Dqg59LPkXJHM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

HELOANI, R.; LANCMAN, S. **Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação.** *Revista Produção*, v. 14, n. 3, p. 77–86, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300009. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

MASLACH, C.; JACKSON, S. E. **The measurement of experienced burnout.** *Journal of Occupational Behavior*, v. 2, p. 99–113, 1981.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W. B.; LEITER, M. P. **Job burnout.** *Annual Review of Psychology*, v. 52, p. 397–422, 2001.

MARTINS, D. G.; JÚNIOR, A. R. **Psicologia da saúde e o novo paradigma.** *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v. 3, n. 1, 2001. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/>

Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_3_-_Numero_1/v3n1_art3.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

MATARAZZO, J. D. **Behavioral health and behavioral medicine: frontiers for a new health** psychology. *American Psychologist*, v. 35, p. 807–817, 1980. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.35.9.807>.

RUMIN, C. R. **Notas para a história da psicologia da saúde. Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 30–45, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v4n1/a04.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

SANTOS, L. C.; NOGUEIRA, E. L. **Psicologia, saúde e hospital: contribuições para a prática profissional**. Belo Horizonte: Editora Artesã, 2017.

SOUZA, M. S.; BAPTISTA, M. N. **Associações entre suporte familiar e saúde mental. Psicologia Argumento**, v. 26, n. 54, p. 207–215, 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19753/19065>. Acesso em: 14 out. 2025.

SPINK, M. J. P. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



EIXO 02

SAÚDE E ACOLHIMENTO: O OLHAR SENSÍVEL À COMPLEXIDADE HUMANA

A INCIDÊNCIA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NOS MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR DE USUÁRIOS DE ÁLCOOL

Manuela Simões Ramos Lima

Introdução

Considerado um fenômeno que está presente em todas as classes sociais, o uso abusivo do álcool caracteriza-se como um problema de saúde pública que requer intervenção. (SEEGER, 2011, p 01). O presente estudo busca compreender os processos geradores de demandas biopsicossocial e factual gerado nas famílias dos dependentes químicos.

O consumo do álcool é relatado em muitas pesquisas como uma das substâncias psicoativas mais consumidas pela população mundial, sendo elas adaptadas no contexto social em rituais, datas comemorativas, festas. Ou seja, sempre associado aos aspectos culturais, porém o uso abusivo é considerado um fenômeno complicado, sendo considerado um dos maiores problemas de saúde pública no Brasil. (A. P. A. T. Lopes, G. S. Ganassin, S. S. Marcon & M. N. Decesaro, 2015).

Conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), a dependência química é o conjunto de vários sinais e sintomas cognitivos, comportamentais e fisiológicos que indicam que o indivíduo permanece usando uma substância, mesmo apresentando severos problemas relacionados ao uso.

As drogas são substâncias psicotrópicas que atuam sobre o sistema nervoso central, modificando de alguma forma o comportamento. Por esse motivo são conhecidas como substâncias psicoativas. SECRETARIA NACIONAL ANTIDROGAS – SENAD (2001).

Os altos índices de usuários de álcool demonstram o risco de vulnerabilidade biopsicossocial, sendo um fator importante para o desenvolvimento do adoecimento mental, podendo influenciar na saúde mental da parentalidade. Diante do cenário, as demandas cada vez mais

complexas sobre a problemática enfrentam uma série de desafios (Cordeiro KPA, Souza LLG, Soares RSMV, Fagundes LC, Soares WD.2021).

Dada a importância da temática, o presente estudo visa analisar como o núcleo familiar do dependente de álcool descreve o seu sofrimento psíquico e levantar dados bibliográficos acerca da temática.

Em virtude de ser um problema bastante complicado e o aumento progressivo dos usuários em tratamento percebeu-se a necessidade de estudar a incidência do adoecimento psíquico dos familiares dos usuários de álcool.

Em sua pesquisa, Morais et al (2009, p.2) afirmou que em relação à assistência aos familiares de usuários de álcool e outras drogas, falta um suporte em saúde, visto que a família também sofre na qualidade de codependente à dependência química.

Ainda conforme Morais et al. (2009, p. 2), a codependência

[...] refere-se à pessoa que convive diretamente com alguém que apresenta dependência química, especialmente do álcool. Por extensão, inclui também aqueles que, por diversos motivos, vivenciaram uma relação parentalizada prolongada na família de origem, assumindo precocemente responsabilidades inadequadas para a idade e o contexto cultural. [...] Trata-se de uma doença crônica e regressiva. (Morais et al. 2009, p. 2)

A seguir, apresento a metodologia da pesquisa, detalhando os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados. Na seção de resultados e discussões, exponho os achados da revisão bibliográfica e analiso os processos que podem desencadear demandas relacionadas ao sofrimento psíquico, ao uso de álcool e à parentalidade. Por fim, nas conclusões, sintetizo os principais pontos abordados ao longo do estudo, destacando suas contribuições para a saúde mental e sugerindo possíveis direções para pesquisas futuras.

Metodologia

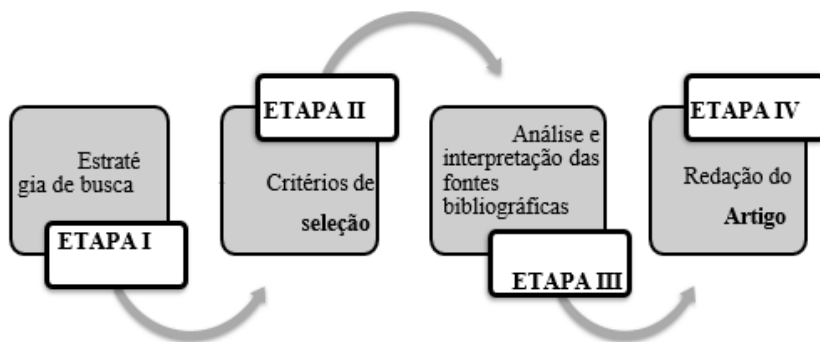
A pesquisa bibliográfica é um componente essencial deste estudo, pois permite uma revisão abrangente da literatura existente sobre o uso de álcool, o sofrimento psíquico e sua relação com a parentalidade e a saúde mental desses indivíduos. Autores como Lakatos e Marconi (2007), Gil (2009) e Severino (2017) definem a pesquisa bibliográfica como aquela desenvolvida a partir de material previamente elaborado, constituído

principalmente por livros e artigos científicos. A principal vantagem desse tipo de pesquisa é possibilitar ao pesquisador a cobertura de uma gama maior de fenômenos do que aquela que poderia ser investigada diretamente.

Além disso, o presente estudo adota uma abordagem de delineamento misto, combinando elementos quantitativos e qualitativos. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais ampla e aprofundada do sofrimento psíquico dos familiares usuários de álcool. Conforme Moresi et al. (2003, p. 72), as pesquisas quantitativas e qualitativas oferecem perspectivas distintas, porém complementares, podendo ser utilizadas conjuntamente em estudos mistos para fornecer informações mais completas do que aquelas obtidas por um único método isoladamente.

Dessa forma, as etapas metodológicas deste estudo são divididas em quatro etapas principais:

Figura 1: Organograma das etapas de desenvolvimento desta pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

ETAPA I. Estratégia de busca: nesta etapa, foi realizada uma busca sistemática e abrangente de literatura relacionada ao tema da incidência do sofrimento psíquico nos membros do núcleo familiar de usuários de álcool. A busca foi conduzida em múltiplas bases de dados acadêmicos, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o SciELO (Scientific Electronic Library Online) e o Portal de Periódicos da CAPES, os artigos também foram buscados no Google Acadêmico para verificar se havia outro meio de acesso.

ETAPA II. Critérios de Seleção: Com o intuito de garantir a qualidade e proximidade dos estudos selecionados, estabeleceu-se critérios de inclusão e exclusão. Priorizou pesquisas empíricas, filtradas em língua portuguesa (língua oficial do pesquisador) e publicadas a partir dos anos

de 2007, pois intuito foi a identificação de estudos mais recentes sobre o tema.

Foram incluídos diferentes tipos de estudos, desde artigos até teses de doutorado, os quais abordam o sofrimento psíquico nos membros do núcleo familiar de usuários de álcool. Foram excluídos estudos que não estavam diretamente relacionados ao tema.

Para a realização da pesquisa bibliográfica as seguintes palavras-chave foram definidas: sofrimento psíquico, parentalidade, usuários de álcool, família e saúde mental. Após a leitura do título e do resumo dos artigos, identificou-se que 21 estudos cumpriam os critérios de inclusão e estavam de acordo com o tema da pesquisa.

ETAPA III. Análise e interpretação das fontes bibliográficas: Nesta etapa, foi realizada uma análise crítica dos estudos selecionados e elaborou-se fichamentos que com as principais informações relevantes extraídas das fontes bibliográficas revisadas. Destacou-se as abordagens, tendências e conclusões das fontes bibliográficas, utilizando métodos de análise que variam desde a análise de conteúdo, análise descritiva, análise documental e análise de discurso.

A análise incluiu também a avaliação da qualidade metodológica dos estudos, quando aplicável.

ETAPA IV. Redação do artigo: A partir das constatações e resultados adquiridos nas etapas anteriores, culminou na redação do artigo.

Contextualização sobre o alcoolismo

O alcoolismo tem sido considerado um dos maiores problemas de saúde pública, uma vez que, afeta a saúde do indivíduo em seu todo, tornando-se comprometida as esferas física, mental e social (FACCIO, 2008).

Ainda segundo Faccio (2008), a dependência do álcool pode levar a vários prejuízos, além dos orgânicos, é observado também atos violentos decorrentes do uso dessa substância, o que resulta num processo de adoecimento tanto físico como psicológico.

O uso de bebida alcoólica já vem sendo utilizado desde as mais remotas civilizações, em cerimônias e rituais religiosos, como um auxílio nas relações sociais. A expressão do alcoolismo tem sido reestruturada ao longo do tempo, primeira definição foi dada pelo médico sueco

Magnus Huss, avaliando os danos a saúde física causados pelo álcool, mais tarde o alcoolismo passa ser reconhecido com uma doença, incluindo na classificação internacional de doenças (CID), (SALEMA, 2013; LINO, 2006).

Sendo o alcoolismo conceituado como:

Uma doença que atinge a saúde física, mental e social do indivíduo: a saúde física é prejudicada pela ação patológica destrutiva que o álcool exerce sobre os tecidos, órgãos, aparelhos e sistemas do organismo, determinando alterações graves no funcionamento do corpo humano; a agressão à saúde mental se manifesta pela desestabilização dos sistemas nervosos e periférico e pelas alterações de comportamento. (JABER & CHARLES, 2002, apud SALEMA, 2013, p. 8).

Para Oliveira (2009), o alcoolismo é caracterizado como uma doença crescente, e pode ser considerada aguda ou crônica. O agudo é quando o indivíduo faz uso da bebida alcoólica, uma vez ou outra, em grande quantidade, podendo ter uma consequência leve, ou muitas vezes grave, como por exemplo: entrar em coma alcoólico. Já o crônico, é quando o uso se torna frequente, várias vezes no decorrer do dia, mesmo em pequenas doses, uma quantidade de álcool superior aquela que o organismo pode tolerar, tornando a alcoolização contínua (OLIVEIRA, 2009).

O álcool é considerado um depressor do sistema nervoso central, podendo causar mudanças no comportamento. Os efeitos do álcool pode então ser divididos em duas etapas, podendo deixar a pessoa mais eufórica e desinibida, e a segunda é quando deprime. O álcool ele faz o circuito na corrente sanguínea afetando vários órgãos, principalmente o fígado, causando danos às células hepáticas. Conforme as doses e frequências com que se ingere a bebida alcoólica, os danos à saúde podem ocorrer muito mais rápido (MACENA & TREVISAN, 2013; RAMOS, 2009).

Além dos problemas clínicos, o álcool também causa danos psicológicos, e impactos nas relações sociais. Essas três esferas estão interligadas, o efeito do álcool por muito tempo no organismo pode então, desencadear transtornos comportamentais, conflitos familiares, comprometimento nas atividades diárias, afeta a vida profissional do indivíduo, com baixo rendimento no trabalho. Problemas esses que contribuem para distanciamento da participação social, assim, frustrações por não atender as expectativas como ser social e familiar o que pode acarretar uma baixa auto-estima, e desvalorização na percepção de si mesmo (SILVA, 2008).

O álcool é responsável por vários fatores negativos, em diferente contexto da vida do ser humano, incluindo a violência nos transito, estudos apontam que mais 50% de acidentes em trânsito, pelo menos um dos envolvidos fez uso de álcool, com danos drásticos na vida daqueles que não fazem uso da bebida e também tornam se vítimas fatais de violência (RASSUL, 2012).

Família e sua importância

A função social da família e os modelos nos quais nos apresentam em diferentes momentos da história são conhecimentos importantes para se analisar a incidência do sofrimento psíquico dos membros do núcleo familiar. O conceito de família mudou bastante nos últimos anos, várias mudanças vêm ocorrendo diante das transformações da sociedade. Atualmente, pode-se considerar família o ambiente em que o indivíduo está inserido e cultiva suas experiências iniciais desenvolver a sua personalidade e caráter (Maluf, 2010).

Ainda diante das ideias de Maluf, as mudanças familiares não ocorreram somente na estrutura física, com o desenvolvimento da ciência, tecnologia e dos costumes, o novo modelo dessa instituição traduz o perfil da realidade contemporânea da sociedade atual, refletindo no aumento da afetividade, o respeito e a dignidade humana.

Já Sartório (2006 apud Pereira, 2004) diz que a família transmite aos filhos os valores e padrões culturais da sociedade, através da educação, promovendo a socialização da criança. É considerada a primeira escola para o sujeito, pois fornece uma compreensão do agir social, influenciando suas futuras relações.

Nesse sentido, a família representa o espaço coletivo indispensável para a garantia da sobrevivência, desenvolvimento e proteção de seus membros, independente de seu arranjo ou da forma como se estrutura, possuindo uma dinâmica de vida específica.³ Logo, entende-se que não basta tratar o portador de sofrimento psíquico isoladamente, mas ofertar cuidados a todos aqueles que compõem o núcleo familiar.⁴ (Azevedo e Miranda, 2011, p.340)

Ainda diante das ideias de Azevedo e Miranda Quando um integrante da família passa por um sofrimento psíquico esse adoecimento envolve todos os componentes do núcleo familiar, e as vivências disfuncionais desses indivíduos colabora para o aumento do adoecimento.

Usos de drogas

O uso de substâncias psicoativas pode ter diversas funções subjetivas, de características individuais, mais envolvem relações que abarcam os outros e o espaço em que convive (Daumas, 2012). Ainda diante das ideias de Daumas (2012), usar drogas é um problema que atinge o mundo inteiro, tornando-se uma das principais dificuldades de saúde pública no mundo, com o desenvolvimento tecnológico, social, científico e globalização o uso disseminou rapidamente.

Daumas afirma que o consumo e abuso de drogas ocasiona graves sequelas individuais e sociais para o futuro dos jovens, familiares e de toda a sociedade. É considerado pela Organização Mundial da Saúde como uma doença crônica e recursiva.

Na assistência em usuários de álcool nos serviços de saúde, observa-se a pouca preocupação e suporte aos familiares, que são co-dependentes e passam pelo o mesmo sofrimento além de não saber lidar com as situações provocadas pelo uso abusivo de substâncias psicoativas de um membro da família.

Diante deste quadro, surgiu o interesse em pesquisar quais os prováveis fatores que podem atuar como intensificador do problema.

Sofrimentos psíquicos dos familiares

A família também sofre com a dependência química, acabam desenvolvendo um sofrimento psíquico. Diante da pesquisa realizada pelo LENAD Família (Levantamento Nacional com Familiares dos Dependentes Químicos):

Identificou também que a família do dependente se apresenta em situação de vulnerabilidade e de riscos para o desenvolvimento de problemas de saúde. “O estudo mostrou que familiares de dependentes químicos apresentam significativamente mais sintomas físicos e psicológicos que a média da população”. Observou-se também que as mães sofrem mais sintomas físicos e psicológicos decorrentes do uso de seus filhos que outros familiares, independente da substância que levou ao tratamento. (LENAD Família, Ter, 03 Dez 2013 14:37:00 -0200)

Resultados e discussões

Foram analisados 21 artigos científicos com o objetivo de compreender como o núcleo familiar do usuário de álcool vivencia sua subjetividade diante da convivência com um membro alcoolista. A família, segundo Lopes, Ganassin, Marcon e Decesaro (2015), constitui parte integrante da vida de qualquer indivíduo. Embora não seja o único espaço de socialização, o ambiente familiar é de acesso contínuo, onde ocorrem interações, conflitos e interferências constantes entre seus membros. Dessa forma, o núcleo familiar é diretamente impactado por demandas relacionadas à convivência com o alcoolista, vivenciando consequências de forma direta ou indireta.

A pesquisa de Lopes et al. (2015) aponta que, quando há um membro da família em uso abusivo de álcool ou outras drogas, o ambiente torna-se vulnerável, expondo os demais integrantes à violência, sofrimento psíquico, desestruturação da dinâmica familiar, transtornos mentais e codependência. Esses fatores podem comprometer o desenvolvimento saudável dos indivíduos e das relações familiares.

O estudo de Medeiros et al. (2013) evidencia os impactos da dependência química na estrutura familiar, destacando a ruptura da rotina e a emergência de sentimentos como vulnerabilidade, desamparo e frustração em relação ao tratamento da doença. Os autores ressaltam, ainda, a deterioração dos relacionamentos familiares, bem como a dificuldade em lidar com aspectos como o adoecimento coletivo da família e as repercussões nas esferas financeira e laboral.

A presença de um alcoolista no núcleo familiar também repercute negativamente no âmbito social, contribuindo para situações como violência doméstica, conflitos interpessoais, separações conjugais, negligência infantil, dificuldades econômicas e problemas legais e clínicos (Lopes et al., 2015).

Entre os fatores mais recorrentes, os sentimentos experienciados pelos familiares incluem tristeza, raiva e medo. Como destacado por Medeiros et al. (2013, p. 271): “A sobrecarga é multidimensional, envolve diversos aspectos relacionados aos sintomas e comportamentos do paciente que interferem na rotina e na dinâmica das famílias. Tais aspectos desorganizam o dia a dia dos membros familiares, exigindo-lhes tarefas extras de cuidado e acarretando-lhes um estresse crônico com o qual devem aprender a lidar.” MEDEIROS ET AL. (2013, p. 271):

Também observam que os vínculos afetivos e as relações de respeito no âmbito familiar e social são significativamente abalados. O indivíduo em situação de dependência tende a negligenciar o próprio cuidado e o de seus familiares. Além disso, há dificuldade, por parte dos familiares, em identificar o uso abusivo no estágio inicial, uma vez que este geralmente se apresenta de forma esporádica e, gradualmente, torna-se descontrolado. A mudança de comportamento do usuário especialmente em resposta a essa realidade, muitos familiares adotam posturas obsessivas no cuidado com o dependente, passando a vigiá-lo e controlá-lo de maneira excessiva. Tal comportamento, segundo Morais et al. (2009), caracteriza-se como um sinal de codependência, que se manifesta através da atenção desmedida ao outro, frequentemente em detrimento do cuidado de si mesmo.

Outro fator de extrema relevância diz respeito à intensificação do adoecimento psíquico dos familiares. A codependência pode favorecer o desenvolvimento de psicopatologias, dependência comportamental e comportamentos característicos de sofrimento emocional, como o denominado “comportamento feminino excessivo” (Diehl, Da Silva e Bosso, 2017).

Dentre os sentimentos mais presentes, a culpa se destaca, revelando profundos sinais de sofrimento emocional. Muitos familiares demonstram acreditar que são responsáveis, ou ao menos parcialmente culpados, pelo uso de álcool por parte do ente querido. Morais et al. (2009) aponta que o sentimento de culpa aparece de forma recorrente nos relatos dos familiares, que tendem a assumir integralmente a responsabilidade pelo dependente químico.

Considerações finais

Nos últimos anos, os estudos relacionados aos estados emocionais dos familiares de dependentes de álcool têm se intensificado. No entanto, o suporte ofertado a esses indivíduos ainda é insuficiente. A partir do conteúdo abordado ao longo deste artigo, foi possível analisar pesquisas que investigaram como o núcleo familiar de pessoas com dependência alcoólica descreve seu sofrimento psíquico, além de identificar fatores que impactam diretamente a convivência familiar.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de um olhar mais atento das equipes de saúde mental para com os cuidadores, visando à definição e implementação de ações voltadas ao cuidado desses

indivíduos. Os resultados obtidos revelaram que, conforme apontado por diversas fontes, o uso abusivo do álcool está frequentemente associado a conflitos familiares, violência, adoecimento emocional e até mesmo óbito. Tais impactos demonstram que o alcoolismo não afeta apenas o indivíduo dependente, mas também compromete significativamente a estrutura emocional e social dos familiares mais próximos.

De acordo com Diehl, Silva e Bosso (2017), mais de 25 milhões de brasileiros convivem com algum membro da família que faz uso de substâncias psicoativas, o que evidencia o aumento da vulnerabilidade dessas famílias. Em relação às principais dificuldades enfrentadas pelos cuidadores, observou-se uma significativa resistência por parte dos usuários em aderir ao tratamento. Os autores supracitados também destacam que, em determinados contextos, a família pode funcionar tanto como um fator de risco quanto como um sistema protetivo e encorajador — tanto no início e experimentação do uso de substâncias quanto no processo de recuperação.

É importante ressaltar que muitos dependentes demoram a reconhecer os prejuízos decorrentes do consumo de álcool. Assim, entende-se que o trabalho com as famílias deve ser priorizado, especialmente por meio de uma rede de serviços especializados que ofereçam apoio integral ao dependente e à sua rede de suporte. Esse suporte é essencial para minimizar o sofrimento emocional e maximizar a adesão ao tratamento.

Conclui-se, portanto, que a família exerce papel ambíguo no contexto da dependência química, podendo tanto favorecer o agravamento do problema quanto contribuir significativamente para a recuperação do indivíduo adoecido. Espera-se que este trabalho possa servir de subsídio para futuras pesquisas relacionadas à temática, bem como instrumento de apoio a profissionais da área da saúde, incentivando reflexões e ações voltadas à compreensão do sofrimento psíquico vivenciado pelos membros do núcleo familiar de usuários de álcool.

Referências

DIEHL, Alessandra; SILVA, Dalzira da; BOSSO, Aline Tagliatti. **Codependência entre famílias de usuários de álcool e outras drogas: de fato uma doença? Debates em Psiquiatria**, [s.l.], v. 9, n. 1, jan./fev. 2017. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/104/88>. Acessado em: 22/06/2025.

Azevedo D.M, Miranda F.A.N. **Oficinas Terapêuticas como Instrumento de Reabilitação Psicossocial: Percepção de Familiares.** Esc Anna Nery (impr.)2011 abr - jun; 15 (2):339-345. Disponível em: Acesso em: 25/07/2014

CHECHIA, Valeria Aparecida. **Intervenção com pais de alunos com insucesso escolar. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia)** - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-12042009-22343.php> Acesso em: 26/10/2012.

Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Versão: 1.6c, Data da versão: 30/09/1998: disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/download.htm>; Acessado em 25/07/2014.

Cordeiro KPA, Souza LLG, Soares RSMV, Fagundes LC, Soares WD. **Alcoholism: impacts on family life.** SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. 2021 jan.- mar.;17(1):84-91. doi: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2021.168374>

CORDEIRO, Ketlen Patrycia Alves et al . **Alcoolismo: impactos na vida familiar.** SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.), Ribeirão Preto , v. 17, n. 1, p. 84-91, mar. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762021000100012&lng=pt&nrm=iso. acessos em 13 jun. 2025. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2021.168374>.

DAUMAS, J. do S. P. **As dificuldades enfrentadas pela estratégia saúde da família no cuidado à saúde do dependente químico** / Jane do Socorro Pantoja Daumas. – Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://ocuriosodaunisinis.wordpress.com/2009/06/20/o-alcool-e-seus-efeitos-desastrosos-no-organismo-e-na-vida/>. Acessado em 17 de Agosto 2014. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0054.pdf>. Acessado em 14 de Agosto de 2014.

FACCIO, Gilvane. **Alcoolismo: Um caso de saúde pública. Uma revisão bibliográfica sobre a dependência do álcool no Brasil.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Faculdade de Medicina- Departamento de medicina social curso de especialização em saúde pública, Porto Alegre, 2008. Disponível <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15412/000678030.pdf?sequence=1> Acessado em 14 de Agosto 2014.

GUNTHER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia Teoria e Pesquisa**. Brasília, vol. 22n, pp.201-210, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acessado em 25/12/2012.

Levantamento Nacional de Famílias dos Dependentes Químicos (Lenad Família), do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (INPAD) Ter, 03 Dez 2013 14:37:00 -0200. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/1620139. Acessado em 10/02/2015.

LINO, Tiago Alexandre L. R. **Alcoolismo- Da causa à doença**. Trabalho de licenciatura 2006.

LOPES, Ana Patrícia; GANASSIN, Gabriela Schiavon; MARCON, Sonia Silva; DECESARO, Maria das Neves. **Abuso de bebida alcoólica e sua relação no contexto familiar**. Psicologia Social Comunitária e Saúde Mental • Estud. psicol. (Natal) 20 (1) • Jan-Mar 2015 • Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20150004>, Acessado em: 02/06/2025

LOPES, T. A. P. A., GANASSIN, S. G., MARCON, S. S., DECESARO, N. M. **Abuso de bebida alcoólica e sua relação no contexto familiar**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 18, n. 2, p. 269-279, abr./jun. 2013. Acessado em 20/06/2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/9Nfhk95FCXZFHfYfgq85Ftjg/?format=pdf&lang=pt>

MALUF, D.F.R.C. **Novas Modalidades de Família na Pós-modernidade**, 2010. 44p. Tese de Doutorado. Faculdade de Direitos da USP, São Paulo, 2012. Disponível em: www.teses.usp.br. Acesso em 09-05-2014.

MEDEIROS, T. K., Marciel, C. S., SOUZA F. F., SOUZA T. M. F., DIAS V. C. C. **Representações Sociais do Uso e Abuso de Drogas Entre Familiares de Usuários**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 18, n. 2, p. 269-279, abr./jun. 2013. Acessado em: 15/06/2025, Disponível em: cielo.br/j/pe/a/MGGG5R3MMmszKjgjn8D5NqH#:~:text=Isto%20faz%20surgirem%20conflitos%20familiares,sentimento%20de%20culpa%20pelo%20adoecimento.

Ministério da saúde. **A POLÍTICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA A ATENÇÃO INTEGRAL A USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS**, 2ª edição revista e ampliada, Série B. Textos Básicos de Saúde Brasília – DF 2004. Disponível em: <http://www.obid>.

senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/326983.pdf. Acessado em 07/08/2014.

Moraes M. P. L., Braga B. A. V., Souza e A. M. A., Oriá B. O. M. **Expressão da codependência em familiares de dependentes Químicos.** remE - Rev. Min. Enferm.;13(1): 34-42, jan./mar., 2009. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/160>. Acessado em 10/04/2014.

OLIVEIRA, Bruna P. **Alcoolismo: Vivência familiar de uma doença social.** Faculdade de Letras da Universidade do Porto Departamento de Sociologia. Setembro. 2009. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20334/2/mestbrunaoliveiraalcoolismo000084993.pdf>. Acessado em 20 de Agosto 2014.

PIOVESAN, A. & TEMPORINI, E. R. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública,** Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo, Ver Saúde Publica, 29 (4),1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10>. Acesso em 16/11/2012.

RAMOS, Michele F. **O álcool e seus efeitos desastrosos no organismo e na vida.** Junho. 2009.

RASSUL, Fátima. **Alcoolismo- Comprometimento Orgânico/ Emocional e suas consequências** para o trânsito. Dezembro. 2012. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/alcoolismo-comprometimento-organico-emocional-e-suas-consequencias-para-o-transito/100859/>. Acessado em 20 de Agosto 2014.

RODRIGUES, C.W. **Metodologia Científica**, 2007. FAETEC/IST Paracambi. Disponível em: http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20C%20osta%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf Acesso em: 16/10/2014.

SALEMA, Ângela S. **Considerações sobre o abandono do tratamento dos dependentes de álcool dos CAPS- AD.** Pró-reitoria de graduação do curso de serviço social trabalho de conclusão de curso, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/1360/1/Angela%20Santos%20Salema.pdf>. Acessado em: 14 de Agosto 2014.

Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). (2001). **Um guia para a família.** Brasília: Senad. Acessado em:25/07/2014. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/index.html>.

SILVA, Marcela S. **Problemas na vida social relacionados ao consumo do álcool: estudo dos pacientes do Programa de Atendimento ao Alcoolismo do HUB**. Universidade de Brasília- UNB Instituto de Ciências Humanas- IH Departamento de Serviço Social- SER Trabalho de conclusão de Curso, Brasília, Maio. 2008.

TERENCE, Ana Cláudia F.; FILHO Edmundo E. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. ENEGEP- Fortaleza, CE, Brasil, outubro. 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf. Acessado em 17 de agosto 2011.

TREVISAN, Rita.; MACENA, Thaís. Home/Clinica Geral/ **Consequências do consumo de álcool**. Maio. 2013. Disponível em: <http://revistavivasau.de.uol.com.br/clinica-geral/consequencias-do-consumo-de-alcool/550/>. Acessado em 17 de Agosto de 2014.

RELIGIÃO E SAÚDE MENTAL NA JUVENTUDE: FATOR DE PROTEÇÃO OU RISCO?

Hayanne Adler Carvalho Lima¹

Alana Silva Almeida de Menezes²

Introdução

A adolescência é uma fase singular do desenvolvimento humano, marcada por profundas transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Nesse período de intensas transições, os jovens enfrentam o desafio de construir sua identidade, elaborar valores e encontrar um lugar de pertencimento em meio a um mundo em constante mudança. Essa jornada, embora repleta de descobertas e potencialidades, é também atravessada por conflitos internos, sentimentos de inadequação, incertezas sobre o futuro e angústias existenciais que, em muitos casos, não encontram espaços legítimos de expressão. O sofrimento psíquico, quando não reconhecido ou adequadamente acolhido, pode emergir de forma silenciosa e persistente, agravado pela ausência de redes de apoio e pela dificuldade de acesso a escutas sensíveis e não julgadoras.

Nesse contexto, a religiosidade desponta como uma dimensão relevante da experiência humana, especialmente durante a adolescência, quando o sujeito busca sentido para a vida e respostas para questões existenciais. Como fenômeno cultural, simbólico e subjetivo, a vivência religiosa pode oferecer recursos importantes de sustentação emocional, estruturação ética e pertencimento comunitário. Em contextos acolhedores, a fé pode ser fonte de esperança, resiliência e fortalecimento interior. No entanto, quando mediada por discursos rígidos, moralistas ou excludentes, a religiosidade pode também intensificar o sofrimento emocional, sobretudo entre jovens que não se encaixam nos padrões normativos defendidos por determinados grupos religiosos.

No cenário brasileiro, onde predominam tradições cristãs com forte influência sobre os valores sociais e institucionais, a relação entre juventude,

1 Graduada em Psicologia FARJ

2 Graduada em Psicologia FARJ

religiosidade e saúde mental adquire contornos ainda mais complexos. Muitas comunidades de fé atuam como espaços de apoio, solidariedade e sentido, mas, por vezes, também reproduzem estigmas e silenciam o sofrimento psíquico, interpretando-o como sinal de fraqueza espiritual, falta de fé ou transgressão moral. Tal dinâmica é especialmente preocupante diante do crescente aumento dos índices de suicídio entre adolescentes, fenômeno multifatorial frequentemente associado a transtornos mentais, mas também a fatores socioculturais como o estigma, a invisibilidade da dor e a ausência de diálogo sobre saúde mental.

Dados recentes da Organização Mundial da Saúde (2023) indicam que aproximadamente 97% dos casos de suicídio estão relacionados a algum transtorno mental diagnosticável, o que evidencia a urgência de abordagens integradas que articulem cuidados clínicos, sociais e espirituais de maneira ética e humanizada. Nesse sentido, torna-se imprescindível repensar os modos como a religiosidade é mobilizada no cuidado — ou no silenciamento — do sofrimento vivenciado por adolescentes.

Diante desse panorama, a presente pesquisa propõe-se a refletir criticamente sobre o papel da religiosidade na saúde mental de jovens, buscando compreender em que medida ela pode atuar como elemento protetivo, promotor de bem-estar ou, inversamente, como fator de risco e intensificação do sofrimento emocional. A análise parte do pressuposto de que a espiritualidade, vivida de forma sensível, ética e dialógica, pode contribuir significativamente para a valorização da vida, enquanto práticas religiosas pautadas na exclusão e no julgamento tendem a reforçar silêncios e vulnerabilidades. Assim, este estudo convida à construção de olhares interdisciplinares sobre os vínculos entre fé, subjetividade e cuidado, com o intuito de fomentar uma escuta mais atenta às dores da juventude e contribuir para estratégias de prevenção do suicídio comprometidas com o respeito à diversidade e à dignidade humana.

Apresentação do Problema, Objetivos e Justificativa.

Apesar dos avanços nos debates sobre saúde mental, o suicídio na adolescência continua sendo um tema marcado por silenciamentos, estigmas e negligência institucional. Nota-se, ainda hoje, uma grande dificuldade em reconhecer e acolher o sofrimento emocional vivenciado por jovens, tanto no ambiente familiar quanto nos espaços escolares, comunitários e religiosos. Essa omissão, muitas vezes alimentada por tabus morais ou por interpretações reducionistas do sofrimento, compromete

a construção de políticas públicas e estratégias de cuidado capazes de enfrentar essa realidade de forma ética, sensível e intersetorial.

Em contextos nos quais a religiosidade exerce influência significativa sobre os valores e as relações sociais, essa dificuldade assume contornos ainda mais delicados. O sofrimento psíquico, por vezes, é interpretado como sinal de fraqueza espiritual, desvio moral ou ausência de fé, o que pode agravar sentimento de culpa, vergonha e inadequação. Jovens que não se enquadram nos padrões normativos de determinados grupos religiosos tendem a experimentar exclusão e silenciamento, o que dificulta o acesso ao cuidado especializado e à escuta qualificada.

Diante desse cenário, torna-se fundamental investigar de que maneira a religiosidade interfere na saúde mental de adolescentes, identificando as possibilidades e os limites dessa vivência no enfrentamento do sofrimento psíquico e na prevenção do suicídio. Este estudo tem como foco analisar os efeitos ambivalentes que a experiência religiosa pode provocar durante a adolescência, atuando ora como fator de proteção e fortalecimento existencial, ora como elemento de risco e intensificação da dor emocional.

Com esse propósito, propõe-se compreender como as crenças e práticas religiosas participam da constituição da subjetividade juvenil, influenciando os modos como os adolescentes elaboram suas angústias, lidam com suas crises e constroem sentido para a vida. Busca-se também identificar elementos presentes nas experiências religiosas que favorecem a resiliência e o pertencimento, ao mesmo tempo em que se analisam práticas que possam gerar exclusão, julgamento ou reforço de estigmas. Por fim, objetiva-se discutir o papel das vivências religiosas acolhedoras na formulação de estratégias interdisciplinares de cuidado, que articulem espiritualidade, saúde mental e valorização da vida.

A justificativa desta pesquisa reside na necessidade de ampliar o debate sobre o suicídio juvenil para além das perspectivas biomédicas tradicionais, integrando dimensões simbólicas, afetivas e culturais que atravessam a experiência adolescente. A religiosidade, nesse contexto, destaca-se como aspecto relevante a ser considerado, sobretudo em um país como o Brasil, onde a fé desempenha papel expressivo na vida cotidiana e nas formas de compreender o sofrimento. Ao investigar os impactos positivos e negativos da religiosidade sobre a saúde mental dos jovens, esta pesquisa pretende contribuir para a construção de práticas de cuidado mais éticas, inclusivas e culturalmente sensíveis, colaborando com profissionais,

educadores e lideranças religiosas na tarefa coletiva de prevenção ao suicídio e promoção da dignidade humana.

Referencial teórico

A interface entre religiosidade e saúde mental tem despertado crescente interesse nas ciências humanas e da saúde, especialmente diante dos impactos que tais dimensões exercem na constituição da subjetividade e na forma como os indivíduos enfrentam o sofrimento. A religiosidade, compreendida como a vivência coletiva ou individual de práticas de fé, pode atuar como importante recurso simbólico e emocional, contribuindo para a elaboração de sentidos, a construção de vínculos protetores e o fortalecimento psíquico diante de situações adversas. Nesse sentido, Murakami e Campos (2012) destacam que, quando integrada de maneira respeitosa ao cuidado em saúde, a espiritualidade oferece acolhimento, sentimento de pertencimento e reforço da resiliência frente às crises existenciais.

Entretanto, é preciso reconhecer que a religiosidade também pode gerar efeitos negativos, sobretudo quando está pautada em estruturas dogmáticas, moralistas ou excludentes. Em contextos marcados por rigidez doutrinária, práticas religiosas podem promover sentimentos de culpa, medo e inadequação — especialmente entre jovens que não se encaixam nos padrões normativos definidos por determinados grupos de fé. A ausência de escuta sensível e a moralização da dor psíquica afastam os adolescentes dos espaços de cuidado, comprometendo sua capacidade de elaborar o sofrimento e buscar apoio.

No campo específico do suicídio na infância e adolescência, Silva Filho e Minayo (2021) apontam a persistência de três tabus: a negação da possibilidade de ideação suicida em crianças e jovens, o silêncio em torno do tema nos espaços escolares, familiares e religiosos, e o estigma que recai sobre as famílias enlutadas. Essa cultura do silêncio contribui para a invisibilidade da dor juvenil, dificultando a formulação de políticas públicas e ações preventivas mais eficazes.

Outro aspecto relevante refere-se à influência da mídia na maneira como o suicídio é representado socialmente. O “efeito Werther”, descrito por Pirkis et al. (2021), diz respeito ao aumento dos casos de suicídio após exposições sensacionalistas ou romantizadas do tema. Em contrapartida, o chamado “efeito Papageno” evidencia que abordagens responsáveis,

centradas na superação e no acesso a redes de apoio, podem exercer função protetiva. Isso revela que as narrativas construídas sobre o sofrimento — seja na mídia, nas instituições religiosas ou nas relações familiares — possuem implicações diretas sobre a saúde mental de adolescentes.

Carneiro (2013) aprofunda essa discussão ao conceber o suicídio como uma ruptura simbólica que desafia os sistemas culturais e religiosos vigentes. Para o autor, reconhecer o sofrimento como parte da experiência humana implica desconstruir discursos que deslegitimam ou moralizam a dor. Nessa perspectiva, a espiritualidade deveria se configurar como espaço ético de acolhimento, escuta e cuidado, e não como instrumento de exclusão ou julgamento.

Diante disso, o referencial teórico que embasa esta pesquisa compreende a religiosidade como um fenômeno ambivalente: ao mesmo tempo em que pode oferecer proteção e suporte emocional, também pode reforçar silenciamentos, estigmas e vulnerabilidades. Compreender essa dualidade é essencial para a formulação de estratégias de cuidado que articulem fé e saúde mental de forma ética, crítica e humanizada. Reconhecer as potências e os riscos associados às vivências religiosas durante a adolescência é um passo indispensável para a construção de políticas públicas, práticas clínicas e ações educativas voltadas à valorização da vida e ao enfrentamento do suicídio juvenil.

Metodologia

A presente investigação configura-se como um estudo de natureza qualitativa, com caráter exploratório e fundamentação bibliográfica. A escolha pelo enfoque qualitativo justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, fenômenos subjetivos e simbólicos, como é o caso da influência da religiosidade sobre a saúde mental de adolescentes. Essa abordagem permite captar nuances e significados presentes nas experiências humanas, especialmente aqueles atravessados por dimensões afetivas, culturais e espirituais, frequentemente invisibilizados por métodos estritamente quantitativos. Conforme enfatiza Severino (2017), pesquisas qualitativas são especialmente indicadas para o exame de realidades complexas e carregadas de significações sociais, como é o caso das relações entre fé, sofrimento psíquico e juventude.

A investigação desenvolveu-se por meio da análise de obras acadêmicas, artigos científicos e documentos especializados, selecionados

em bases eletrônicas amplamente reconhecidas, como SciELO, Google Acadêmico e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES (BDTD). Os critérios de inclusão privilegiaram publicações veiculadas entre os anos de 2007 e 2023, com ênfase em materiais redigidos em língua portuguesa e que abordassem de forma direta ou indireta os seguintes eixos temáticos: adolescência e saúde mental; suicídio juvenil; espiritualidade e religião; práticas religiosas e seus impactos psicossociais; estigmatização do sofrimento; e o papel da fé na construção de sentido de vida.

A análise dos dados coletados foi orientada pela técnica de análise de conteúdo, conforme a metodologia proposta por Bardin (2011), que permite a organização, categorização e interpretação sistemática de discursos e produções textuais. A aplicação dessa técnica possibilitou identificar padrões recorrentes, inferir sentidos subjacentes às práticas religiosas descritas nos estudos e explorar os significados atribuídos à religiosidade no contexto do sofrimento psíquico juvenil. Para tanto, definiram-se previamente quatro categorias temáticas que nortearam o exame do material: acolhimento religioso, estigmatização da dor psíquica, influência da mídia nas representações do suicídio, e estratégias de suporte psicossocial com interface religiosa.

Essas categorias foram selecionadas por sua relevância teórica e por dialogarem diretamente com a problemática proposta, permitindo uma leitura crítica dos aspectos protetivos e dos possíveis agravantes implicados na vivência da religiosidade durante a adolescência. O cruzamento entre as diferentes fontes analisadas favoreceu uma compreensão mais ampla das tensões que envolvem a espiritualidade e os cuidados em saúde mental, evidenciando a necessidade de práticas mais sensíveis, éticas e interdisciplinares.

A adoção do método bibliográfico mostrou-se particularmente frutífera para este estudo, ao permitir o estabelecimento de um diálogo entre diversas perspectivas teóricas, sem comprometer a validade ética da pesquisa. Por tratar-se de um trabalho baseado em fontes públicas, devidamente referenciadas e disponíveis em domínio acadêmico, a investigação respeita os princípios metodológicos e éticos estabelecidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como os parâmetros de integridade científica. Dessa forma, busca-se contribuir para a produção de conhecimento crítico, comprometido com a valorização da vida e com a compreensão humanizada das experiências juvenis atravessadas pela dor e pela fé.

Resultados e discussões

A análise dos dados obtidos por meio da literatura permitiu identificar que a religiosidade desempenha papel ambíguo na saúde mental de adolescentes, podendo atuar tanto como suporte afetivo e comunitário quanto como fonte de sofrimento e exclusão. Quando vivenciada em contextos pautados pelo acolhimento, pela escuta empática e pela valorização da vida, a experiência religiosa fortalece os vínculos sociais e contribui para a resiliência dos jovens frente a situações de sofrimento psíquico. Nesses casos, a espiritualidade funciona como fator de proteção, oferecendo sentido existencial, pertencimento e apoio emocional.

Autores como Murakami e Campos (2012) ressaltam que a religiosidade, quando incorporada de modo ético e respeitoso aos cuidados em saúde, pode favorecer a superação de crises e reduzir a desesperança. A comunidade de fé, nesse contexto, exerce função terapêutica ao proporcionar espaço de escuta, solidariedade e não julgamento.

Por outro lado, o levantamento teórico evidenciou que práticas religiosas marcadas por discursos moralizantes, culpabilizantes ou excludentes tendem a agravar o sofrimento psíquico. Jovens que não se ajustam às normatividades impostas por determinados grupos religiosos – seja em relação à sexualidade, comportamento ou estilo de vida – frequentemente vivenciam sentimento de culpa, rejeição e inadequação. Essa dinâmica pode intensificar o isolamento social e a ideação suicida, ao invés de promover alívio da dor. Silva Filho e Minayo (2021) chamam atenção para o impacto desses discursos na perpetuação de tabus, silêncios e estigmas que dificultam a busca por ajuda.

Outro aspecto relevante identificado na análise diz respeito ao sofrimento dos familiares de adolescentes que cometeram suicídio. Em muitos casos, o luto é atravessado por julgamentos religiosos que associam o ato suicida ao pecado ou à fraqueza espiritual. Tal visão aprofunda o sofrimento dos enlutados, que além da dor da perda, enfrentam o estigma social e religioso. Conforme discutido por Carneiro (2013), o suicídio representa uma ruptura simbólica que desafia os sistemas de crenças e obriga a sociedade a encarar suas contradições éticas e culturais.

A mídia também aparece como agente influente no modo como o suicídio é compreendido e tratado publicamente. A exposição sensacionalista do tema, como alerta o “efeito Werther” descrito por Pirkis et al. (2021), pode estimular comportamentos autodestrutivos, especialmente entre

jovens vulneráveis. Em contraposição, o “efeito Papageno” demonstra que narrativas centradas na superação, no acesso à ajuda e no fortalecimento de redes de apoio podem ter efeito preventivo significativo. Isso reforça a importância de discursos responsáveis e éticos em todas as esferas sociais, incluindo as instituições religiosas.

Portanto, os resultados indicam que a religiosidade não deve ser compreendida de forma simplista ou unilateral. Seu impacto sobre a saúde mental da juventude depende da forma como é vivida, interpretada e praticada. Quando alicerçada em valores como compaixão, escuta e respeito à dignidade humana, ela pode ser uma poderosa aliada na prevenção do suicídio e na promoção do bem-estar. Entretanto, quando instrumentalizada como ferramenta de controle, julgamento ou exclusão, torna-se mais um fator de risco em meio ao sofrimento juvenil.

Considerações finais

A presente investigação permitiu compreender, de maneira aprofundada, a complexa e ambivalente relação entre religiosidade e saúde mental na adolescência. Evidenciou-se que, enquanto dimensão existencial e culturalmente estruturante, a religiosidade exerce papel relevante na forma como os jovens significam suas experiências de dor, sofrimento e enfrentamento de crises emocionais. Tal influência pode manifestar-se de maneira positiva, funcionando como fator protetivo, ou, em contrapartida, intensificar o sofrimento psíquico, especialmente quando mediada por discursos moralistas, excludentes ou culpabilizantes.

As análises indicaram que práticas religiosas sustentadas pela escuta empática, pelo acolhimento incondicional e pelo respeito às pluralidades identitárias contribuem significativamente para o fortalecimento da autoestima, do pertencimento social e da construção de sentidos para a vida. Nesses contextos, a espiritualidade atua como recurso simbólico potente, oferecendo suporte emocional, coesão comunitária e resiliência diante das adversidades típicas do período juvenil. Esse aspecto torna-se ainda mais relevante em uma etapa do desenvolvimento marcada por vulnerabilidades psíquicas, conflitos identitários e intensas transformações subjetivas.

Por outro lado, foi possível identificar que determinadas vivências religiosas, quando sustentadas por interpretações rígidas, dogmáticas e punitivas, podem agravar o sofrimento mental dos adolescentes. Discursos

que associam sofrimento psíquico a fraqueza espiritual, pecado ou falha moral não apenas deslegitimam a dor do sujeito, como também geram sentimentos de culpa, vergonha e isolamento, impedindo a busca por ajuda qualificada. Em casos extremos, tais abordagens silenciam a expressão do sofrimento e contribuem para o agravamento de quadros depressivos, potencializando o risco de ideação suicida. A culpabilização do indivíduo e o julgamento moral do suicídio revelam o quanto ainda é necessário repensar certas posturas religiosas que, ao invés de promoverem cuidado, acabam por marginalizar e excluir.

Diante desse cenário, torna-se urgente e necessário o fortalecimento de estratégias interdisciplinares e intersetoriais de prevenção e cuidado, que articulem saberes clínicos, sociais, culturais e espirituais de maneira ética e sensível. A construção de espaços de diálogo entre os campos da saúde mental e da espiritualidade pode abrir caminhos para uma escuta mais qualificada e respeitosa, rompendo com estigmas historicamente associados ao sofrimento psíquico. Para isso, é essencial que profissionais da saúde, educadores, líderes religiosos e familiares atuem de forma colaborativa, promovendo uma cultura de cuidado que legitime as emoções dos adolescentes e incentive a busca por ajuda, sem julgamentos ou preconceitos.

Compreender a religiosidade como um fenômeno multifacetado, atravessado por dimensões históricas, simbólicas e afetivas, é um passo fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas de cuidado mais eficazes e humanizadas. Ao reconhecer o potencial emancipador e transformador das experiências religiosas vividas em contextos de escuta, solidariedade e valorização da vida, reafirma-se a importância de se cultivar espaços de pertencimento e acolhimento que contribuam para a prevenção do suicídio e para a promoção do bem-estar emocional de adolescentes. Romper com os tabus e silenciamentos que ainda permeiam esse tema é um desafio ético e social urgente, e o presente estudo busca ser uma contribuição nesse sentido, reiterando a necessidade de se construir uma rede de apoio integral, plural e comprometida com a vida.

Referências

ANDRADE, M. B. T. et al. **The nexus between religiosity/spirituality and suicidal behavior in young people.** SMAD, Revista Eletrônica

Saúde Mental Álcool e Drogas, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 109–121, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.169257>. Acesso em: 10 maio 2025.

CARNEIRO, A. B. F. **Suicídio, religião e cultura: reflexões a partir da obra Sunset Limited**. Reverso, Belo Horizonte, v. 35, n. 65, p. 15–24, jul. 2013. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v35n65/v35n65a02.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MURAKAMI, R.; CAMPOS, C. J. G. **Religião e saúde mental: desafio de integrar a religiosidade ao cuidado com o paciente**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 65, n. 2, p. 361–367, mar./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/tXdvKWGpyYDfKwCWMDHW3ZG/>. Acesso em: 10 maio 2025.

PIRKIS, J. et al. **Media guidelines on the reporting of suicide: an international review**. British Journal of Psychiatry, v. 219, n. 4, p. 268–277, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1192/bjp.2021.82>. Acesso em: 10 maio 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA FILHO, O. C.; MINAYO, M. C. S. **Triplo tabu: sobre o suicídio na infância e na adolescência**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2743–2752, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07302021>. Acesso em: 10 maio 2025.

ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA EM SAÚDE PÚBLICA NA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO JACUIPE/BA

Maria Daiane Ferreira Da Cunha Araújo¹

Introdução

A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) induziu a expansão da rede pública de serviços de saúde e, consequentemente, a abertura de postos de trabalho para uma gama de trabalhadores necessários à operacionalização da atenção à saúde, principalmente nas esferas subnacionais. Nessa conjuntura, torna-se visível a centralidade da questão dos profissionais para a implementação do sistema (BRASIL, 2014).

A análise dos debates relacionados aos trabalhadores a partir da trajetória das Conferências Nacionais de Saúde realizadas por BRASIL (1993), Pereira (2012) e Pierantoni et al. (2012) permite verificar como o tema vem sendo tratado ao longo da construção do sistema de saúde nacional. Possibilita também observar como as transformações ocorridas no Brasil e no mundo, principalmente nas últimas décadas, vêm contribuindo para a elaboração e implantação de políticas de gestão do trabalho e da educação em saúde.

O Brasil experimenta hoje a implementação de um modelo diferenciado para prover atenção básica à saúde, orientado por uma ação multidisciplinar na direção de uma intervenção voltada para a promoção da saúde da população e consubstanciada no Programa Saúde da Família.

A atuação do profissional nutricionista no campo da Saúde Pública diz respeito sobre a parte da responsabilidade de promover práticas alimentares saudáveis aos serviços e equipes de saúde, estabelecidas na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (1999) e na Política Nacional

1 Especialista em Saúde Pública, Docência do Ensino Superior, Nutrição Clínica, Metabolismo e Terapia Nutricional. Graduada em Nutrição

de Promoção da Saúde (2006), tendo como respaldo as recomendações emanadas da 57^a Assembléia Mundial da Saúde que, em 2004, emitiu o documento “Estratégia mundial sobre régimen alimentario, actividad física y salud”, traz um desafio novo para o setor saúde, uma vez que a nutrição e a alimentação raras vezes foram de intervenção pelos serviços de saúde, embora, em princípio, ninguém ponha em dúvida a grande influência que a alimentação tem sobre a saúde das pessoas e a necessidade de recompô-la visando a prevenção e o controle de algumas patologias.

A Saúde Pública no Brasil

A história da Saúde Pública no Brasil é, em larga medida, uma história de combate aos grandes surtos epidêmicos em áreas urbanas e as denominadas endemias rurais, como a malária, a doença de chagas e a ancilostomose. Em contraste com o que ocorreria durante as epidemias de febre amarela, essa doença afetava indistintamente brancos e negros e chegou a ser apontada como principal responsável pela apatia do trabalhador brasileiro e pela “nacionalização” do imigrante europeu.

No período da Primeira Guerra Mundial, a afirmação da nacionalidade, que encontrou expressão em movimentos como a Liga de Defesa Nacional, confrontava-se com a denúncia feita por médicos, educadores e outros profissionais de que o analfabetismo e a doença estavam presentes em todo o território.

Em 1920 criou-se o Departamento Nacional de Saúde Pública dirigido pelo cientista Carlos Chagas com objetivo de centralizar as ações sanitárias em âmbito federal. A partir dessa criação observou-se a necessidade de se construir uma identidade profissional, surgindo com isso o termo Sanitarista substituindo progressivamente a referência tradicional aos higienistas, indicando especialização profissional e maior distinção entre as atividades científicas no laboratório e as atividades em saúde pública. Já na década de 1930 teve sua representatividade como momento decisivo tanto pelo estabelecimento da proteção social, com base em um conceito de cidadania regulada pelo mundo das profissões (Santos, 1979) quanto pela reforma no âmbito das ações em Saúde.

No ano de 1941, onde ocorreu a reforma administrativa no Ministério da Educação e Saúde, implicou a verticalização, centralização e ampliação da base territorial de efetiva ação do governo federal, cuja características anterior era o excessivo peso no Distrito Federal.

O outro marco foi a 3ª Conferência Nacional de Saúde no final de 1963 que coroava vários estudos para a criação de um sistema de saúde. Duas bandeiras dessa conferência: um sistema de saúde para todos (saúde direito de todos os cidadãos) e organizado descentralizadamente (protagonismo do município), vale ressaltar a importância dos movimentos populares, das universidades dentre outros.

O Sistema Público de Saúde resultou de décadas de luta de um movimento que se denominou Movimento da Reforma Sanitária. Foi instituído pela Constituição Federal (CF) de 1988 e consolidado pelas Leis 8.080 e 8.142. Esse Sistema foi denominado Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que a característica essencial do mesmo dizem respeito à colocação constitucional de que Saúde é Direito do Cidadão e Dever do Estado.

A lei que regulamentou a CF foi a 8.080, que definiu, bem claramente, os objetivos do SUS: identificar e divulgar os condicionantes e determinantes da saúde; formular a política de saúde para promover os campos econômico e social, para diminuir o risco de agravos à saúde; fazer ações de saúde de promoção, proteção e recuperação integrando ações assistenciais e preventivas.

A saúde deve fazer estudos epidemiológicos sobre os condicionantes e determinantes da saúde; trabalho, salário, comida, casa, meio ambiente, saneamento, educação, lazer, acesso aos bens e serviços essenciais e divulgá-los.

Promoção da Saúde, segundo o Glossário do Ministério da Saúde, é “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo...indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente”. Mais comumente, dizemos que promover a saúde é trabalhar nas causas do adoecer, com participação efetiva das pessoas como sujeitos e atores de sua própria vida e saúde.

O Brasil é considerado pelo ranking mundial como a sexta maior economia do mundo. Mas como pode uma das maiores economias ter seu sistema de saúde pública defasado? Além das dificuldades e da falta de estrutura, a saúde do nosso país também tem enfrentado um problema gravíssimo, que envolve o dinheiro dos cofres públicos, são dos desvios de verbas destinados à saúde.

O conceito clássico de Saúde Pública define o termo como a arte e a ciência de prevenir doenças, prolongar a vida, possibilitar a saúde e a eficiência física e mental através do esforço organizado da comunidade. Isto envolve uma série de medidas adequadas para o desenvolvimento de uma estrutura social capaz de proporcionar a todos os indivíduos de uma sociedade a condição de saúde necessária. Esta definição é utilizada também pela Organização Mundial de Saúde, o principal órgão internacional que visa a manutenção do bem-estar físico, psíquico e social.

Todavia, a Saúde Pública evoluiu muito no Brasil, historicamente. No período colonial, não havia qualquer medida de combate ou prevenção de doenças. Quando enfermo, recorria-se a crenças. Esse vazio de assistência medicinal só foi relativamente preenchido com a fundação das primeiras Santas Casas de Misericórdia. O período militar fez algumas melhorias no sistema de assistência pública de saúde, mas também abriu espaço para a atividade privada, o que causou a grande explosão dos convênios médicos no Brasil. Foi ao lado dos procurados planos médicos que a estrutura da Saúde Pública no país foi reformada, gerando o Sistema Único de Saúde que é vigente.

Sistema Único de Saúde do Brasil

O amparo à saúde da população brasileira, não existia na fase da colonização do país. Os primeiros colégios que lecionavam medicina foram instituídos a partir da chegada da família real ao Brasil. Onde a população era excluída das informações de saúde e os governos que posteriores pouco esforço faziam para mudar esse panorama.

A falta de estrutura evidenciada durante a Revolta da Vacina, em 1904, quando a população foi contra a obrigatoriedade da vacinação contra varíola (ESCOREL; TEIXEIRA; 2008).

Com o governo Vargas, difundiu-se a proposta de instituição da previdência social e dos direitos trabalhistas, havendo à criação e aperfeiçoamento de hospitais e escolas de medicina. A partir de então, algumas iniciativas de expansão da infraestrutura do sistema de saúde foram implementadas pelo setor público brasileiro. A partir da crise do Estado intervencionista no Brasil, o sistema de saúde nacional sofreu modificações, instituindo ideais de democracia, justiça social e cultura de bem estar social, iniciando um debate sobre a possibilidade de um sistema

de saúde universal e gratuito ao final da década de 1970 (ESCOREL; TEIXEIRA; 2008).

A VIII Conferência Nacional da Saúde pelo Ministério da Saúde, onde o destaque foi o tema direito à saúde, assunto bastante complexo e marcado por divergências. Foi sugerida a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo o modelo inserido na Constituição Federal em 1988 e posto em prática anos mais tarde, em agosto de 1992, logo após a IX Conferência Nacional da Saúde, após resolver questões políticas (FALEIROS et al; 2006).

O Art. 196. Aborda que a saúde é um direito de todos e dever do Estado devendo garantir mediante políticas sociais e econômicas à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL; 1988).

O artigo 199 da CF/88 da Seção Da Saúde esclarece que EA assistência à saúde é livre à iniciativa privada, justificando o aparecimento dos planos e seguros de saúde privados no Brasil a partir de 1988, e atualmente já conquistaram cerca de 30% (34 bilhões de pessoas) dos cidadãos brasileiros devido principalmente ao insulamento atual do SUS, há ainda grande disparidade no gasto, que no setor público é cerca de 25 bilhões de reais e no setor privado é de mais de 34 bilhões de reais (KILSZTAJN et al; 2001).

O grande problema atual enfrentado pelo SUS é sobrecarga, além do encarecimento da assistência médica, devido às novas tecnologias que são lançadas ao mercado e aos novos métodos, remédios e tratamentos, fato que demanda maior tempo de espera para chegar ao SUS do que aos planos e aos hospitais privados que devido ao preço fica inviável ao trabalhador de baixa renda (KILSZTAJN et al; 2001).

O papel do nutricionista ao usuário do SUS nos NASF

Há décadas, alguns países tentam viabilizar a recomendação da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em setembro de 1978. Expressa a Declaração de Alma Ata que os cuidados primários de saúde sejam desenvolvidos, aplicados e mantidos a todos os povos do mundo.

No Brasil o SUS foi desenhado por princípios ideológicos de universalidade, equidade, integralidade, entre outros, e organizacionais

de regionalização, hierarquização e descentralização, prevendo complementaridade dos serviços e ampla participação comunitária. Sendo criado o Programa de Saúde da Família (PSF), o qual, prevê intensa participação da comunidade, com objetivo de implementar os princípios do SUS de integralidade, universalidade, equidade e participação social, logo para ampliar a abrangência e o escopo das ações de atenção básica, bem como sua resolubilidade, por ato do Ministro da Saúde, foram criados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), com a intenção de instituir a plena integralidade do cuidado físico e mental do usuário do Sistema Único de Saúde

Os núcleos não se constituem em porta de entrada do sistema, mas sim de apoio às equipes de saúde da família e às unidades básicas na qual eles estarão cadastrados. Assim, o acolhimento ao usuário do SUS se traduz em responsabilização compartilhada entre as equipes de saúde da família e a equipe do NASF.

Dessa maneira é possível ampliar o vínculo com os diversos atores e assegurar a articulação com a rede de saúde para garantir os encaminhamentos e acompanhamento dos referenciados para outros níveis de atenção à saúde de maior complexidade. Nas equipes dos núcleos, o nutricionista está previsto nas três modalidades, NASF 1, 2 e

3. Atualmente, é o terceiro profissional mais presente nestes espaços. Em maio de 2010, os nutricionistas estavam presentes em 74.5% das 1157 equipes de NASF inseridas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) em todo o país. Eram 862 nutricionistas credenciados e 25 ainda sem credenciamento. Esta presença ultrapassa 85% em Estados como Amapá, Paraíba, Paraná, Pará, Piauí e Bahia. Sua participação no conjunto de profissionais contratados para 40 horas semanais tem sido de 17,1% neste ano de 2010. Se considerar que a maioria das equipes está lotada nos núcleos do tipo 1 e estes, por disposição legal, devem ser compostos por, no mínimo, cinco profissionais não coincidentes, o nutricionista foi acolhido pelo gestor também neste foco de análise.

O consolidado no mês de agosto deste ano pelo Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde (DAB/MS) aponta 2623 núcleos entre os credenciados e implantados, com evidente concentração na região nordeste (46.6%), seguida da região sudeste com 30.1% dos núcleos. A região norte contava apenas com 186 núcleos, 7.1% do total dos NASF no Brasil, concentração semelhante à das regiões sul e centro-oeste. Ainda na região norte, quando observada a maioria de seus estados, em maio deste

ano, no que diz respeito a decisão de seus gestores para compor as equipes dos núcleos, os dados confirmam a presença do nutricionista com frequência superior a 80% das equipes. No outro olhar, constata-se que Minas Gerais, Ceará e São Paulo são os estados com os números mais elevados de núcleos, 439, 272 e 256. No entanto, com percentuais de inserção do nutricionista todos abaixo da média nacional. Estas informações são úteis às entidades de nutricionistas assim como às instituições formadoras.

Observa – se o crescente aumento na implantação das equipes multidisciplinares sendo que no primeiro semestre de 2017.1 foram credenciados pelo Ministério da Saúde 2.999 NASF tipo 1 no Brasil segundo os dados do departamento da Atenção Básica.

Em outubro de 2008, ano de edição da portaria que criou os NASF, o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) construiu, em parceria com docentes e pesquisadoras do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN), um documento de posicionamento sobre o papel da Nutrição como área estratégica da Atenção Primária de Saúde. Tendo o objetivo de contribuir com a ação governamental, sugerindo a adoção efetiva de ações de alimentação e nutrição na atenção primária, “O Papel do Nutricionista na Atenção Primária à Saúde” já está em sua segunda edição e entregue a todos os gestores municipais, estaduais e federais da área de saúde do país

A questão Alimentar e Nutricional no Município de Riachão do Jacuípe/Ba

Desde a instituição dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) em 2008, como dispositivo estratégico para a melhoria da qualidade da Atenção Básica, diversas iniciativas foram empreendidas para construir, sistematizar, registrar e analisar o “modo de fazer” dessas equipes. Tais iniciativas foram empreendidas não só por gestores e equipes técnicas do Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, mas, sobretudo, pelos próprios profissionais que foram incluídos na Estratégia Saúde da Família por meio desta modalidade de atuação, ávidos por descobrir qual seria afinal sua contribuição para este novo modelo de atenção à saúde.

No Município de Riachão do Jacuípe/ Ba o NASF foi implantado no ano de 2010, onde iniciou-se realizando o mapeamento das ESF, e foi verificado que o apoio seriam as dez equipes de saúde da família, no presente

ano organizou-se diversos projetos de intervenção para a comunidade, onde podemos citar: cuidando do cuidador, implantação do clube jovem, cuidados com os diabéticos e hipertensos entre outras ações educativas.

A Atenção Básica (AB) é desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações, conforme a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Nesse sentido, é atribuição das equipes de AB (eAB) manter atualizado o cadastramento das famílias e dos indivíduos para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, a fim de identificar as demandas e necessidades de saúde de maior frequência e relevância em seu território, observando critérios de risco, vulnerabilidade, resiliência e o imperativo ético de que toda demanda, necessidade de saúde ou sofrimento devem ser acolhidos (BRASIL, 2011).

As práticas alimentares dos grupos sociais, que incluem também os sentidos e significados atribuídos aos alimentos e à alimentação, são parte da diversidade entre lugares e territórios. A situação alimentar e nutricional decorrente destas práticas exerce influência direta na saúde e no adoecimento dos indivíduos, suas famílias e comunidades. Trata-se de uma questão complexa que envolve muito mais que os aspectos biológicos, mas também aspectos sociais, econômicos, culturais e subjetivos, e que, portanto, exige atuação interdisciplinar e multiprofissional (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2014).

Na década de 1970 foi institucionalizada a inserção de ações relativas à alimentação e nutrição nos serviços de saúde pública responsáveis por ações de Atenção Básica, apresentou-se por meio de programas de suplementação alimentar destinados ao público materno-infantil, com foco predominantemente biológico. E, assim, as práticas de acompanhamento do estado nutricional baseadas na avaliação de dados antropométricos de peso e altura foram incluídas e ampliadas na rotina de profissionais desses serviços como critérios de inclusão e exclusão do público-alvo desses programas, ao lado de ações de educação nutricional de caráter normatizador e disciplinador de suas práticas alimentares (L'ABBATE, 1989; VASCONCELOS, 2005; LEÃO; CASTRO, 2007; ARRUDA; ARRUDA, 2007; VASCONCELOS; BATISTA FILHO, 2011).

Atualmente essas prática citadas acima se repetem como ações educativas no âmbito nutricional, desde a avaliação antropométrica, como a inserção do levantamento sobre os hábitos alimentares através do recordatório de 24 horas, como também abordagens em forma de ações com grupos específicos sobre aleitamento materno, alimentação complementar, alimentação saudável nas diferentes fases da vida, abordagens dietoterápicas sobre as diferentes patologias, desde as doenças crônicas não transmissíveis, tais como: Diabetes; Hipertensão arterial; dislipidemias entre outras, como também as do sistema digestório, as quais podemos citar como as mais atendidas na rede de atenção básica: Gastrite, Refluxo Gastroesofágico, alergias alimentares etc.

No atual processo de transformação do modelo assistencial no Sistema Único de Saúde (SUS), no qual se prioriza a ampliação e qualificação da Atenção Básica para que se consolide como a porta preferencial de entrada dos usuários no sistema, coordenadora do cuidado e ordenadora das Redes de Atenção à Saúde (RAS), é latente a necessidade de alinhar as práticas de atenção à saúde relativas à alimentação e nutrição aos propósitos desse novo modelo. Nesse sentido, a revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) apresenta a diretriz de Organização da Atenção Nutricional, onde estar descrito que a “Atenção Nutricional compreende os cuidados relativos à alimentação e nutrição voltados à promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos, devendo estar associados às demais ações de atenção à saúde do SUS, para indivíduos, famílias e comunidades, contribuindo para a conformação de uma rede integrada, resolutiva e humanizada de cuidados”. (BRASIL, 2012).

Segundo as ações desenvolvidas pela ENASF do Município de Riachão do Jacuípe, verificou-se que na avaliação do Pmaq – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade, referente ao 2º ciclo do programa do ano de 2014, obteve 100% no desempenho das ações realizadas pelo profissionais. Dentre as ações desenvolvidas destaca-se a atuação do nutricionista como fator essencial na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos Jacuipenses, com cobertura da zona rural e zona urbana.

As experiências em curso a partir da crescente inclusão de nutricionistas nos Nasf demonstram que o reconhecimento e legitimação destes profissionais na AB têm sido conquistados pelos frutos de sua atuação em conjunto com outros profissionais, ou seja, pelo fazer junto, que

fortalece o campo comum de saberes e práticas em alimentação e nutrição, e não pela preponderância de suas atividades individuais e privativas.

A partir disso, quando presente, cabe ao nutricionista, junto aos demais profissionais do Nascf, trabalhar com as equipes de AB a fim de ampliar e qualificar sua análise sobre a situação alimentar e nutricional da população sob sua responsabilidade, apoiando a inclusão e organização da Atenção Nutricional no seu processo de trabalho como parte do cuidado integral à saúde dos indivíduos, famílias e comunidades.

Resultados e discussão

No segundo semestre do ano de 2010 foi implantado na rede de atenção básica do município de Riachão do Jacuípe o programa do governo federal NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família, o qual foi credenciado com a modalidade tipo um, sendo definidos cinco áreas de atuação profissional, tais como: Nutrição; Fonoaudiologia; Educação Física; Psicologia e Fisioterapia. A partir da implantação dessa equipe multiprofissional verificou-se nos últimos anos a melhor assistência aos usuários do SUS por essas especialidades, sendo notório que existe um o atual perfil de morbidade da população brasileira está intrinsecamente relacionado com modos de vida não saudáveis, merecendo destaque a alimentação inadequada e o sedentarismo, que atinge parcelas significativas da população, em todas as faixas sociais e etárias (Brasil, 2012).

Foram implantadas diversas ações de intervenção por parte da equipe NASF, logo o que diz respeito a atuação do profissional nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável deste município ao longo dos anos após inserção do mesmo na rede de atenção básica foi satisfatório a melhoria da população assistida.

Segundo o levantamento do livro de registro da equipe, a atuação do nutricionista foi de suma importância para melhoria na qualidade de vida da população Jacuipense, onde nos anos de 2011 e 2012 foram realizadas diversas ações educativas, atendendo a todas as faixas etárias, desde a importância da alimentação saudável para as gestantes, abordagens sobre os benefícios do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade da criança, em seguida acompanhamento dessas puérperas para o estímulo de hábitos corretos na introdução da alimentação complementar até os dois anos de idade, como também o desenvolvimento de um trabalho educativo sobre a reeducação alimentar na fase adulta e na terceira idade, trazendo

com isso temas relevantes para a idade e/ou patologias associadas desde as doenças crônicas não transmissíveis, tais como: o desenvolvimento de uma cartilha sobre alimentação saudável para os diabéticos e hipertensos, o cuidado com a dislipidemia, melhoria na ingestão dos alimentos funcionais e a importância de se conhecer a diferença entre os alimentos in natura, processados e ultraprocessados segundo o Guia Alimentar da População Brasileira.

Vale ressaltar, que o nutricionista do NASF no presente município, também atua na parte de atendimento individualizado, quando existem casos específicos, não sendo a prioridade, pois existe um ambulatório para o atendimento nutricional especializado. Assim que é feita a triagem por parte do profissional, indica esse usuário a participar dos grupos educativos existentes como também o encaminhamento ao serviço de acompanhamento nutricional.

Diante do levantamento realizado nos anos de 2011 e 2012 para o desenvolvimento da presente pesquisa, observou-se que a inserção do profissional nutricionista na saúde pública, criou uma ponte com a formação acadêmica desta área de atuação, pois fez surgir a necessidade de implantação do Curso de Nutrição pela Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe (FARJ) e a análise do currículo pleno para que fossem inseridas disciplinas que capacitasse os discentes do presente curso a atuarem de forma responsável e com um conhecimento vasto sobre as áreas de atuação do nutricionista segundo a Resolução 380/2005 em especial a de Nutrição em Saúde Pública, área está onde se insere o profissional na rede de atenção básica.

A profissão de nutricionista é importante por atuar tanto em âmbito individual, realizando acompanhamento nutricional, como também em âmbito coletivo onde realiza a implementação de ações de promoção, tratamento e reabilitação da saúde, atuando na ESF discutindo com os demais profissionais casos clínicos, realizando palestras em escolas obtendo a participação da família, realizando visitas periódicas e, junto aos demais profissionais da Estratégia de Saúde, pode elaborar planos de rotina de atenção nutricional e discussões para ações multiprofissionais e identificar grupos de risco.

A alimentação e a nutrição são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, trazendo qualidade de vida e cidadania (BRASIL, 2003). Dessa forma contribuem para o enfrentamento da situação

epidemiológica atual do país, representada pela tripla carga de doenças, que envolve: uma agenda não concluída de infecções, desnutrição e problemas de saúde reprodutiva; o desafio das doenças crônicas e seus fatores de risco, como tabagismo, sobrepeso, obesidade, estresse e alimentação inadequada, inatividade física; e o forte crescimento das causas externas (MENDES, 2009). Por causa desses fatores, a presença mais incisiva do nutricionista na Atenção Primária se torna importante.

Com relação à atuação do nutricionista no município de Riachão do Jacuípe na saúde pública pelas ações desenvolvidas na equipe NASF nos anos de 2011 e 2012, observa-se que houve melhoria para as ações educativas com gestantes, no que diz respeito às intervenções com os adultos e idosos. Observou-se, também, que houve melhor assistência e presença nas palestras por parte do grupo da terceira idade, assim como a procura para a intervenção nutricional individualizada, pois o município tem um grande número de diabéticos e hipertensos

Logo, podemos fazer um link das ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2017, pela equipe NASF, sendo observado as formas de intervenção da mesma equipe, pois a maioria dos profissionais são efetivos no município, isso permite uma melhor intervenção e melhoria no serviço ofertado, fazendo com que as ações educativas dos profissionais sejam organizadas e atualizadas para que o usuário do serviço tenham acesso a melhores informações para uma boa qualidade de vida. Como descrito no referencial metodológico que a equipe obteve cem por cento na avaliação do programa de melhoria de acesso e de qualidade (PMAQ).

Considerações finais

A atuação profissional do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável no município de Riachão do Jacuípe/Ba ampliou-se principalmente com a implantação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família. O estudo permitiu identificar que no presente município no ano de 2017 possui uma nutricionista efetiva com atuação em ambulatório no Centro de Saúde e quatro profissionais contratadas, sendo uma para atuação na atenção básica pelo apoio matricial vinculado a equipe multidisciplinar – Nasf, duas na coordenação da alimentação escolar e uma na área de produção – UAN – Unidade de Alimentação e Nutrição do Hospital Municipal do presente município.

Logo, a educação nutricional é essencial para a saúde das pessoas, e o profissional capacitado para explicar e orientar a população sobre ações educativas, alimentação saudável e nutrição é o nutricionista. Na atenção básica de saúde o nutricionista na comunidade local desenvolve ações de diagnóstico populacional da circunstância alimentar e nutricional, trazendo assim alimentos saudáveis produzidos na localidade ou próximo, ajudando na melhoria das doenças relacionadas e à nutrição, pois a inserção da atenção alimentar e nutricional, no âmbito individual e coletivo, na atenção primária deve considerar quatro dimensões: (1) qualificar as equipes de referência; (2) aumentar quantitativamente a presença do nutricionista na atenção primária; (3) reverter o modelo de atenção em saúde; e (4) contar com priorização política.

Vale ressaltar que, a atuação nos NASF deve contemplar consideráveis mudanças: maior expressão das ações e atendimento voltados à promoção da saúde e não apenas tratamento e cura; atendimento integrado de equipes multidisciplinares, atendimentos coletivos e não individuais. As reflexões sobre esse formato de atuação sinalizam para a necessidade de uma preparação dos profissionais direcionada às concepções da saúde coletiva e da interdisciplinaridade desde a formação acadêmica.

A regulamentação da profissão de nutricionista no Brasil ocorreu em 24 de abril de 1967, quando foi sancionada pelo então Presidente da República, General Artur da Costa e Silva, a Lei nº 5.276, que dispõe sobre a profissão de nutricionista, regula seu exercício e dá outras providências. Esse instrumento legal vigorou até 17 de setembro de 1991, quando foi revogado pela Lei nº 8.234, atualmente em vigor.

Este trabalho promove uma proposta para observar a atuação do profissional nutricionista no âmbito da Saúde Pública diante das intervenções realizadas pelo mesmo na equipe multidisciplinar da atenção básica NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família, com enfoque nas ações educativas na promoção da alimentação saudável, tendo como objetivo identificar o papel do profissional nutricionista dentro da Saúde Pública.

Referências

Associação Brasileira de Nutrição. **Histórico do nutricionista no Brasil-1939 a 1989**: coletânea de depoimentos e documentos. São Paulo: Atheneu; 1991.

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. **Marcos referenciais da**

trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, jul./set. 2007.

BRASIL. Resolução nº 5 de 07 de novembro de 2001. **Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em nutrição.** Diário Oficial da União 2001; 07 nov.

BRASIL. Ministério da Saúde Portaria No. 710/1999. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Brasília; 2003.

BRASIL. Resolução CFN nº 380 de 28 de dezembro de 2005. **Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelecer parâmetros numéricos de referência, por área de atuação e dá outras providências.** Conselho Federal dos Nutricionistas 2005; 28 dez.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria No. 687/2006. Política Nacional de Promoção da Saúde.** Brasília; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Clínica ampliada, Equipe de referência e projeto terapêutico singular.** 2.^a edição. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde.** Brasília: MS; 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Marco de Referência da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica.** Brasília, 2015.

ESCOREL, S.; TEIXEIRA, L.A. **História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista.** In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C.; NORONHA, J.C.; CARVALHO, A.I. (Orgs.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2008. Disponível em:

<http://assistenciafarmaceutica.fepese.ufsc.br/> Acesso em: 23 de fev. 2015.

FALEIROS, V.P.; SILVA, J.F.S.; VASCONCELLOS, L.C.F.; SILVEIR, R.M.G. **A construção do**

SUS: Histórias da reforma sanitária e do processo participativo. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

FAGUNDES, A. A. **Atuação do nutricionista nos Núcleos de Apoio**

à Saúde da Família (Nasf). 2013. 204 f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FINKELMAN, J., org. **Caminhos da Saúde Pública no Brasil (online).** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 328 p. ISBN 978-85-7541-284-8. Disponível em: <http://book.scielo.org>. acessado em 30/06/2017 às 20:00 horas.

Ministério da Saúde. **Portaria nº154, 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de apoio à saúde da família.** Brasília, 2008.

MENDES, E.V. **Agora mais do que nunca: uma revisão bibliográfica sobre a atenção primária à saúde.** 2009. Disponível em: <http://new.paho.org/bra/apsredes>. [acesso 2014 abr. 11].

Organização Mundial de la Salud. 57^a. **Assembléia Mundial de la Salud. Estratégia mundial sobre régimen alimentario, actividad física y salud.** Ginebra: Organización Mundial de la Salud; 2004.

OLIVEIRA GN. **O projeto terapêutico como contribuição para a mudança das práticas de saúde,** [Dissertação de Mestrado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007. 202p.

A IMPORTÂNCIA DA MUDANÇA DE DECÚBITO À PACIENTES EM UTI: ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

Catarina Vieira da Cunha¹

Introdução

As lesões por pressão (LP) são áreas de necrose localizadas na pele e nos tecidos subcutâneos, produzidos por compressão. Assim entende-se que inúmeros fatores intrínsecos e extrínsecos podem causar as LP como a pressão exercida sobre a pele e os tecidos subcutâneos, má nutrição, edema, umidade e falta de mudança de decúbito. As LP constituem uma ocorrência comum em pacientes hospitalizados em diferentes contextos de saúde, principalmente os que se encontram em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), os quais possuem um comprometimento fisiológico e a mobilidade reduzida como uma ameaça adicional ao aparecimento das úlceras (PEDRO et al., 2015).

Corroborando Borghardt. et al. (2016), relatam que as lesões por pressão (UP) são lesões na pele e/ou tecido subjacente que ocorrem normalmente em locais de proeminência óssea, resultantes de forças de atrito (pressão, fricção e cisalhamento) e de fatores contribuintes que ainda não são claramente elucidados. A prevenção da LP ainda é considerada um cuidado de enfermagem importante. Mesmo com o crescente desenvolvimento científico e tecnológico, a prática do cuidar só é compreendida quando o profissional de enfermagem assume uma postura holística diante do paciente.

Ressalta-se que a ocorrência de lesão por pressão ainda é um acontecimento comum em muitas instituições de saúde, evidenciando a importância do emprego de componentes para sua prevenção. Distingue-se por uma complicação comum sobretudo em pacientes críticos hospitalizados que estejam ou não na condição de acamado, tornando-se

¹ Especialista em Enfermagem em Urgência, Emergência e UTI, e graduada em Enfermagem

um problema agravante na condição de saúde do paciente (BORGHARDT et al., 2015).

Sobre todo este contexto, é importante que aconteça a mudança de decúbito, sendo cuidado fundamental exercido pela equipe de enfermagem aos pacientes acamados em UTI; questiona-se: qual a importância da mudança de decúbito de horário para os pacientes internados em leitos de UTI? Assim, o estudo teve como objetivo geral, descrever através de revisão de literatura a importância e a necessidade da mudança de decúbito em pacientes em UTI para a redução das lesões por pressão. E como objetivos específicos, citar as medidas adotadas pela equipe de enfermagem na redução do aparecimento de úlceras por pressão e determinar os fatores que predis põem o aparecimento de úlceras por pressão em pacientes em UTI.

Esse estudo possibilitou o aperfeiçoamento da pós-graduanda nos aspectos referentes aos cuidados prestados pela equipe de enfermagem ao paciente em leito de UTI na redução dos surgimentos das úlceras por pressão. Permitindo, ainda, conhecer a importância da mudança de decúbito para o não aparecimento das úlceras por pressão, possibilitando propor alternativas preventivas para o controle das mesmas.

Referencial teórico

A lesão por pressão é vista como uma lesão situada na pele ou tecidos subjacentes, na maioria das vezes sobre uma proeminência óssea. De acordo com o American National Pressure Ulcer Panel (NPUAP) e European Pressure Ulcer Advisory Panel (EPUAP), secundárias a um crescimento da pressão externa, ou pressão em combinação com cisalhamento (ROCHA; FILHA, 2015).

As lesões de pele representam um grande problema de saúde pública, envolve tanto a parte de nutrição, hospitalização e adoecimento do paciente, e principalmente questões sociais, como por exemplo, condições de cuidado pessoal. Mediante esse panorama, o que se observa, em boa parte dos casos, é que fica a critério do enfermeiro desenvolver e adotar rotinas de cuidados e de prevenção no manejo dessas lesões, procurando conhecer fatores de risco, tratamentos e prevenção (SILVA et al., 2017).

Vários são os termos utilizados como sinônimo para LP, mas segundo a SOBEST (2016), o National Pressure Ulcer Advisory Panel (NPUAP), organização americana que se dedica à prevenção e terapêutica

destas lesões, anunciou em 2016 a mudança na terminologia Úlcera por Pressão para LP, isso se deve em razão da nova expressão descrever de forma mais precisa esse tipo de lesão, tanto na pele intacta como na pele ulcerada.

É crescente e preocupante o número de pacientes hospitalizados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que adquire esses ferimentos durante o seu tempo de estadia na internação, isso vem despertando os profissionais de saúde para o problema, sendo que ele pode ser evitado com a adoção de algumas medidas. Segundo Araújo et al. (2010), no contexto da UTI, a prevalência de lesões por pressão (LP) pode apresentar-se com números mais elevados, decorrente da gravidade dos pacientes, frequentes procedimentos terapêuticos, imobilidade no leito, conexão de dispositivos específicos, perda de massa muscular e períodos prolongados de internação.

Os efeitos danosos dessas lesões são reais e de causas multifatoriais, que afetam em sua maioria um grupo de pacientes mais vulneráveis e consequentemente aumenta o risco de morbidade de mortalidade nos mesmos. A LP é uma complicação a que estão sujeitos principalmente pacientes internados em UTIs, pois estão expostos a inúmeros fatores de risco para o desenvolvimento desse tipo de lesão, tais como dificuldade de mobilidade e longos períodos de internação (FERNANDES e TORRES, 2008).

Gomes et al. (2011, p. 314) também vem ao encontro desta ideia quando afirmam que:

Pacientes submetidos a cuidados intensivos apresentam, geralmente, alto risco para desenvolver lesões causadas pela fricção constante entre a cama e a pele, devido a limitações ambientais e psicobiológicas, tais como: instabilidade hemodinâmica, restrição de movimentos por período prolongado de tempo e uso de drogas sedativas e analgésicas, as quais diminuem a percepção sensorial e prejudicam a mobilidade.

Em concordância, Santos, Neves e Santos (2013) e Caminha et al. (2013), ainda menciona outras situações que podem gerar as lesões tais como: gravidade dos pacientes, pois promovem maior restrição ao leito, frequentes procedimentos invasivos e terapias complexas, maior tempo de permanência hospitalar, uso de drogas vasoativas e conexão de dispositivos específicos. A ideia anterior é reforçada com resultados obtidos em uma pesquisa de Perrone et al. (2011) em que pacientes internados em UTI apresentaram uma chance de ter LP 2,4 vezes maior que os internados em enfermarias.

A formação da LP inicia quando a pressão exercida pelos ossos e pelas superfícies de contato sobre as partes moles é maior que a pressão capilar, isso faz com que ocorra um déficit nessa perfusão, impedindo o transporte de nutrientes tecidual (WADA; TEIXEIRA NETO; FERREIRA, 2010). Se essa pressão ocorrer por um tempo maior que o necessário para a recuperação dos tecidos frente à isquemia, ocorre a liberação de fatores inflamatórios, que alteram a permeabilidade dos vasos, levando ao edema e piorando a isquemia se a pressão intersticial permanecer elevada. Essa inflamação causa desequilíbrio na quantidade (diminuição) de metaloproteinases e seus inibidores, cuja função é de proteger os tecidos lesados, com isso a destruição tecidual aumenta e a pressão mantida torna a lesão maior e mais intensa (WADA; TEIXEIRA NETO; FERREIRA, 2010).

Em conformidade, Araújo et al. (2010) trazem que os sinais precoces do surgimento da LP são: eritema, hipersensibilidade, sensação de queimação, diminuição da temperatura local e edema. Podem originar-se em todas as posições que sejam mantidas por um tempo prolongado em um paciente, incluindo cotovelo, escápula, processos acromiais, regiões sacrais, coccígeas, tuberosidades isquiáticas, cristas ilíacas, trocânter maior, cabeça da fíbula, côndilo medial da tíbia, maléolos, calcâneo (GOULART et al., 2014).

É nesta perspectiva que se evidencia a importância da prevenção das LP, pois foram e continuarão sendo um cuidado importante da enfermagem, e retrata a qualidade da assistência de enfermagem executada. Compreender a prática do cuidar só é possível a partir de uma concepção holística, ou seja, um cuidar integral. Toda essa visão negligenciada em relação aos cuidados com a lesão por pressão, hoje em dia está mudando e há uma consciência maior referente a este problema. Os estudiosos da área de saúde vêm tentando descobrir a verdadeira causa das LP, ao invés de colocar a culpa em outra pessoa. Mesmo assim, a enfermagem continua sendo a principal responsável com a prestação desses cuidados (BORGHARDT et al., 2016).

Para Lima et al. (2015) é evidente que a ocorrência de LP, possui uma etiologia multifatorial que extrapola os cuidados dos profissionais de enfermagem. Entretanto, eles têm se responsabilizado pela implementação e adoção de medidas preventivas, sistematizadas realizadas através da adoção de protocolos padrões. O enfermeiro como líder da equipe de enfermagem, é o responsável pelo gerenciamento do cuidado prestado, propiciando

a tomada de decisões em relação às melhores práticas direcionadas ao paciente hospitalizado/acamado.

Assim, faz-se necessário que tais práticas estejam sustentadas cientificamente com vistas a incrementar os recursos humanos disponíveis e reduzir os custos financeiros à instituição.

Materiais e métodos

O presente estudo refere-se a uma pesquisa de revisão integrativa com abordagem qualitativa. A revisão integrativa de literatura é uma metodologia que tem como objetivo resumir os dados alcançados em pesquisas sobre um assunto ou questão, de forma sistemática, ordenada e compreensiva. Denomina-se integrativa porque ministra subsídios mais amplos sobre um assunto/problema, formando, assim, um corpo de conhecimento. De forma que o pesquisador pode organizar uma revisão integrativa com fins díspares, podendo ser direcionada para a definição de opiniões, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos compreendidos de um tema particular.

O método qualitativo aplica-se ao estudo das relações, das representações, das crenças, dos olhares e percepções do sujeito investigador. Assim, por meio da subjetividade apreendendo os significados que são construídos pelos sujeitos a partir das suas relações de vida compreendemos melhor as relações e inter-relações envolvidas na investigação (MINAYO, 2010).

Foram empregados os seguintes descritores: lesões por pressão; enfermagem; paciente em leito de UTI; acamado; cuidado de enfermagem. Para a busca de artigos incluídos na revisão utilizaram-se as seguintes bases de dados: PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). As bases de dados foram acessadas por meio de endereço eletrônico. Foram critérios de inclusão: artigos publicados, cuja temática respondesse ao problema investigado; publicações em inglês e português, lançadas entre julho de 2001 a fevereiro de 2018; publicações com artigos completo disponíveis e indexados nas bases de dados citadas. Afastaram-se artigos que não estivessem disponíveis para acesso livre, que não contemplassem a língua escolhida, além de dissertações e teses. Para a análise dos dados administrou-se à leitura criteriosa dos títulos, de modo a garantir que os mesmos contemplavam a pergunta norteadora da revisão e atendiam aos

critérios de inclusão estabelecidos. As publicações repetidas em mais de uma base indexadora foram descartadas.

Resultados e discussão

Para a análise e discussão dos dados foram encontrados inicialmente 77 artigos após filtrações através dos descritores citados, posteriormente, foram excluídos as repetições restando 33 artigos, destes, foram realizadas leituras dos resumos na íntegra que resultou em 05 estudo elegíveis (Quadro 1).

Quadro 1 – Estudos incluídos para a avaliação da importância de decúbito em pacientes em UTI

Autores	Objetivos	Resultados	Considerações
VASCONCELOS; CALIRI, 2017	Avaliar as ações dos profissionais de enfermagem, antes e após utilização de protocolo de prevenção de lesões por pressão, em Unidade de Terapia Intensiva.	Após uso do protocolo, observou-se maior frequência das ações: avaliação do risco para lesões por pressão nos dias subsequentes à admissão, observação de proeminências ósseas e aplicação de hidratante, em todas as regiões corporais, elevação do paciente do leito na movimentação, proteção de proeminências ósseas do joelho e elevação do calcâneo.	A maior frequência de ações preventivas após uso do protocolo demonstra a importância dessa ferramenta na adoção das recomendações baseadas em evidências científicas pelos profissionais de enfermagem.

BARBOSA; BECCARIA; POLETTI, 2014	identificar os pacientes com risco de desenvolver úlcera por pressão em UTI, por meio da Escala de Braden, e relacionar os escores obtidos com as medidas preventivas realizadas pela equipe de enfermagem.	Os cuidados de enfermagem devem estar ancorados em diretrizes clínicas, em protocolos de prevenção, baseados nos níveis de risco de cada paciente, de forma que as medidas preventivas utilizadas sejam apropriadas e efetivas. Os profissionais de enfermagem devem estar atentos a esses aspectos para que ocorra a melhoria da assistência, evitando gastos desnecessários. Portanto, a utilização da Escala de Braden pelo enfermeiro deve subsidiar a assistência de enfermagem na prevenção de UPP.	A identificação de pacientes com risco de desenvolvimento de UPP foi elevado nas três UTI, evidenciando que os profissionais de enfermagem realizaram alguns cuidados com maior frequência, como a limpeza da cama e do paciente, utilização do colchão piramidal e a hidratação da pele, enquanto outros foram menos observados, como a mudança de decúbito e a utilização de coxins em proeminências ósseas. Houve diferença entre os turnos de trabalho, sendo que o período noturno revelou maior risco para o desenvolvimento de UPP quando comparado ao turno da manhã.
DANTAS et al., 2014	Analisar a atuação dos enfermeiros de unidade de terapia intensiva no tratamento das úlceras por pressão	Os enfermeiros mencionaram como atuação a avaliação inicial; a escolha da cobertura, conforme avaliação individual; e a realização de desbridamento mecânico	A atuação dos enfermeiros do estudo é restrita e não segue uma padronização dos cuidados.
CAMPANILI et al., 2015	identificar e analisar os coeficientes de incidência de UP e os fatores de risco para	Na última década, estudos internacionais em UTI têm mostrado coeficientes de incidência de lesão	Os resultados deste estudo mostraram que o coeficiente de incidência de UP global foi de

Este breve debruçamento à literatura, nos remota a analisar que as lesões por pressão ainda continuam a comprometer a qualidade da assistência, mesmo com todas as tecnologias e avanços da ciência. A prevenção das LP é uma prioridade e não se limita àqueles com restrições de mobilidade. Okamoto (2011) destaca que entre todos os cuidados ofertados ao paciente que possuem risco para essas lesões, a prevenção é o ato de maior importância, sendo que a maioria pode ser evitada quando os cuidados são feitos de forma adequada.

Conhecer as condições que elevam os riscos para as lesões de decúbito permite reduzir o risco de desenvolvimento de LP. Para isso, várias escalas foram desenvolvidas para quantificar o risco, como é visto em alguns dos artigos pesquisados. A quantificação permite que os diversos profissionais falem uma mesma linguagem e forneçam informações objetivas para a tomada de decisões. A aplicabilidade desse instrumento de avaliação nas instituições hospitalares pode determinar a modificação no processo de assistência e redução na incidência de novos casos (SANTOS; NEVES; SANTOS, 2013). Segundo Rogenski e Kurcgant (2012) a implementação dos protocolos de avaliação de risco e prevenção reduzem o aparecimento de LP de 42,02% para 23% em pacientes de Unidade de Terapia Intensiva.

As LP apresentam reincidência frequente, de difícil cicatrização, podendo requerer tratamentos cirúrgicos e afetam a autoimagem e autoestima dos pacientes, levando-os a evidenciar problemas emocionais, psicossociais e econômicos. Todos esses fatores levam ao acréscimo do risco de infecção que pode levar a sepses e consequentemente a óbito (MATTIA et. al, 2010).

O tratamento das LP fica na terceira posição dos problemas de saúde que mais geram gastos, ficando atrás somente dos custos com tratamento das neoplasias e cirurgias cardíacas (SIMOMURA, et al., 2015). Segundo Soares et al. (2011), em nosso país não existem dados precisos sobre os custos gerados por essas lesões.

Uma diminuição do aparecimento de LP reduziria os custos relacionados aos tratamentos, melhoraria a qualidade de vida do indivíduo por diminuir o espaço de tempo no internamento e aumentaria a qualidade da assistência prestada a outros pacientes, pelo motivo de otimizar o processo de trabalho da enfermagem que seria destinado ao cuidado de feridas (LIMA; GUERRA, 2011).

Silva et al. (2011) afirmam que as escalas de risco podem ser o primeiro passo no caminho da prevenção, essas devem ser incluídas

nos manuais de práticas clínicas ou protocolos de prevenção, seguidas de recomendações específicas para um tratamento efetivo, devendo ser utilizadas na admissão do paciente na unidade, já que sua utilização faz parte de uma sistematização da assistência.

A mesma proporciona evidências que embasam as ações da enfermagem, justifica a seleção de problemas e direciona as atividades desses profissionais, e ainda permite o registro dos cuidados com as lesões, contribuindo para a continuidade e visibilidade da atuação da enfermagem de forma prática e científica (ARAÚJO et. al, 2010). Assim, faz-se necessário que tais práticas estejam sustentadas cientificamente com vistas a incrementar os recursos humanos disponíveis e reduzir os custos financeiros à instituição.

Considerações finais

A presente pesquisa nos mostra o quão importante são as técnicas voltadas para a mudança de decúbito, refletindo na redução das lesões por pressão que acontecem comumente em pacientes acamados, sobretudo pacientes em terapia intensiva, onde por muitas vezes não podem se movimentar dependendo da equipe de enfermagem para promover essas mudanças. É visível que os efeitos das LP podem trazer aos pacientes, mesmo com os cuidados de qualidade ofertados pela equipe multidisciplinar. Outro ponto importante são as complicações do quadro clínico já apresentado pelo paciente.

Além disso, o enfoque principal do enfermeiro deve consistir no trabalho de prevenção através da classificação de risco de cada paciente já na admissão hospitalar e em outras condições estabelecidas. Levando-se em consideração as diversas repercussões negativas que as úlceras trazem para os clientes, familiares e cuidadores é importante o envolvimento da equipe multidisciplinar no acompanhamento direto a esses pacientes para que as úlceras não progridem e para que elas apareçam apenas nos casos em que toda a sistematização da assistência não for capaz de evitar o surgimento delas.

Portanto, entende-se que a atuação do enfermeiro está totalmente ligada em todo o contexto que envolve as úlceras e que a tomada de ações pontuais e insistentes orientadas pela sistematização da assistência de enfermagem é capaz de evitar a ocorrência de novos casos.

Referências

- ARAÚJO, C. R. D. et al. **A enfermagem e a utilização da escala de Braden em úlcera por pressão.** Revista de Enfermagem da UERJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 359- 364, 2010.
- BARBOSA, T. P.; BECCARIA, L. M.; POLETTI, N. A. A. Avaliação do risco de úlcera por pressão em uti e assistência preventiva de enfermagem. Rev. Enferm Uerj, Si, v. 221, n. 3, p.353-358, jan. 2014.
- BORGHARDT, A. T. et al. **Evaluation of the pressure ulcers risk scales with critically ill patients: a prospective cohort study.** Rev. Latino-Am. Enfermagem, v.1, n.23, p.28-35, 2015.
- BORGHARDTI, A. B. et al. **Úlcera por pressão em pacientes críticos: incidência e fatores associados.** Rev. Bras. Enferm. Brasília, v.69, n. 3, Jun. 2016.
- CAMINHA, R. T. Ó. et al. **ÚLCERA POR PRESSÃO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: análise da incidência e das lesões instaladas.** In: , 17., 2013, Natal. Anais... Paraíba, 2013.
- CAMPANILI, T. C. G. F. et al. **Incidência de úlceras por pressão em pacientes de unidade de terapia intensiva cardiopneumológica.** Revista da Escola de Enfermagem, São Paulo, v. 49, n. 1, p.7-14, jul. 2015.
- DANTAS, A. L. et al. **Practice of the intensive nurse in the treatment of pressure ulcers.** Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, [s.l.], v. 6, n. 2, p.716- 724, 1 abr. 2014.
- FERNANDES, N. C. S.; TORRES, G. V. **Incidência e fatores de risco de úlceras de pressão em pacientes de Unidade de Terapia Intensiva.** Revista Ciência, Cuidado e Saúde, Maringá, v. 7, n. 3, p. 7, 2008.
- GOMES, F. S. L. et al. **Avaliação de risco para úlcera por pressão em pacientes críticos.** Revista escolar de enfermagem da USP. São Paulo, v.45, n.2, p.313-318, 2011.
- GOULART, F. M. et al. **Prevenção de úlcera por pressão em pacientes acamados: uma revisão da literatura.** Rio verde, 2014.
- LIMA, A. F. C. et al. **Mobilização corporal para prevenção de úlceras**

por pressão: custo direto com pessoal. Rev. Bras. Enferm. Brasília, v.68, n. 5, out. 2015.

LIMA, A. C. B.; GUERRA, D. M. **Avaliação do custo do tratamento de úlceras por pressão em pacientes hospitalizados usando curativos industrializados.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, Manguinhos, v. 16, n. 01, p.267-277, 2011.

MATTIA, A. L. et al. **Úlcera por Pressão em UTI: fatores de risco e medidas de prevenção.** Revista Saúde Coletiva, São Paulo, v. 7, n. 46, p. 296-299, 2010.

NATIONAL PRESSURE ULCER ADVISORY PANEL, European Pressure Ulcer Advisory Panel and Pan Pacific Pressure Injury Alliance. Prevention and Treatment of Pressure Ulcers: Quick Reference Guide.

OKAMOTO, R. H. **Fundamentação Teórica: Úlceras por pressão.** 2011. 48 f. Monografia (Especialização em Saúde da Família)-Unasus/ Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEDRO, J. E. et al. **Importance of nursing assistance in prevention and treatment of pressure ulcers: bibliographic review.** Revista Unirn, Natal, v. 14, n. 2, p.99-124, dez. 2015.

PERRONE, F. et al. **Estado nutricional e capacidade funcional na úlcera por pressão em pacientes hospitalizados.** Revista de Nutrição, Campinas, v. 24, n.3, p.431-438, 2011

ROCHA, G. V.; FILHA, L. G. F. **úlcera por pressão e o processo de hospitalização: uma revisão integrativa.** 2015. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Faculdade São Lucas, Porto Velho, 2015.

RODRIGUES, A. S. et al. **Lesão por pressão em pacientes na unidade de terapia intensiva: características, causas, fatores de risco e medidas preventivas.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, [s.l.], v. , n. 10, p.991-996, 2018.

ROGENSKI, N. M. B.; KURCGANT, P. **Incidência de úlceras por pressão após a implementação de um protocolo de prevenção.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 1-7, 2012.

SANTOS, M. P.; NEVES, Rebecca Costa; SANTOS, Carina Oliveira dos. **Escalas utilizadas para prevenir úlceras por pressão em pacientes críticos.** Revista Enfermagem Contemporânea, Salvador, v. 2, n.1, p. 19-31, 2013.

SILVA, D. R. A. et al. **Pressure ulcer dressings in critical patients: a**

cost analysis. Revista da Escola de Enfermagem da Usp, [s.l.], v. 51, p.1-8, 2017.

SILVA, R. C. L. et al. Feridas: **Fundamentos e atualizações em Enfermagem.** 3. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2011. 728 p.

SIMOMURA, L. S. et al. **Estudo sobre a incidência de Úlcera por Pressão em pacientes politraumatizados na UTI do HUOP: Gestão de risco em Enfermagem.** Conferência internacional em gestão de negócios 2015, 1., 2015, Cascavel, 2015. 9 p.

SOARES, D. A. S. et al. **Análise da incidência de úlcera de pressão no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência em Ananindeua, PA.** Revista Brasileira de Cirurgia Plástica, São Paulo, v 26, n. 4, p. 578-581, 2011.

SOBEST. **Classificação das lesões por pressão- consenso NPUAP** 2016- Adaptada culturalmente para o Brasil. São Paulo, 2016.

VASCONCELOS, J. M. B. I.; CALIRI, M. H. L. **Nursing actions before and after a protocol for preventing pressure injury in intensive care.** Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem, [s.l.], v. 21, n. 1, p.1-9, 2017.

WADA, A.; TEIXEIRA NETO, N.; FERREIRA, M. C. **Úlceras por pressão.** Revista de Medicina, São Paulo, v. 89, n. 4, p. 170-177, 2010.



EIXO 03

**GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E DIREITO:
CONSTRUINDO O FUTURO ESTRUTURADO**

EMPREENDEDORISMO E A RETENÇÃO DE JOVENS TALENTOS: UM ESTUDO SOBRE SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS E MÉDIOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Antonio Zacarias Batista de Oliveira¹

Sonaide Souza Santos Oliveira²

Andreson Corte Ferreira da Silva³

Introdução

O êxodo de jovens qualificados tem se apresentado como um desafio crescente para os pequenos e médios municípios da Bahia, comprometendo o potencial de inovação, dinamismo econômico e desenvolvimento sustentável dessas localidades. A investigação sobre os fatores que levam jovens a migrarem ou a permanecerem em suas regiões de origem tornou-se um ponto central na literatura acadêmica, especialmente no contexto do Nordeste brasileiro, que apresenta particularidades socioeconômicas e estruturais. A migração de jovens, especialmente no semiárido, é um fenômeno complexo, influenciado por fatores econômicos, sociais e ambientais. A ausência de oportunidades de desenvolvimento local e o insuficiente investimento na região impulsionam a saída de jovens qualificados em busca de melhores condições de vida e emprego. Por outro lado, a permanência está diretamente relacionada à existência de políticas públicas que fortaleçam a economia local, promovam a educação de qualidade e incentivem o empreendedorismo.

1 Mestre em Economia pelo Especialista em Finanças Empresariais, bacharel em Ciências Econômicas. Licenciado em Matemática. É professor da Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe - FARJ.

2 Especialista em Gestão de Negócios, Diretora da Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe - FARJ

3 Especialista em Docência Universitária. Especialista em Gestão de Recursos Humanos. Especialista em História Social. Bacharel em Teologia. Licenciado em Sociologia e em Pedagogia. Professor e coordenador do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Bahia (FACITE).

A retenção de talentos é, portanto, um desafio estratégico para as organizações, não se limitando a políticas de recrutamento, mas também englobando a valorização profissional e a qualidade de vida no trabalho. No Brasil, as desigualdades regionais e as condições econômicas têm um impacto direto nas decisões migratórias. Nunes, Silva e Queiroz (2017) apontam para um aumento das migrações de curta distância, sugerindo que as oportunidades de emprego em regiões próximas às áreas de origem são decisivas para a retenção de jovens. No entanto, a persistência da desigualdade econômica pode continuar a impulsionar a saída de jovens qualificados para áreas mais desenvolvidas. A qualificação, aliás, é um fator crucial: jovens com menor nível de escolaridade tendem a permanecer em suas regiões, pois sua baixa qualificação limita a mobilidade, enquanto aqueles com nível superior têm maior facilidade para deslocamentos mais longos e uma melhor inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, a gestão eficaz do capital humano se mostra determinante para a competitividade e sustentabilidade das empresas e para a dinamização das economias locais e nacionais.

Diante do exposto, este estudo buscou responder à seguinte questão: De que maneira o empreendedorismo influencia a permanência de jovens talentos em pequenos e médios municípios baianos e quais os impactos dessa permanência no desenvolvimento local? Para tanto, o objetivo principal é compreender como o empreendedorismo local contribui para a retenção de jovens talentos e para o desenvolvimento regional em pequenos e médios municípios da Bahia. Para alcançar esse objetivo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) levantar os principais desafios socioeconômicos enfrentados por pequenos e médios municípios da Bahia; b) investigar de que forma o empreendedorismo local pode contribuir com o desenvolvimento desses municípios; e, c) analisar os fatores que influenciam a decisão de permanência ou migração de jovens talentos com diferentes níveis de qualificação.

A presente pesquisa se justifica pela sua relevância em um cenário onde o êxodo de jovens qualificados se tornou um desafio crescente, comprometendo o potencial de inovação e dinamismo econômico do interior baiano. O fortalecimento do empreendedorismo local é visto como uma alternativa estratégica para gerar oportunidades, estimular a permanência desses talentos e, consequentemente, fomentar o desenvolvimento regional. O estudo buscou, assim, contribuir com subsídios para a formulação de políticas públicas e a implementação de iniciativas privadas que visem a retenção de capital humano e a revitalização econômica nessas localidades.

A análise do empreendedorismo em pequenos e médios municípios tem se consolidado como um campo de pesquisa fundamental, com as micro e pequenas empresas sendo pilares da economia brasileira. A sustentabilidade desses negócios, no entanto, depende não apenas da iniciativa individual, mas também de fatores estruturais como a escolaridade, o emprego e a qualidade dos serviços públicos, que exercem um impacto mais significativo na longevidade das empresas do que a disponibilidade de crédito. A pesquisa, portanto, se insere nesse debate, buscando oferecer uma perspectiva mais aprofundada sobre a dinâmica local.

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo adotou uma abordagem metodológica mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Essa escolha se justificou pela complexidade do fenômeno, que envolve tanto fatores socioeconômicos objetivos quanto percepções subjetivas e contextuais. O estudo teve um caráter exploratório e explicativo, buscando aprofundar o conhecimento sobre o tema no contexto baiano e identificar as relações entre as variáveis. A estratégia de pesquisa utilizada foi o levantamento (survey), com a aplicação de um questionário semiestruturado para uma população-alvo de jovens entre 18 e 35 anos, residentes em 22 municípios do interior da Bahia. A amostra foi não probabilística por conveniência, com a coleta de dados realizada por meio de formulário eletrônico. Os dados quantitativos foram analisados com estatística descritiva, e os qualitativos com base na análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011).

Este trabalho está estruturado em quatro seções principais. Após esta introdução, as seções a seguir apresentam o referencial teórico que contextualiza os desafios socioeconômicos, os fatores de migração e o papel do empreendedorismo local. Após o referencial teórico são detalhados os procedimentos metodológicos do estudo. Em seguida, são apresentadas a análise e a discussão dos resultados. Por fim, nas considerações finais, são apresentados os principais achados da pesquisa e suas implicações.

Fatores que influenciam a decisão de permanência ou migração de jovens talentos com diferentes níveis de qualificação

A investigação sobre os fatores que levam jovens qualificados a migrar ou permanecer em suas regiões de origem tem se tornado central na literatura acadêmica, especialmente no Nordeste Brasileiro, devido às suas particularidades socioeconômicas e estruturais. Reter talentos

é um elemento estratégico para a competitividade e sustentabilidade das organizações e para o desenvolvimento regional, envolvendo não apenas políticas de recrutamento, mas também a motivação, valorização profissional e a qualidade de vida no trabalho (Cunha; Martins, 2015).

A migração de jovens do semiárido, por exemplo, é um fenômeno complexo, influenciado por fatores econômicos, sociais e ambientais (Sá; Wizniewsky, 2012). A ausência de oportunidades de desenvolvimento local e o insuficiente investimento na região impulsionam a saída de jovens qualificados em busca de melhores condições de vida e emprego. Por outro lado, a permanência está relacionada à existência de políticas públicas que fortaleçam a economia local, promovam a educação de qualidade e incentivem o empreendedorismo (Sá; Wizniewsky, 2012). Embora não analise fatores culturais ou diferenças de qualificação, este estudo reforça que a migração está ligada às condições econômicas e à falta de oportunidades de desenvolvimento.

A análise da migração de jovens, influenciada por fatores econômicos, sociais e ambientais (Sá; Wizniewsky, 2012), encontra um paralelo no estudo sobre o empreendedorismo juvenil. Ao investigar a inserção de jovens no setor, Bulgacov et al. (2011) discutem se essa escolha é movida por aspirações pessoais ou por pressões socioeconômicas. Os autores identificam dois perfis: os que empreendem por necessidade, geralmente com baixa escolaridade, e aqueles que o fazem por oportunidade. A conclusão é que o fenômeno é heterogêneo e reflete as desigualdades do mercado de trabalho, o que exige políticas públicas segmentadas para atender às diferentes realidades.

Nunes, Silva e Queiroz (2017) também apontam que desigualdades regionais e condições econômicas afetam as decisões de migração. Eles destacam o aumento das migrações de curta distância em detrimento dos deslocamentos de longa distância, sugerindo que as oportunidades de emprego são decisivas. A migração de curta distância pode favorecer a retenção de jovens em regiões próximas às suas áreas de origem, especialmente onde há crescimento econômico ou melhorias de infraestrutura. No entanto, a persistente desigualdade econômica pode levar à saída de jovens qualificados para áreas mais desenvolvidas, reforçando os fluxos migratórios para locais mais atrativos (Nunes; Silva; Queiroz, 2017).

A qualificação também é um fator crucial. Correia e Ojima (2018) observam que jovens com menor nível de escolaridade tendem a permanecer em suas regiões de origem, pois a baixa qualificação limita sua

mobilidade. Em contrapartida, migrantes inter-regionais — aqueles que se deslocam para outras partes do país — apresentam maior proporção de pessoas com nível superior, o que facilita deslocamentos mais longos e uma melhor inserção no mercado de trabalho. Esses migrantes de longa distância também dependem menos de benefícios sociais, o que indica maior capacidade de arcar com os custos da mudança (Correia; Ojima, 2018).

Assim, a retenção de talentos é um desafio estratégico para as organizações. Cunha e Martins (2015) defendem que práticas como programas de estágio, trainees e recrutamento por competências, combinadas com políticas de motivação e planos de desenvolvimento profissional, contribuem significativamente para a fidelização de colaboradores. A gestão eficaz do capital humano é um fator determinante para a competitividade e sustentabilidade das empresas, contribuindo para a dinamização das economias locais e nacionais.

Como o empreendedorismo local pode contribuir com o desenvolvimento desses municípios?

A análise do empreendedorismo local tem se consolidado como um campo de pesquisa fundamental para o desenvolvimento de pequenos e médios municípios. A importância das micro e pequenas empresas (MPMEs) como pilares da economia brasileira é evidenciada em diversos estudos. Uma revisão bibliográfica de Xavier e Bertaci (2016) ressalta a responsabilidade das MPEs por grande parte do PIB e dos empregos gerados no país. Os autores pontuam que o empreendedorismo surge frequentemente como uma alternativa ao desemprego, com o setor agropecuário se destacando na criação de oportunidades. A sustentabilidade desses negócios, no entanto, depende não apenas da iniciativa individual, mas também de planejamento estratégico, capacitação e do suporte de instituições como o SEBRAE.

A relevância desses fatores é corroborada por Neves, Cruz e Locatelli (2016), que investigaram a sobrevivência das MPEs e constataram que fatores estruturais como escolaridade, emprego e a qualidade dos serviços públicos, em vez de apenas a disponibilidade de crédito, exercem um impacto mais significativo na longevidade das empresas. Esses autores desconstruem a ideia de que a falta de financiamento é o principal

obstáculo, reforçando a importância de políticas que fortaleçam o capital humano e as condições socioeconômicas locais.

Gomes, Pires e Piau (2012) destacam que as micro e pequenas empresas no Brasil contribuem para a criação de oportunidades de trabalho e inclusão social, influenciando não apenas a economia, mas também a estrutura social e a governança local. Eles ressaltam a importância de políticas públicas e parcerias público-privadas para potencializar o impacto dessas empresas no desenvolvimento regional. Corroborando essa visão, Oliveira (2016) enfatiza que as PMEs desempenham um papel central na estrutura produtiva, contribuindo para a diversificação econômica e o crescimento sustentável. O autor sugere que políticas de apoio como microcrédito, arranjos produtivos locais e a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas são instrumentos estratégicos para fortalecer o tecido empresarial e promover o desenvolvimento endógeno.

No entanto, nem todo tipo de empreendedorismo possui o mesmo impacto. Rocha (2014) diferencia o empreendedorismo por oportunidade, que tem maior correlação com o crescimento econômico e a inovação, do empreendedorismo por necessidade, que, embora relevante como alternativa ao desemprego, possui impacto mais limitado. Essa análise reforça a ideia de que a qualidade e o contexto do ambiente empreendedor são decisivos para os resultados socioeconômicos.

Apesar do seu potencial, o empreendedorismo em pequenos municípios enfrenta desafios significativos, especialmente em regiões como o Nordeste, onde a concentração de atividades econômicas em áreas metropolitanas perpetua desigualdades (Calasans; Pessoti, 2015). Esses municípios muitas vezes apresentam baixo dinamismo econômico, população com pouca qualificação e atividades de baixa remuneração. Os autores argumentam que ações públicas diferenciadas são necessárias para atender às especificidades dessas localidades e promover uma distribuição mais equitativa do desenvolvimento.

Um dos desafios práticos reside na falta de efetivação de políticas públicas de apoio. Domingos (2019) evidencia que, apesar da legislação federal que garante tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas em licitações públicas, a participação delas em pequenos municípios é limitada. A autora aponta que a preferência por empresas de outras regiões prejudica o comércio e o desenvolvimento local, propondo ações governamentais que ampliem a participação das MPMEs em processos de compras públicas.

Nesse contexto de desafios e necessidade de políticas públicas mais eficazes, a análise de Sarfati (2013) oferece uma perspectiva internacional. O autor compara políticas de empreendedorismo em diferentes países e conclui que, enquanto nações em estágios mais avançados de desenvolvimento focam em inovação e empreendedorismo de alto impacto, o Brasil ainda se caracteriza por políticas fragmentadas e generalistas. Isso indica a necessidade de uma maior integração entre o fomento à inovação e os instrumentos de apoio às pequenas empresas, um desafio crucial para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor no país.

Por fim, o estudo de Sampaio Neto et al. (2022) exemplifica como políticas públicas podem ser eficazes. Ao analisar o Programa Jovem Empreendedor Apicultor em Remanso-BA, os autores demonstram que a iniciativa não apenas gerou emprego e renda, mas também promoveu inovação e preservação ambiental. Esse caso reforça o potencial do empreendedorismo juvenil, quando apoiado por políticas específicas e sustentáveis, como uma estratégia para o desenvolvimento regional e a permanência da juventude em territórios historicamente marginalizados.

Desafios socioeconômicos enfrentados por pequenos e médios municípios da Bahia

Os pequenos e médios municípios da Bahia enfrentam uma rede complexa de desafios socioeconômicos, que incluem carências estruturais, como a falta de infraestrutura básica, e limitações no acesso a serviços essenciais como saúde e educação. Essas fragilidades dificultam a atração e retenção de capital humano, além de serem agravadas pela forte dependência de transferências governamentais e por uma economia pouco diversificada (Santos Neta; Santos, 2013). Tal vulnerabilidade exige a articulação de políticas públicas e iniciativas privadas, com foco no empreendedorismo, para dinamizar as economias locais.

A análise de Santos Neta e Santos (2013) sobre o município de Itaparica exemplifica essa realidade, mostrando que a dificuldade de acesso a bens essenciais e a falta de infraestrutura são obstáculos significativos para a qualidade de vida da população. Os autores defendem a necessidade de políticas públicas que sejam sustentáveis, inclusivas e que envolvam a participação da comunidade nas discussões, reconhecendo que o desenvolvimento não é apenas uma questão de infraestrutura, mas também de participação social.

As disparidades econômicas entre os municípios baianos são acentuadas, como demonstram Campos e Lacerda Pessoti (2016). Eles apontam que a Região Metropolitana de Salvador (RMS) concentra a maior parte da riqueza, enquanto os pequenos municípios dependem majoritariamente da agricultura e do setor público. Essa dependência limita a autonomia econômica e perpetua desigualdades. Os autores ressaltam a necessidade de pesquisas específicas para cada município, a fim de evitar generalizações e formular políticas mais eficientes que promovam a diversificação econômica e a inclusão social.

Alves e Alves (2016) complementam essa visão ao destacar que o lento e desigual crescimento econômico da Bahia, apesar de seu grande contingente populacional, reflete-se na assimetria da organização espacial do território. Isso cria cidades com diferentes níveis de desenvolvimento, reforçando o desafio de promover um crescimento equilibrado e inclusivo.

Diante desses desafios, o artigo de Silva e Fonseca (2017) propõe a adoção de estratégias inovadoras. Os autores, ao analisarem a região Oeste da Bahia, sugerem a criação de consórcios intermunicipais como uma forma de superar limitações de infraestrutura e gestão pública. Embora já sejam uma prática consolidada em outras regiões, sua implementação na Bahia enfrenta obstáculos legislativos e de articulação institucional.

Outra proposta importante levantada por Silva e Fonseca (2017) é a ampliação e aprimoramento do Fundo de Desenvolvimento Urbano-Regional, com foco em cidades do semiárido. Eles argumentam que esse fundo poderia garantir recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento, desde que haja uma gestão participativa e transparente, envolvendo a sociedade civil, gestores e órgãos estaduais. Para que essas propostas se tornem realidade, é essencial superar as dificuldades de coordenação interinstitucional e fortalecer o compromisso político, permitindo um planejamento estratégico de longo prazo.

Nesse sentido, o trabalho de Silva, Oliveira e Santos (2020) reforça a necessidade de fortalecer a governança e a cooperação intermunicipal na Bahia. Os autores analisam os desafios de municípios do Recôncavo na implementação da Agenda 2030, identificando persistentes dificuldades em infraestrutura e sustentabilidade urbana. Para superar esses obstáculos, eles sugerem que iniciativas como o programa Cidades Empreendedoras (SEBRAE), a promoção de ecossistemas de inovação, consórcios e arranjos produtivos locais podem ser estratégias eficazes. Essas ações seriam capazes de potencializar o desenvolvimento regional, aproximando a realidade dos municípios das metas globais de desenvolvimento sustentável.

Procedimentos metodológicos

Adotou-se uma abordagem metodológica quantitativa e qualitativa, configurando um método misto. O estudo teve caráter exploratório e explicativo, com o objetivo de analisar como o empreendedorismo local influenciou a permanência de jovens talentos em municípios de pequeno e médio porte na Bahia, e de que forma isso impactou o desenvolvimento regional. A escolha da abordagem mista se justificou pela complexidade do fenômeno, que envolveu fatores socioeconômicos, subjetivos e contextuais, o que permitiu uma compreensão mais aprofundada do problema de pesquisa, ao integrar dados objetivos e percepções individuais (Creswell, 2007).

A estratégia de pesquisa utilizada foi o levantamento (survey), que combinou revisão de literatura e aplicação de questionário. O modelo de questionário adotado para essa pesquisa foi o semiestruturado, ou seja, com perguntas abertas e fechadas. O estudo possuiu uma natureza exploratória, pois buscou aprofundar o conhecimento sobre um tema ainda pouco investigado no contexto baiano (Gil, 2008). Adicionalmente, assumiu um caráter explicativo, visando identificar as relações e possíveis impactos entre o empreendedorismo local e a retenção de talentos no desenvolvimento regional.

A população-alvo da pesquisa foi composta por jovens entre 18 e 35 anos, residentes em 22 municípios do interior da Bahia. Esses municípios foram selecionados de forma aleatória e eram majoritariamente classificados como de pequeno e médio porte, conforme os critérios do IBGE (2022), com exclusão da capital do estado.

A amostra foi não probabilística por conveniência, sendo composta por cerca de 80 jovens. Essa abordagem foi justificada pela facilidade de acesso aos participantes por meio da aplicação de um formulário eletrônico via Google Forms, um instrumento amplamente utilizado em estudos sociais contemporâneos para a coleta de dados de forma ágil e eficiente (Lakatos; Marconi, 2010). A adesão à pesquisa foi alta, com 96% dos convidados demonstrando interesse inicial e, subsequentemente, 99% dos que acessaram o formulário consentindo em participar.

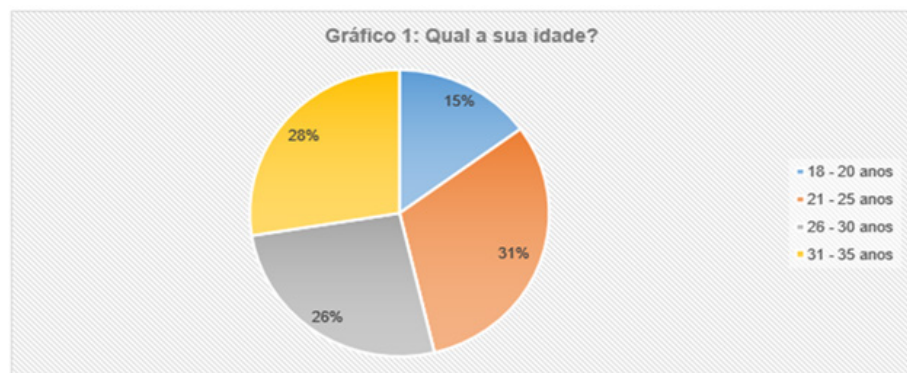
Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva, com auxílio de planilhas eletrônicas e softwares como o Excel e o Google Planilhas. Já os dados qualitativos foram tratados com base na

análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), permitindo a categorização das falas e a identificação de padrões interpretativos.

A pesquisa seguiu os princípios éticos da Resolução no 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sendo garantido o sigilo e o anonimato dos participantes. Todos os respondentes foram informados sobre os objetivos do estudo e participaram mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

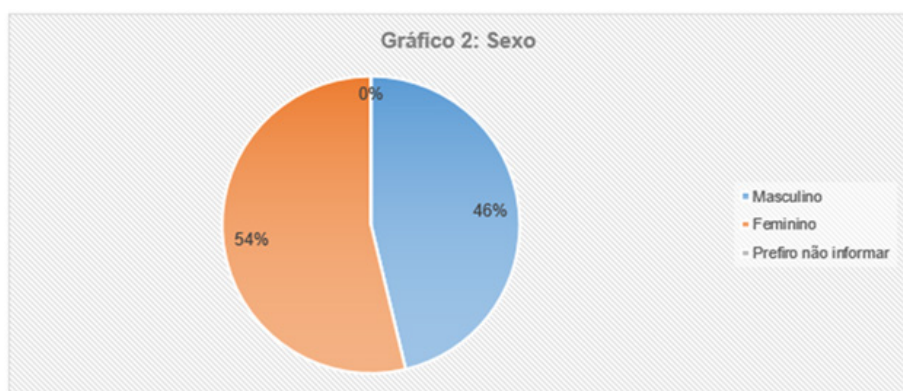
Resultados e discussões

A pesquisa abrangeu 22 municípios de pequeno e médio porte no interior da Bahia, refletindo a diversidade geográfica da região e a amplitude do problema investigado. A lista de cidades inclui, predominantemente, municípios localizados no semiárido e na região sisaleira, como Araci, Barrocas, Conceição do Coité, Santaluz e Riachão do Jacuípe. A presença de cidades como Feira de Santana e Ilhéus na amostra, que são centros regionais, garante que a pesquisa capte as nuances de áreas de maior dinamismo econômico em comparação com municípios menores. A representatividade de diferentes localidades da Bahia rural e do interior é crucial, já que o problema de migração de jovens talentos não se manifesta da mesma forma em todas as cidades. A diversidade geográfica da amostra aumenta a validade externa do estudo, permitindo que as conclusões sobre o empreendedorismo e a permanência de jovens possam ser generalizadas para um espectro mais amplo de municípios baianos de pequeno e médio porte.



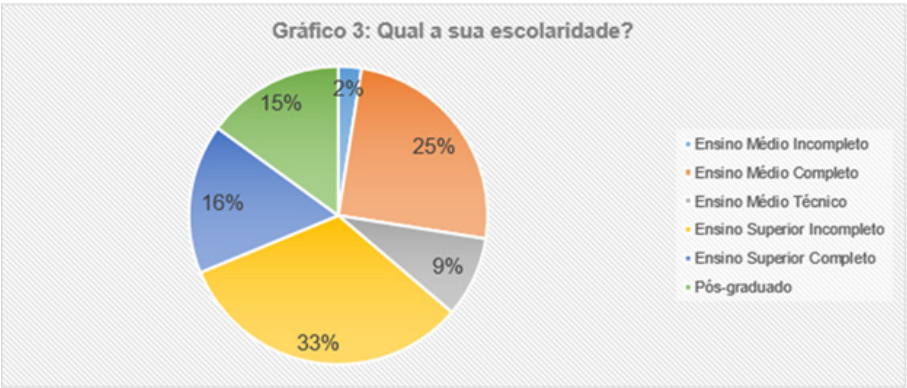
Fonte: Autores, 2025.

Com base no Gráfico 1, a análise da faixa etária dos participantes, com a maioria entre 21 e 25 anos, reforça a relevância da pesquisa no contexto da retenção de talentos. Como destacado por Sá e Wizniewsky (2012), a migração de jovens é um fenômeno complexo, e essa faixa etária, em particular, está em um momento crucial de busca por melhores condições de vida e emprego. A presença de diferentes grupos etários na amostra permite investigar como as expectativas e decisões variam em distintas etapas da vida, com o empreendedorismo se apresentando como uma via promissora para o desenvolvimento local. A representatividade da amostra em termos de gênero é fundamental para entender essa dinâmica.



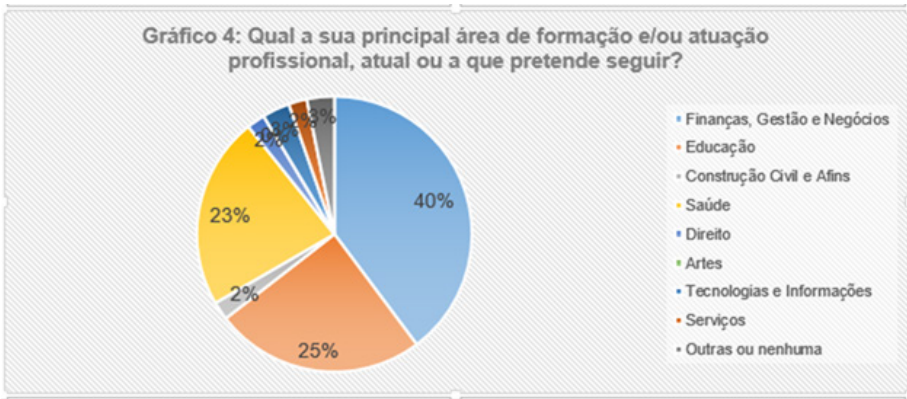
Fonte: Autores, 2025.

A distribuição equilibrada entre gêneros na amostra, com uma ligeira predominância feminina (ver Gráfico 2), é um indicativo positivo para a qualidade da análise. Essa representatividade é fundamental para entender as dinâmicas do empreendedorismo em pequenos municípios. O estudo de Bulgacov et al. (2011) já sinalizava que o empreendedorismo reflete as desigualdades do mercado de trabalho, o que justifica a necessidade de políticas públicas segmentadas. A maior participação feminina na pesquisa sugere uma oportunidade de aprofundar a compreensão sobre os desafios e contribuições específicas das mulheres empreendedoras no desenvolvimento regional. O elevado nível de escolaridade dos participantes, por sua vez, complementa essa análise.



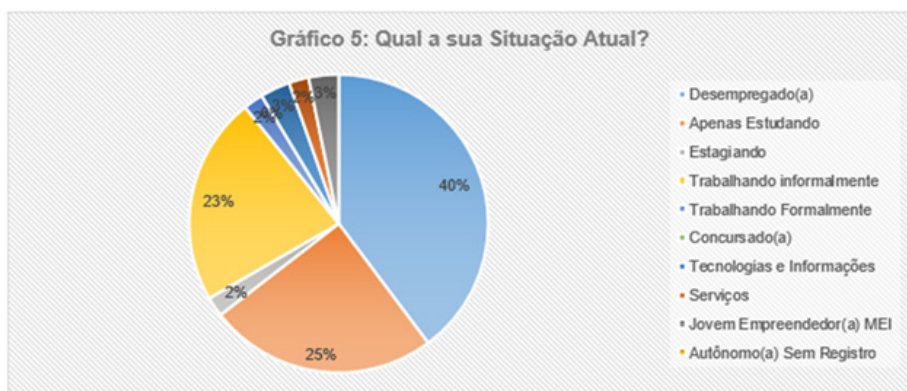
Fonte: Autores, 2025.

Os dados sobre a escolaridade dos respondentes (Gráfico 3) revelam um capital intelectual expressivo, com a maior parcela (33%) possuindo Ensino Superior incompleto, o que indica que grande parte dos jovens está cursando ativamente uma graduação. Essa constatação, somada à presença de 16% com Ensino Superior completo e 15% com pós-graduação, sugere que os jovens na amostra se alinham ao perfil de alta qualificação frequentemente associado à maior mobilidade populacional, conforme a literatura de Correia e Ojima (2018). Tal perfil, no entanto, pode ser analisado à luz dos desafios socioeconômicos dos municípios (Santos Neta; Santos, 2013), levantando a discussão sobre como as condições locais podem influenciar não apenas a decisão de migrar, mas também a trajetória acadêmica e profissional de jovens com potencial qualificado.



Fonte: Autores, 2025.

A concentração dos respondentes nas áreas de Finanças, Gestão, Negócios e Educação, (ver Gráfico 4), revela uma amostra com capital intelectual diretamente alinhado com o desenvolvimento econômico local. Oliveira (2016) destaca que as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) são centrais na estrutura produtiva. Essa diversidade de competências demonstra o potencial para diversificar as economias locais, que Campos e Lacerda Pessoti (2016) apontam como dependentes de agricultura e setor público. A presença de talentos em diversas áreas sugere que o empreendedorismo pode dinamizar as economias. No entanto, o desemprego e a informalidade ainda são desafios persistentes, como mostram os dados a seguir.



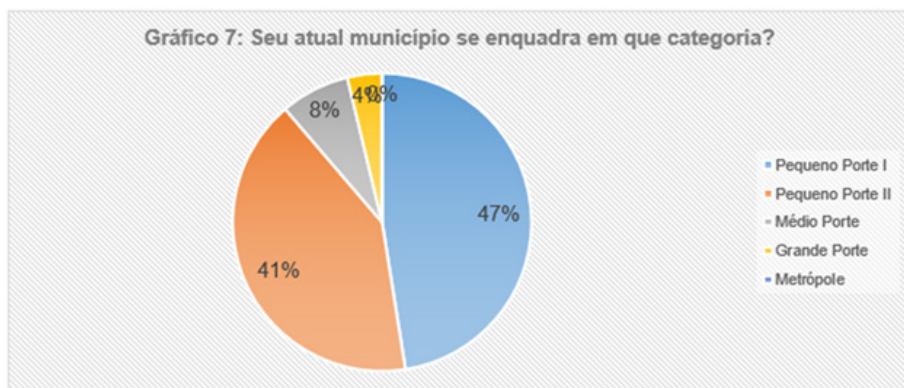
Fonte: Autores, 2025.

A alta taxa de desemprego e de trabalho informal na amostra é um dado preocupante (ver Gráfico 5). A conclusão de Bulgacov et al. (2011) de que o empreendedorismo pode ser uma escolha por necessidade, especialmente para aqueles com baixa escolaridade, parece se inverter aqui. A maioria qualificada da amostra parece estar enfrentando desemprego e informalidade, o que sinaliza uma grave falta de oportunidades formais. Essa realidade reforça a importância de políticas públicas que incentivem o empreendedorismo por oportunidade, como sugere Rocha (2014), em vez de ser apenas uma alternativa ao desemprego. A análise do tempo de residência dos participantes, contudo, sugere um forte vínculo com suas cidades, apesar das dificuldades.



Fonte: Autores, 2025.

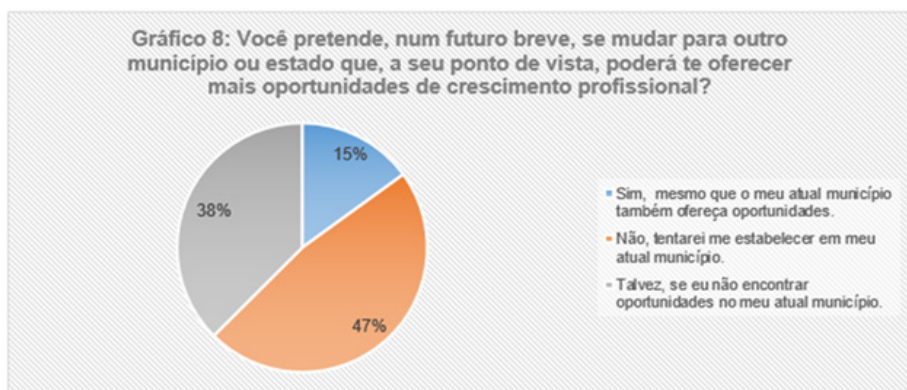
A predominância de participantes com forte vínculo com seus municípios (residem há mais de cinco anos) é um resultado fundamental para a pesquisa (ver Gráfico 6). Essa alta taxa de permanência pode estar ligada ao fenômeno da migração de curta distância, apontada por Nunes, Silva e Queiroz (2017) como um fator que favorece a retenção de jovens. A lealdade à cidade, combinada com a intenção de permanência, sugere que, embora haja desafios, existe uma forte vontade de contribuir para o desenvolvimento local. A falta de oportunidades, no entanto, pode quebrar esse vínculo, como reforçam Sá e Wizniewsky (2012). A concentração da amostra em municípios de pequeno porte também é relevante.



Fonte: Autores, 2025.

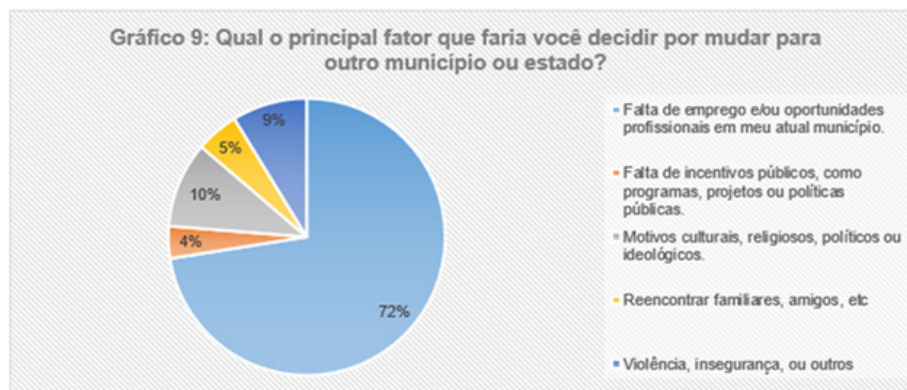
A concentração da amostra em municípios de pequeno porte (ver Gráfico 7) valida o foco da pesquisa na problemática do desenvolvimento local nessas áreas. Conforme Calasans e Pessoti (2015), esses municípios

sofrem com baixo dinamismo econômico e desigualdades. A presença minoritária de respondentes de médio e grande porte garante que a análise se concentre majoritariamente na realidade de locais com recursos limitados. Isso é crucial para formular políticas públicas diferenciadas, conforme sugerido por Sarfati (2013), que atendam às especificidades dessas localidades e promovam uma distribuição mais equitativa do desenvolvimento. O desejo de permanência dos jovens reflete essa realidade e a busca por soluções.



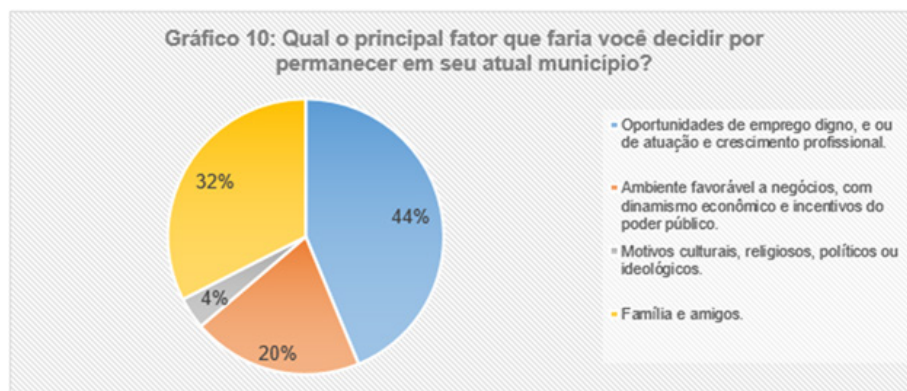
Fonte: Autores, 2025.

A forte intenção de permanência dos jovens, mesmo com um percentual significativo de incerteza (ver Gráfico 8), corrobora a tese de Cunha e Martins (2015) de que a retenção de talentos é estratégica. O dado sugere que as organizações e o poder público têm uma janela de oportunidade para agir. O “talvez” manifestado pelos respondentes indica que a decisão de ficar está condicionada a fatores como oportunidades locais e dinamismo econômico, o que reforça o papel do empreendedorismo como um catalisador de esperança. Esse desejo, contudo, é confrontado com a principal motivação para a migração, que a pesquisa também identifica.



Fonte: Autores, 2025.

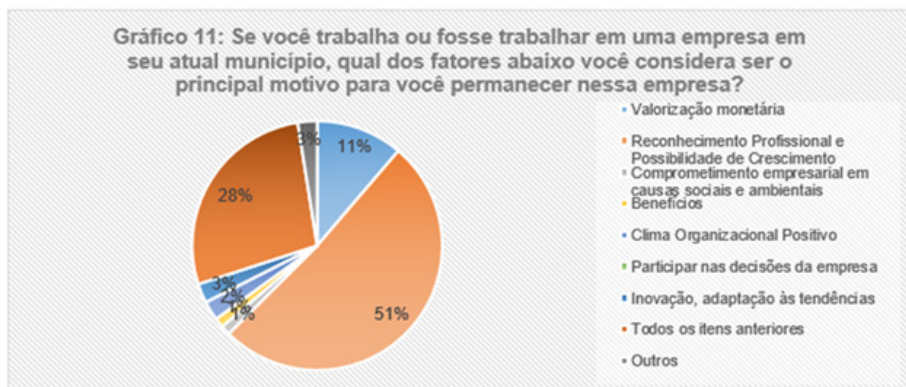
A falta de emprego e/ou oportunidades profissionais como principal fator de migração é um dado robusto (ver Gráfico 9). Isso confirma o que Nunes, Silva e Queiroz (2017) destacam: que as oportunidades de emprego são decisivas nas decisões migratórias. Esse resultado ressalta que a migração não é uma escolha voluntária, mas uma necessidade imposta pela escassez de vagas e crescimento profissional. A urgência de se criar um ambiente que estimule a geração de empregos, por meio do empreendedorismo local, como sugerem Gomes, Pires e Piau (2012), é evidente. Esses fatores, entretanto, são os mesmos que os jovens apontam como decisivos para a sua permanência.



Fonte: Autores, 2025.

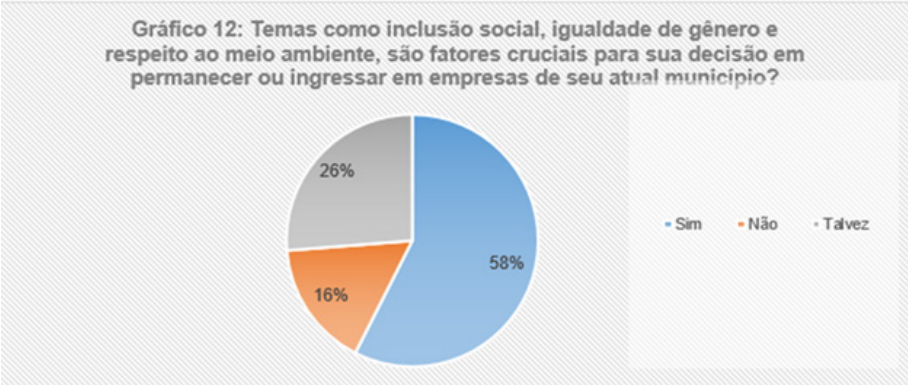
Os dados (ver no Gráfico 10) que mostram a importância de oportunidades de emprego e o ambiente de negócios para a permanência dos jovens reforçam o que Cunha e Martins (2015) já defendiam: que a

retenção de talentos vai além do recrutamento. Embora laços afetivos como “Família e amigos” sejam importantes, o estudo sugere que a infraestrutura profissional e de negócios é o fator determinante. Esses achados estão alinhados com Neves, Cruz e Locatelli (2016), que desconstróem a ideia de que a falta de crédito é o principal obstáculo e reforçam a importância do capital humano e das condições socioeconômicas locais. Essa prioridade, por sua vez, é vista também em relação às empresas locais.



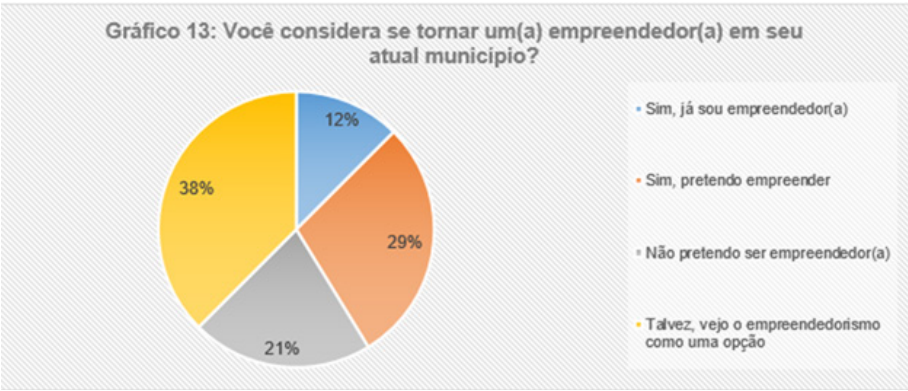
Fonte: Autores, 2025.

A valorização do “Reconhecimento Profissional e a Possibilidade de Crescimento” (ver no Gráfico 11) demonstra que a retenção de talentos é um desafio multifacetado. A ênfase desses jovens em crescimento profissional, em detrimento da valorização monetária, reforça a tese de Cunha e Martins (2015) de que a gestão eficaz do capital humano, com programas de desenvolvimento e planos de carreira, é um fator determinante para a fidelização de colaboradores. As empresas locais, ao investirem nesse aspecto, podem se tornar mais competitivas e contribuir para o desenvolvimento econômico de seus municípios. Além disso, a preocupação dos jovens com temas de ESG se destaca.



Fonte: Autores, 2025.

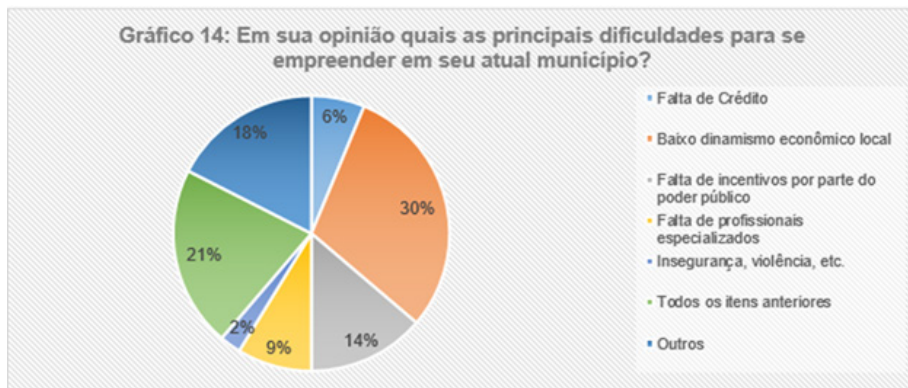
A preocupação dos jovens com temas de ESG, sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança, é um achado importante (ver no Gráfico 12). Embora não seja o foco principal do referencial, essa percepção demonstra que as novas gerações, como capital humano, estão alinhadas com as metas de desenvolvimento sustentável. Sarfati (2013) discute a necessidade de o Brasil avançar para políticas de empreendedorismo de alto impacto. O estudo sugere que as empresas que adotarem essas práticas terão uma vantagem competitiva na atração de talentos, alinhando-se com a visão de Sampaio Neto et al. (2022) de que o empreendedorismo pode gerar desenvolvimento e preservação ambiental. Em última análise, todo esse cenário aponta para um alto potencial empreendedor.



Fonte: Autores, 2025.

O potencial empreendedor na amostra, com mais de 40% dos jovens interessados em abrir seu próprio negócio (ver no Gráfico 13), está alinhado

com a visão de Xavier e Bertaci (2016) sobre a importância das MPEs para o crescimento do país. A incerteza manifestada pela maioria (“talvez”) indica que a falta de um ecossistema favorável é um impedimento. Esse dado reforça a necessidade de políticas públicas segmentadas para incentivar o empreendedorismo por oportunidade, em vez de por necessidade, como sugere Rocha (2014), transformando a intenção em ação. Essa hesitação é, ainda, diretamente ligada ao baixo dinamismo econômico da região.



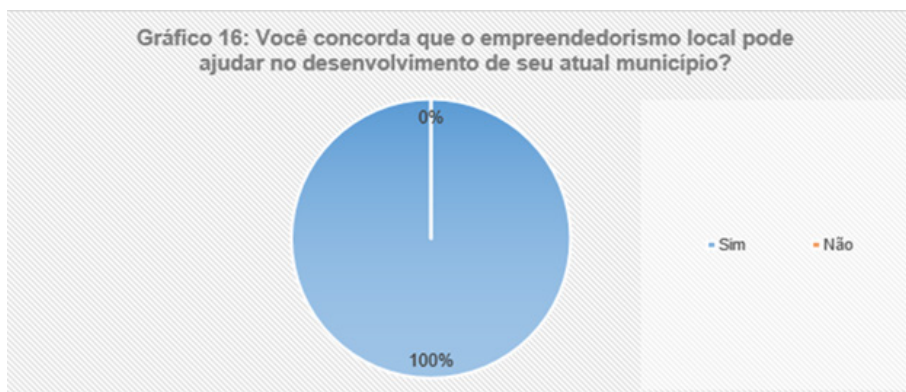
Fonte: Autores, 2025.

A percepção dos jovens de que o “Baixo dinamismo econômico local” é o principal obstáculo para o empreendedorismo (ver no Gráfico 14) está alinhada com a análise de Campos e Lacerda Pessoti (2016) de que a maioria dos municípios baianos depende de uma economia pouco diversificada. Domingos (2019) também aponta a falta de efetivação de políticas públicas de apoio. Isso corrobora o argumento de que, para que o empreendedorismo floresça, é crucial superar desafios estruturais, como a falta de dinamismo e o pouco apoio público, que limitam a autonomia econômica dos municípios. Apesar de todos os desafios, a crença nos programas de incentivo ainda persiste.



Fonte: Autores, 2025.

A pesquisa demonstra que os programas de incentivo ao empreendedorismo são percebidos como um fator chave na retenção de jovens. (ver no Gráfico 15) A crença dos respondentes na influência desses programas, tanto em si mesmos quanto nos outros, reforça a importância de políticas públicas e parcerias público-privadas para potencializar o impacto das empresas no desenvolvimento regional, como defendido por Gomes, Pires e Piau (2012). O estudo de Sampaio Neto et al. (2022), ao exemplificar o sucesso de uma iniciativa, valida a tese de que o empreendedorismo pode ser uma estratégia para a permanência da juventude em territórios marginalizados. Essa percepção positiva culmina no consenso sobre o papel do empreendedorismo no desenvolvimento local.



Fonte: Autores, 2025.

O consenso absoluto entre os jovens sobre o papel do empreendedorismo no desenvolvimento local é o principal achado (ver no

Gráfico 16). Esse resultado corrobora a análise de Silva, Oliveira e Santos (2020) sobre a necessidade de fortalecer a governança e a cooperação intermunicipal. A percepção unânime dos jovens reforça que iniciativas como o programa “Cidades Empreendedoras” e os arranjos produtivos locais são estratégias eficazes. Isso sugere que há um capital humano disposto a se engajar em atividades empreendedoras, e que a chave para a retenção de talentos pode ser encontrada em políticas que incentivem e promovam o empreendedorismo.

A análise das respostas abertas revela que, apesar da crença no potencial do empreendedorismo, o empresariado local atua como um desincentivo à permanência dos jovens. A principal crítica dos participantes, a desvalorização profissional e a falta de oportunidades de crescimento, corrobora o argumento de Cunha e Martins (2015) de que a retenção de talentos é um desafio estratégico para as organizações. Essa falta de planos de carreira, reconhecimento e investimento em capacitação não apenas frustra o capital humano qualificado, mas também o impulsiona a buscar ambientes mais dinâmicos, que valorizem suas habilidades e ofereçam perspectivas de futuro. O ambiente de trabalho, portanto, é um fator determinante na decisão de migrar.

A questão salarial e a informalidade, segundo os jovens, são outros fatores cruciais que os levam a deixar o município. Os relatos de “exploração” e salários abaixo do mínimo reforçam a visão de que as condições econômicas e a falta de oportunidades de desenvolvimento são os principais impulsionadores da migração, conforme destacado por Sá e Wizniewsky (2012). A ausência de empregos formais, com direitos trabalhistas, sugere que as empresas locais não estão alinhadas com as expectativas dos jovens. Esses dados demonstram que a falta de infraestrutura de negócios e de capital humano, como apontado por Neves, Cruz e Locatelli (2016), pode ser agravada por práticas trabalhistas inadequadas, que incentivam a busca por empregos dignos em outras regiões.

Além disso, a crítica à falta de inovação e de boas práticas de gestão no empresariado local reforça a necessidade de políticas que fomentem um ecossistema empreendedor de alto impacto, como discutido por Sarfati (2013). Os jovens percebem a estagnação e a pouca adaptação a novas tendências, o que contrasta com seus próprios anseios por aplicar talentos e contribuir para a inovação. A ausência de ambientes de trabalho favoráveis e que se alinhem com seus valores, como os de responsabilidade social e ambiental, desestimula a permanência e os leva a buscar oportunidades

em locais com maior dinamismo econômico, o que corrobora a análise de Calasans e Pessoti (2015).

Embora a maioria das críticas se concentre nas empresas, as respostas sobre os fatores de permanência revelam uma ambivalência. A valorização profissional e a possibilidade de crescimento de carreira são as práticas mais desejadas, o que está em total sintonia com o referencial teórico que aponta a importância de planos de desenvolvimento profissional na retenção de talentos (Cunha; Martins, 2015). A busca por salários justos, estágios e oportunidades de crescimento demonstra que, para os jovens, a lealdade à empresa está diretamente ligada à percepção de que a organização investe em seu futuro. No entanto, a análise sugere que a maioria das empresas locais não está atendendo a essas expectativas.

Essa deficiência do mercado de trabalho local leva alguns jovens a permanecerem por “falta de opção”. Essa situação, que se assemelha a um empreendedorismo por necessidade, onde a escolha é motivada pela ausência de alternativas, reflete o que Bulgacov et al. (2011) e Rocha (2014) discutem. Embora o referencial teórico aponte que a falta de oportunidades leva à migração, os dados da pesquisa sugerem que, para alguns, a imobilidade se torna uma realidade quando não há um ambiente mais propício para se mudar. O estudo de Correia e Ojima (2018) reforça que a baixa qualificação limita a mobilidade, e no caso desses jovens, a falta de oportunidades fora do município pode ser a principal barreira para a migração.

Por fim, os laços afetivos com “família e amigos” emergem como um fator de permanência que supera o ambiente de negócios. Essa prioridade revela que a decisão de ficar é influenciada por uma dimensão social e pessoal, além da profissional. O estudo de Nunes, Silva e Queiroz (2017) já indicava que a migração de curta distância pode favorecer a retenção de jovens. A análise sugere que os laços familiares e de amizade podem estar contribuindo para essa permanência, mesmo em um cenário de insatisfação profissional. No entanto, essa motivação afetiva pode não ser suficiente para conter o desejo de migrar a longo prazo, caso a falta de oportunidades persistir.

Em síntese, as sugestões dos jovens para tornar seus municípios mais atrativos reforçam as críticas anteriores e apontam para a necessidade de um esforço conjunto. A demanda por mais empregos e atração de empresas está em linha com a visão de que a diversificação econômica é fundamental para o desenvolvimento regional, uma vez que a concentração de atividades em

setores limitados perpetua desigualdades (Campos; Lacerda Pessoti, 2016). Os jovens, ao pedirem incentivos para atrair indústrias, reconhecem que o problema é estrutural e exige a atuação do poder público para fortalecer a economia local, como sugerido por Oliveira (2016).

A segunda grande sugestão, o incentivo ao empreendedorismo local, demonstra que os jovens veem essa via como uma solução para o baixo dinamismo econômico. Essa percepção está alinhada com as propostas de Silva, Oliveira e Santos (2020), que sugerem a criação de ecossistemas de inovação e arranjos produtivos locais para potencializar o desenvolvimento regional. O pedido por programas de apoio e financiamento se conecta diretamente com a importância de políticas públicas que fortaleçam o tecido empresarial, conforme defendido por Gomes, Pires e Piau (2012). A visão dos jovens de que podem se tornar seus próprios empregadores é um dado promissor para a economia local.

Por fim, as sugestões sobre a valorização e capacitação da mão de obra mostram que os jovens são conscientes do valor de seu próprio capital humano. O pedido por salários justos, formalização e cursos profissionalizantes é uma forma de exigir que as empresas locais adotem práticas que permitam o desenvolvimento profissional, o que, por sua vez, contribui para a competitividade e sustentabilidade das organizações, como defendido por Cunha e Martins (2015). A demanda por ambientes de trabalho modernos e a possibilidade de crescimento de carreira reforça a ideia de que a retenção de talentos é uma questão de valorização e investimento no futuro do capital humano.

Considerações finais

O problema central desta pesquisa foi investigar de que forma o empreendedorismo influencia a permanência de jovens talentos em pequenos e médios municípios baianos, analisando os impactos dessa permanência no desenvolvimento local. Diante do êxodo de jovens qualificados, que compromete o potencial de inovação e dinamismo econômico do interior baiano, o estudo teve como principal objetivo compreender como o empreendedorismo local pode ser uma ferramenta para reter esse capital humano e impulsionar o desenvolvimento regional.

A análise revelou que, apesar da alta taxa de desemprego e informalidade, a maioria dos jovens qualificados na amostra manifesta o desejo de permanecer em suas cidades. No entanto, a principal razão que

os leva a considerar a migração é a falta de empregos e oportunidades de crescimento profissional. A pesquisa demonstrou que a retenção de talentos vai muito além do recrutamento, dependendo de fatores como reconhecimento profissional, possibilidade de crescimento e salários justos. Fatores afetivos, como a presença de “família e amigos”, também se mostraram importantes, mas a infraestrutura profissional e de negócios é o fator determinante.

Os resultados mostram uma percepção unânime de que o empreendedorismo local é fundamental para o desenvolvimento dos municípios. A maioria dos jovens demonstrou interesse em empreender, o que sugere um alto potencial para a criação de novos negócios. No entanto, esse potencial é limitado por desafios estruturais, como o baixo dinamismo econômico local e a falta de políticas públicas eficazes de apoio ao empreendedorismo. A pesquisa aponta que, para que o empreendedorismo por oportunidade floresça, é crucial superar esses obstáculos e investir em políticas que fortaleçam o capital humano e as condições socioeconômicas locais, em vez de depender apenas de iniciativas individuais ou da disponibilidade de crédito.

Apesar da relevância dos dados, é fundamental reconhecer as limitações deste estudo. A amostra, composta por cerca de 80 jovens, foi não probabilística por conveniência, o que limita a generalização dos resultados para toda a população jovem da Bahia. A coleta de dados por meio de formulário eletrônico também pode ter influenciado a amostra, alcançando predominantemente jovens com acesso à internet e que se sentiram motivados a participar. Por fim, o estudo não aprofundou as diferenças de gênero e de qualificação na percepção dos desafios e oportunidades, apesar da amostra equilibrada.

Diante das limitações, sugere-se a realização de futuras pesquisas com amostras maiores e mais diversificadas, incluindo metodologias que permitam uma análise mais aprofundada das especificidades de gênero e escolaridade no contexto do empreendedorismo local. É também de grande valia que se realizem estudos de caso em municípios específicos que tenham implementado políticas públicas de sucesso, como o “Programa Jovem Empreendedor Apicultor” em Remanso-BA. O estudo desses casos poderia oferecer um entendimento mais prático sobre como superar os desafios encontrados, contribuindo assim para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Referências

- ALVES CORREIA, I.; OJIMA, R. *Emigração E Imobilidade No Nordeste Brasileiro: Adaptação Ou Resistência?* 2018.
- ALVES DE SÁ OLIVEIRA, A. **O impacto da implementação da lei geral de micro e pequenas empresas no desenvolvimento endógeno municipal.** 2016. [PDF].
- ALVES DOMINGOS, V. **Proposta de ações para a ampliação da participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas municipais.** 2019. [PDF].
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BULGACOV, S.; CUNHA, S. K.; CAMARGO, D.; MEZA, M. L. F. Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 160-188, 2011.
- CLAUDINO DE SÁ, V.; GERALDO WIZNIEWSKY, J. **Desenvolvimento local ou migração?** Uma reflexão sobre as alternativas para os jovens do semiárido brasileiro. 2012.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CUNHA, R.; MARTINS, G. de A. Retenção de talentos: um estudo bibliográfico. **Revista de Administração**, v. 50, n. 2, p. 237-249, 2015.
- DE OLIVEIRA CAMPOS, K.; CALASANS COSTA LACERDA PESSOTI, F. Dinâmica econômica dos pequenos municípios baianos. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista-BA, n. 19, p. 361-386, 2015.
- DE SOUZA NUNES, E.; GOMES DA SILVA, J.; NUNES DE QUEIROZ, S. **Migração Inter-Regional No Brasil: O Que Há De Novo?** 2017.
- FERRAZ GOMES, A.; PAULA IVO PIRES, A.; DANIELLE NEVES DIAS PIAU, D. Pequena empresa e parceria: binômio para o desenvolvimento local. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista Ano III n. 3, p. 27-37, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

H. F. POTRATZ, R. **Uma Pequena Cidade Capixaba: Desafios Frente a Urbanização e a Industrialização em Santa Maria de Jetibá/es.** 2019. [PDF].

IBGE. Classificação e características dos municípios brasileiros. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, M. F.; CRUZ, R. M.; LOCATELLI, R. L. Fatores que influenciam a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 2, p. 1-21, 2016.

ROCHA, E. G. da. O impacto do empreendedorismo no desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 3, p. 72-89, 2014.

SAMPAIO NETO, N. et al. Programa Jovem Empreendedor Apicultor: inclusão produtiva da juventude rural no Semiárido baiano. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 19, n. 35, p. 149-168, 2022.

SARFATI, G. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de MPMEs em perspectiva comparada. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, p. 25-48, 2013.

SILVA, A. F.; OLIVEIRA, A. Z. B.; SANTOS, J. L. Municípios do Recôncavo Baiano, ODS e inovação: desafios e perspectivas para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 89-110, 2020.

XAVIER, C. R.; BERTACI, M. A importância das Micro e Pequenas Empresas para o crescimento do país. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia.**

GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA ADAPTATIVA: COMO GERIR EQUIPES EM TEMPOS DE MUDANÇA DESTACANDO O ESTADO DA BAHIA

Lucas Silva de Macêdo¹

Introdução

O mundo de hoje vive uma transformação acelerada, impulsionada por avanços tecnológicos, mudanças sociais, econômicas e ambientais. Nesse cenário dinâmico, empresas de todos os tamanhos e setores se deparam com um ambiente de negócios cada vez mais imprevisível e complexo, o que exige uma capacidade constante de se adaptar e se reinventar. É nesse contexto que a gestão de pessoas e a liderança se destacam como pilares essenciais para a sustentabilidade e o sucesso de qualquer organização. A forma tradicional de gerir, que prioriza a estabilidade e o controle, já não é suficiente para os desafios atuais, demandando novas abordagens e práticas que promovam agilidade, resiliência e inovação.

A liderança adaptativa, um conceito desenvolvido por Ronald Heifetz e Marty Linsky (2002), oferece uma estrutura para lidar com desafios que não têm soluções prontas, mas que exigem que as pessoas se mobilizem para aprender, mudar comportamentos e desenvolver novas habilidades. Ao contrário da liderança técnica, que se ocupa de problemas com soluções conhecidas, a liderança adaptativa foca em dilemas complexos que pedem uma redefinição de valores, crenças e hábitos. Em um mundo onde a única certeza é a mudança, a capacidade de liderar processos adaptativos se torna um diferencial competitivo e uma necessidade estratégica para as organizações.

No Brasil, e especialmente na Bahia, essa necessidade de adaptação é ainda mais evidente. Com sua vasta extensão territorial, uma economia

¹ Especialista em Gestão de Negócios, graduado em Ciências Contábeis e em Administração. Também é professor universitário

diversificada que vai do agronegócio à indústria petroquímica, passando pelo turismo e pela economia criativa, e uma complexidade social marcante, a Bahia é um terreno fértil para a aplicação e o estudo da liderança adaptativa. As organizações baianas, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor, estão inseridas em um ambiente que exige respostas rápidas às flutuações do mercado, às crescentes demandas sociais e à necessidade de inovar constantemente para se manterem relevantes e competitivas. Nesse cenário, a gestão de pessoas vai além da simples administração de recursos humanos, tornando-se um catalisador para o desenvolvimento de uma cultura organizacional que fomente a adaptabilidade e o crescimento contínuo.

Diante desse panorama, a questão central que orienta este estudo é: De que forma a liderança adaptativa pode ser aplicada de maneira eficaz na gestão de equipes em organizações baianas, visando fomentar a resiliência, a inovação e o engajamento em períodos de mudança acelerada?

A justificativa para este estudo reside na urgência de desenvolver modelos de gestão e liderança que capacitem as organizações a prosperar em um cenário de contínuas mudanças, contribuindo para o avanço do conhecimento acadêmico e oferecendo insights práticos para o desenvolvimento organizacional na Bahia. A relevância deste estudo reside na necessidade crescente de as organizações desenvolverem a capacidade de se adaptar para sobreviver e prosperar. A literatura acadêmica já reconhece amplamente a importância da adaptabilidade organizacional e a liderança é, sem dúvida, um fator crucial nesse processo. No entanto, a transição de modelos de liderança mais tradicionais para abordagens mais adaptativas ainda representa um desafio para muitas organizações, especialmente em regiões com características socioeconômicas e culturais únicas, como a Bahia.

O conceito de liderança adaptativa, proposto por Heifetz e Linsky (2002), se distingue de outras teorias de liderança por focar na habilidade de mobilizar pessoas para enfrentar desafios adaptativos – aqueles que exigem mudanças profundas em crenças, valores e hábitos individuais. Diferente dos desafios técnicos, que podem ser resolvidos com conhecimentos e ferramentas já existentes, os desafios adaptativos demandam um processo de aprendizado e transformação coletiva. Heifetz e Linsky (2002) argumentam que um dos principais motivos para o fracasso de muitas iniciativas de mudança é justamente a incapacidade de diferenciar desafios técnicos de adaptativos.

No campo da gestão de pessoas, a liderança adaptativa oferece uma estrutura valiosa para o desenvolvimento de equipes capazes de navegar pela incerteza. Autores como Senge (1990) e John Kotter (1996) destacam a importância da aprendizagem organizacional e da gestão da mudança, respectivamente, como elementos essenciais para a adaptabilidade. A liderança adaptativa complementa essas visões ao guiar os líderes que precisam não apenas gerenciar a mudança, mas também estimular e sustentar o aprendizado necessário para que a organização se adapte. Isso implica criar um ambiente seguro para a experimentação, promover o diálogo e ser capaz de suportar o desconforto inerente ao processo de mudança.

Este artigo busca explorar a importância da liderança adaptativa no contexto da gestão de pessoas em tempos de rápidas transformações, com um foco especial no estado da Bahia. O objetivo geral é analisar como a liderança adaptativa se aplica à gestão de pessoas em cenários de mudança acelerada, com atenção especial às particularidades do estado da Bahia. Para isso, propomos os seguintes objetivos específicos:

- Explorar os fundamentos teóricos da liderança adaptativa e sua conexão com a gestão de pessoas em contextos de alta complexidade e incerteza.
- Identificar os principais desafios e oportunidades para a implementação de práticas de liderança adaptativa em organizações baianas.
- Propor diretrizes e estratégias para o desenvolvimento de equipes resilientes, inovadoras e engajadas por meio da liderança adaptativa na Bahia.

A relevância deste estudo para o contexto baiano é multifacetada. A Bahia, com sua economia diversificada e em constante evolução, enfrenta desafios singulares que exigem uma liderança capaz de mobilizar a força de trabalho local para novas realidades. A transição energética, a digitalização da economia, e as crescentes demandas por sustentabilidade e inclusão social são exemplos de desafios adaptativos que as organizações baianas precisam encarar. Investigar a liderança adaptativa na Bahia pode contribuir para o desenvolvimento de modelos e práticas de gestão de pessoas que sejam culturalmente sensíveis e relevantes para o contexto local, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico do estado. Além disso, a escassez de estudos específicos sobre liderança adaptativa no cenário baiano justifica esta pesquisa, preenchendo uma lacuna na literatura acadêmica

e oferecendo subsídios valiosos para gestores e formuladores de políticas públicas e privadas na região.

Gestão de pessoas em contextos de mudança

A gestão de pessoas, que tradicionalmente era vista como o conjunto de políticas e práticas para administrar o capital humano de uma organização, tem sido profundamente impactada pelas transformações no ambiente de negócios. Chiavenato (2014) ressalta que a gestão de pessoas é algo contingencial e situacional, moldada pela cultura organizacional, estrutura, contexto ambiental e tecnologias utilizadas. Em um cenário de mudanças rápidas, a função da gestão de pessoas vai além das atividades operacionais de recrutamento, seleção, remuneração e desenvolvimento, tornando-se um parceiro estratégico na promoção da adaptabilidade e da inovação organizacional.

No contexto atual, a gestão de pessoas deve focar no desenvolvimento de competências que permitam a colaboradores e equipes lidar com a incerteza e a ambiguidade. Isso inclui incentivar a aprendizagem contínua, desenvolver a inteligência emocional, a capacidade de resolver problemas complexos e a habilidade de colaborar em ambientes multifuncionais e multiculturais. A resiliência, tanto individual quanto organizacional, torna-se uma competência-chave, permitindo que as organizações não apenas sobrevivam às crises, mas também saiam delas mais fortes e adaptáveis.

Além disso, a gestão de pessoas em tempos de mudança acelerada deve priorizar a construção de uma cultura organizacional que valorize a experimentação, o feedback constante e a autonomia. Modelos ágeis de gestão, que enfatizam a flexibilidade e a capacidade de resposta, têm ganhado destaque, exigindo que os profissionais de RH atuem como facilitadores da mudança e do desenvolvimento de novas formas de trabalho. A atração e retenção de talentos, nesse cenário, dependem não apenas de pacotes de remuneração atraentes, mas também da oferta de um ambiente de trabalho que promova o crescimento, o propósito e o bem-estar dos colaboradores.

Liderança Adaptativa: Conceitos e Princípios

A liderança adaptativa, desenvolvida por Ronald Heifetz e Marty Linsky (2002), oferece uma abordagem única para liderar em ambientes complexos e incertos. A ideia central é a distinção entre desafios técnicos e desafios adaptativos. Desafios técnicos são aqueles para os quais já existem soluções conhecidas, e especialistas podem aplicá-las. Por exemplo, um

problema de software pode ser um desafio técnico, facilmente resolvido por um programador experiente. Já os desafios adaptativos são problemas complexos que não têm soluções prontas e exigem que as pessoas mudem seus valores, crenças, hábitos ou lealdades para serem resolvidos. A obesidade, por exemplo, é um desafio adaptativo que demanda mudanças de comportamento e estilo de vida, e não apenas uma solução médica.

Heifetz e Linsky (2002) argumentam que o principal erro dos líderes é tratar desafios adaptativos como se fossem técnicos, aplicando soluções conhecidas a problemas que, na verdade, exigem uma transformação mais profunda. A liderança adaptativa, portanto, não se trata de ter todas as respostas, mas de mobilizar as pessoas para que elas próprias encontrem as soluções e realizem as mudanças necessárias.

Os princípios-chave da liderança adaptativa incluem:

- Ir para a sacada (Get on the Balcony): A capacidade de se afastar da ação e observar o panorama geral, identificando padrões, dinâmicas e os desafios adaptativos subjacentes. Isso permite que o líder veja a floresta, e não apenas as árvores.
- Identificar o desafio adaptativo: Distinguir entre o que é técnico e o que é adaptativo. Focar nos desafios adaptativos que exigem aprendizado e mudança por parte das pessoas.
- Regular o estresse: Manter o nível de estresse dentro de uma zona produtiva. Estresse demais pode levar à paralisia, enquanto estresse de menos não gera a urgência necessária para a mudança. O líder deve criar um ambiente seguro o suficiente para que as pessoas se sintam à vontade para experimentar e falhar, mas com pressão suficiente para que a mudança ocorra.
- Manter a atenção focada nas questões espinhosas: Evitar desviar a atenção dos problemas difíceis. A liderança adaptativa exige que o líder confronte a realidade e ajude as pessoas a fazerem o mesmo, mesmo que seja desconfortável.
- Dar de volta o trabalho: Não resolver os problemas para as pessoas, mas sim capacitá-las a encontrar suas próprias soluções. Isso promove a autonomia, o aprendizado e a responsabilidade coletiva.
- Proteger as vozes desviantes: Incentivar a diversidade de pensamento e proteger aqueles que questionam o status quo.

As vozes desviantes frequentemente trazem insights cruciais para a identificação e resolução de desafios adaptativos.

A liderança adaptativa não é uma posição ou um cargo, mas uma prática. Qualquer pessoa, em qualquer nível da organização, pode exercê-la ao mobilizar outros para enfrentar desafios complexos e promover a mudança necessária. É um processo contínuo de aprendizado, experimentação e reflexão.

Liderança Adaptativa e Gestão de Pessoas: uma sinergia necessária

A sinergia entre liderança adaptativa e gestão de pessoas é crucial para o sucesso de qualquer organização em tempos de mudança acelerada. Quando a gestão de pessoas adota uma perspectiva adaptativa, ela se torna um verdadeiro agente de transformação, desenvolvendo programas e políticas que promovem os princípios da liderança adaptativa em toda a empresa.

Isso inclui:

- **Desenvolvimento de Competências Adaptativas:** Criar programas de treinamento e desenvolvimento que capacitem líderes e colaboradores a identificar desafios adaptativos, gerenciar o estresse, dar e receber feedback construtivo, e promover a colaboração. Isso pode envolver workshops práticos, coaching individual e experiências de aprendizado baseadas em projetos reais.
- **Cultura de Experimentação e Aprendizagem:** Fomentar um ambiente onde a experimentação é incentivada e o erro é visto como uma valiosa oportunidade de aprendizado. A gestão de pessoas pode desenhar sistemas de recompensa e reconhecimento que valorizem a iniciativa, a coragem de enfrentar desafios complexos e a capacidade de adaptação.
- **Engajamento e Mobilização:** Desenvolver estratégias eficazes para engajar os colaboradores no processo de mudança, garantindo que eles se sintam parte da solução e não apenas receptores passivos de decisões. Isso envolve a criação de espaços para o diálogo aberto, a participação ativa em processos de tomada de decisão e a comunicação transparente sobre os desafios e o progresso.
- **Diversidade e Inclusão:** Promover ativamente a diversidade de pensamento e a inclusão de diferentes perspectivas,

reconhecendo que a variedade de experiências e pontos de vista é essencial para a identificação e resolução de desafios adaptativos. A gestão de pessoas pode implementar políticas e práticas que garantam um ambiente equitativo e inclusivo para todos.

Ao integrar os princípios da liderança adaptativa em suas práticas, a gestão de pessoas pode construir organizações mais resilientes, inovadoras e capazes de prosperar em um mundo em constante evolução. A capacidade de mobilizar pessoas para enfrentar desafios complexos e promover a mudança necessária é, sem dúvida, o cerne da gestão de pessoas no século XXI.

Metodologia

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Essa abordagem nos permite aprofundar o conhecimento sobre o tema, identificar lacunas na literatura e consolidar o referencial teórico necessário para a compreensão da liderança adaptativa e sua aplicação na gestão de pessoas.

A coleta de dados foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas como SciELO, Google Scholar e ResearchGate. Utilizamos termos de busca como “liderança adaptativa”, “gestão de pessoas”, “mudança organizacional”, “Bahia” e “resiliência”. Selecionamos artigos científicos, teses, dissertações e livros publicados nos últimos anos que abordassem os conceitos centrais do estudo e sua relação com o contexto brasileiro, com especial atenção a estudos de caso ou discussões que pudessem ser contextualizadas no estado da Bahia.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, com a leitura aprofundada do material selecionado. Nosso objetivo foi identificar os principais conceitos, teorias, modelos e práticas relacionadas à liderança adaptativa e à gestão de pessoas em ambientes de mudança. Demos atenção especial à identificação de sinergias entre os dois campos e à compreensão dos desafios e oportunidades de sua aplicação no contexto baiano. A síntese das informações coletadas permitiu a construção do referencial teórico e a elaboração das discussões e conclusões deste artigo.

A liderança adaptativa como resposta aos desafios da mudança rápida

Os resultados da nossa pesquisa bibliográfica reforçam a ideia de que a liderança adaptativa é uma abordagem essencial para organizações que operam em ambientes de mudança rápida e incerteza. A distinção entre desafios técnicos e adaptativos, proposta por Heifetz e Linsky (2002), é fundamental para que os líderes não apliquem soluções inadequadas a problemas complexos. Em vez de buscar respostas prontas, a liderança adaptativa mobiliza as pessoas para que elas próprias encontrem as soluções, promovendo um processo de aprendizado e transformação coletiva.

Em um cenário onde a disrupção é a norma, a capacidade de uma organização de se adaptar não depende apenas de novas tecnologias ou processos, mas, crucialmente, da capacidade de seus colaboradores de mudar seus comportamentos, crenças e valores. Isso exige que os líderes atuem como facilitadores, criando um ambiente seguro para a experimentação, o diálogo e o confronto produtivo. A regulação do estresse, a proteção das vozes divergentes e a delegação do trabalho são práticas que, quando bem aplicadas, fomentam a autonomia e a responsabilidade, elementos vitais para a adaptabilidade organizacional.

O Papel da Gestão de Pessoas na Promoção da Liderança Adaptativa

A gestão de pessoas desempenha um papel estratégico na promoção da liderança adaptativa. Nossos resultados indicam que as áreas de RH podem atuar como verdadeiros agentes de mudança, desenvolvendo programas e políticas que incorporem os princípios da liderança adaptativa.

Isso inclui:

- **Desenvolvimento de Líderes e Equipes:** A criação de programas de treinamento e desenvolvimento focados em competências adaptativas, como inteligência emocional, pensamento crítico, resolução de problemas complexos e colaboração interfuncional. A pesquisa aponta para a necessidade de abordagens de aprendizado experiencial, como workshops e coaching, que permitam aos líderes praticar a liderança adaptativa em situações reais.
- **Cultura Organizacional:** A gestão de pessoas pode influenciar a cultura organizacional para que ela valorize a experimentação, o aprendizado com o erro e a abertura ao feedback. Isso envolve a revisão de sistemas de recompensa e reconhecimento,

a promoção de uma comunicação transparente e a criação de espaços para o diálogo e a cocriação.

- Engajamento e Bem-Estar: Em tempos de mudança, o engajamento e o bem-estar dos colaboradores são fundamentais para a resiliência organizacional. A gestão de pessoas, ao adotar uma abordagem adaptativa, pode criar um ambiente de trabalho que promova o propósito, a autonomia e o desenvolvimento pessoal, contribuindo para a redução do estresse e o aumento da satisfação no trabalho.

Liderança Adaptativa na Bahia: Desafios e Oportunidades

Embora nossa pesquisa bibliográfica não tenha encontrado um grande volume de estudos de caso específicos sobre liderança adaptativa na Bahia, os resultados gerais sobre a importância dessa abordagem são totalmente aplicáveis ao contexto do estado. A Bahia, com sua diversidade econômica e cultural, apresenta desafios e oportunidades únicas para a aplicação da liderança adaptativa:

- Diversidade Econômica: A presença de setores como agronegócio, indústria, turismo e services exige que os líderes baianos sejam capazes de adaptar suas estratégias e estilos de gestão às particularidades de cada setor. A liderança adaptativa pode ser uma ferramenta valiosa para identificar desafios específicos de cada área e mobilizar equipes para enfrentá-los.
- Complexidade Social e Cultural: A rica diversidade cultural da Bahia, embora seja uma fonte de grande riqueza, também pode apresentar desafios adaptativos relacionados a valores, crenças e formas de trabalho. Líderes adaptativos são capazes de navegar nessas complexidades, promovendo o diálogo e a inclusão de diferentes perspectivas para encontrar soluções inovadoras.
- Desenvolvimento Regional: A Bahia, como um estado em desenvolvimento, enfrenta desafios adaptativos relacionados à infraestrutura, educação e inclusão social. A liderança adaptativa pode ser um motor para o desenvolvimento regional, mobilizando atores de diferentes setores para enfrentar problemas complexos que exigem soluções colaborativas e de longo prazo.
- Escassez de Estudos Locais: A lacuna na literatura sobre estudos de caso específicos na Bahia representa tanto um desafio quanto uma oportunidade. É um desafio porque limita a

contextualização das discussões, mas é uma oportunidade para futuras pesquisas que possam aprofundar a compreensão da aplicação da liderança adaptativa no estado, gerando insights valiosos para as organizações locais.

Em resumo, a liderança adaptativa oferece um caminho promissor para as organizações baianas navegarem em tempos de mudança rápida. A gestão de pessoas, ao integrar os princípios dessa abordagem, pode capacitar líderes e equipes a desenvolverem a resiliência, a inovação e o engajamento necessários para prosperar em um ambiente de constante transformação.

Considerações finais

Este artigo buscou explorar a relevância da liderança adaptativa no contexto da gestão de pessoas em tempos de mudança rápida, com uma análise contextualizada no estado da Bahia. Nossa pesquisa bibliográfica demonstrou que a liderança adaptativa, ao focar em desafios que exigem mudanças de valores, crenças e comportamentos, oferece uma estrutura robusta para as organizações navegarem em ambientes de alta incerteza e complexidade.

A sinergia entre a liderança adaptativa e a gestão de pessoas é crucial, pois esta última pode atuar como um agente transformador, desenvolvendo competências, promovendo uma cultura de experimentação e engajando os colaboradores no processo de mudança.

No contexto baiano, a aplicação da liderança adaptativa se mostra não apenas pertinente, mas estratégica. A diversidade econômica e cultural do estado, aliada aos desafios de desenvolvimento regional, exige líderes capazes de mobilizar equipes para enfrentar problemas complexos que não possuem soluções prontas. Embora a literatura acadêmica ainda apresente uma lacuna em estudos de caso específicos sobre liderança adaptativa na Bahia, nossa análise teórica reforça a necessidade de se investir no desenvolvimento dessas competências em todos os níveis organizacionais.

As implicações práticas deste estudo são significativas. Para gestores e líderes, o artigo ressalta a importância de diferenciar desafios técnicos de adaptativos e de adotar uma postura de facilitador, capacitando as equipes a encontrar suas próprias soluções. Para os profissionais de gestão de pessoas, o estudo sugere a revisão de programas de treinamento e desenvolvimento, a promoção de uma cultura organizacional que valorize a adaptabilidade

e a criação de ambientes de trabalho que fomentem o engajamento e o bem-estar.

Como limitações, reconhecemos que este estudo é de natureza bibliográfica, não incluindo pesquisa empírica ou estudos de caso específicos na Bahia. Futuras pesquisas poderiam preencher essa lacuna, investigando a aplicação da liderança adaptativa em organizações baianas, por meio de estudos de caso, pesquisas de campo ou abordagens mistas. Isso permitiria uma compreensão mais aprofundada dos desafios e sucessos na implementação dessa abordagem em um contexto regional específico.

Em suma, a liderança adaptativa não é apenas uma teoria, mas uma prática essencial para a sustentabilidade e o sucesso das organizações em um mundo em constante transformação. Ao investir no desenvolvimento de líderes e equipes adaptativas, as organizações, especialmente na Bahia, estarão mais preparadas para enfrentar os desafios do futuro e construir um caminho de crescimento e inovação contínuos.

Referências

BENNIS, Warren; NANUS, Burt. **Leaders: The Strategies for Taking Charge**. New York: Harper & Row, 1985.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEIFETZ, Ronald A.; LINSKY, Marty. **Leadership on the Line: Staying Alive Through the Dangers of Leading**. Boston, MA: Harvard Business School Press, 2002.

KOTTER, John P. **Leading Change**. Boston, MA: Harvard Business School Press, 1996.

MIRANDA, Cecília. **Planejamento Situacional e Liderança Adaptativa em Benefício da Eficaz Continuidade da Administração Transformadora**. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, [s.d.]. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/ / / /Fabiana% Dias% Sampaio.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream///Fabiana%20Dias%20Sampaio.pdf). Acesso em: abr. [s.a.].

OLIVEIRA, C. M. et al. Gestão de Pessoas: A Influência da Liderança no Desempenho da Equipe. **Multivix**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://>

multivix.edu.br/wp-content/uploads/ /gestao-de-pessoas- a-influencia-da-lideranca-no-desempenho-da-equipe.pdf. Acesso em: abr. [s.a.].

PIZZETE, Márcio; BIRCK, Elizabeth da Silva Mello. Liderança e gestão de pessoas na atualidade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/lideranca-e-gestao>. Acesso em: jun. [s.a.].

SAMPAIO, Fabiana Dias. Liderança adaptativa: como os líderes podem navegar em ambientes de mudança constante. **ResearchGate**, [s.d.]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/Lideranca_adaptativa_como_os_lideres_podem_na_vegar_em_ambientes_Acesso. Acesso em: abr. [s.a.].

SENGE, Peter M. **A Quinta Disciplina: Arte e Prática da Organização que Aprende**. Rio de Janeiro: BestSeller, 1990.

SILVA, Daniel Lima da. Conhecimento Científico sobre Liderança: Uma Análise Bibliométrica do Acervo do The Leadership Quarterly. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/Qcdz_sTf_zQ_zVgWcntK_g/. Acesso em: abr. [s.a.].

SILVA, Daniel Lima da. **O papel da intuição na tomada de decisão de líderes em contexto de crise organizacional**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/ /Daniel%20Lima%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: abr. [s.a.].

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE) – CELERIDADE E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO TJBA

Tarcisio Gomes Leite Junior¹

Introdução

As novas tecnologias oriundas da revolução digital geraram profundas mudanças e transformações sociais, inclusive no Poder Judiciário, o qual, naturalmente, passou também a utilizá-las visando aproveitar as facilidades e vantagens do avanço tecnológico no meio jurídico. A implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe pelos tribunais brasileiros é um exemplo relevante no que tange à tentativa de oferecer aos operadores do Direito e à sociedade em geral um sistema mais célere e eficiente de distribuição e processamento dos feitos por meio das inovações tecnológicas disponíveis.

A metodologia adotada neste estudo consistiu em uma análise qualitativa e quantitativa de dados extraídos do sistema Exaudi, com base nos relatórios estatísticos disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), complementada por pesquisa bibliográfica e documental.

Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ em parceria com diversos Tribunais e contando com a participação consultiva do Conselho Nacional do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Advocacia Pública e Defensorias Públicas, o PJe foi instituído como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais, através da Resolução 185/CNJ, de 18/12/2013, que estabeleceu os parâmetros para sua implementação e funcionamento, visando obter os benefícios advindos da substituição da tramitação dos processos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional.

1 Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Bacharel em Direito

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia - TJBA seguindo orientações do CNJ começou a implantar o PJe por volta do ano de 2014, priorizando inicialmente as comarcas do interior onde os feitos ainda tramitavam de forma física em um sistema denominado SAIPRO. Posteriormente, o PJe também foi implantado nas demais unidades judiciais do Estado, visando garantir aos jurisdicionados maior celeridade, eficiência e transparência com a tramitação dos processos em um único sistema (PJe), de forma 100% eletrônica.

São inúmeras as vantagens do PJe em relação à tramitação dos processos em meio físico como, por exemplo, a economia de papel e outros materiais (carimbos, colchetes, clips, perfurador, grampeador etc.); desnecessidade de deslocamento das partes e advogados às unidades judiciais para protocolo de petições e consultas processuais; funcionamento ininterrupto, ou seja, 24h por dia, inclusive em finais de semana e feriados; redução dos riscos de extravio de processos e documentos; maior transparência e celeridade processual; economia de espaço físico, mobiliário, e, principalmente, de mão de obra, visto que muitas tarefas que eram anteriormente realizadas pelos servidores tornaram-se desnecessárias ou são realizadas automaticamente pelo sistema, como a juntada de documentos, numeração de páginas, encadernação, buscas processuais, realização de cargas de processos, dentre tantas outras, contribuindo, conseqüentemente, para racionalização da utilização dos recursos orçamentários do Poder Judiciário.

Papa (2014) acrescenta que:

Observa-se que as vantagens do processo eletrônico são muitas, ao contrário do que vários operadores do direito apontam. Na verdade, os meios eletrônicos vêm somar ao processo, inibindo vários desgastes. A exemplo da gravação de audiências, que dará à 2ª instância a exata noção do que foi realizado, privilegiando diversos princípios do direito pátrio. (PAPA, 2014, p. 23).

Todavia, o que se verifica atualmente é que o PJe mesmo com as incontestáveis vantagens que apresenta, sobretudo em relação ao processo físico, ainda enfrenta resistências, sendo alvo de críticas por parte dos seus usuários que esperam do sistema uma maior eficiência no tramite processual. No TJBA são muitas as reclamações no sentido de que o sistema necessita de melhorias e aperfeiçoamento diante das constantes falhas e instabilidades.

Pelo exposto, pretende-se por meio deste trabalho identificar as vantagens e desvantagens do PJe como novo sistema de distribuição e

processamento dos feitos do TJBA, a fim de averiguar se ele tem conseguido cumprir a sua missão no que concerne a uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente, assim como as razões que contribuem para críticas dos usuários e eventuais crises que prejudicam o seu bom funcionamento.

PJe - Da celeridade na prestação jurisdicional

No Brasil, infelizmente, costuma-se dizer que “a justiça é lenta”. Isso porque a prestação jurisdicional dos tribunais pátrios não tem sido das melhores, gerando descrédito de parte da população que vê o seu direito perecer sem uma resposta rápida e efetiva das demandas judiciais.

Dispõe o art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Nesse sentido, colabora o Art. 4º do CPC, segundo o qual as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

No entanto, os tribunais brasileiros nem sempre conseguem atender em tempo hábil toda demanda recebida o que, consequentemente, pode significar a própria negativa à justiça, principalmente quando se trata de processos cuja morosidade pode causar prejuízos irreparáveis àqueles que necessitam de uma resposta mais célere do Poder Judiciário como nos casos que envolvem saúde, liberdade, patrimônio, honra etc. Desse modo, a resolução dos conflitos de forma cada vez mais célere é um grande desafio imposto ao Poder Judiciário Brasileiro, que tem o dever de buscar alternativas que possam contribuir para a solução do problema.

A implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe que resultou na substituição dos processos físicos pelos processos eletrônicos pode ser considerada, dentre tantas outras, uma opção viável no que tange a busca de meios que possam assegurar a população em geral uma prestação jurisdicional mais célere dos feitos.

Isso porque muitas tarefas que eram realizadas pelos servidores nos processos físicos tornaram-se desnecessárias ou são realizadas de forma automática pelo próprio sistema a exemplo de juntada de documentos, numeração de folhas, buscas processuais, contagem de prazo, expedição de documentos gerados automaticamente através de modelos previamente cadastrados etc. Portanto, houve melhorias em relação à celeridade e produtividade das unidades judiciais que utilizam o PJe, uma vez que por

meio do processo eletrônico o servidor poderá executar uma quantidade maior de tarefas em menos tempo e, ainda, dedicar-se exclusivamente àquelas que contribuem para o andamento efetivo do feito.

De acordo com Folle e Scheleder (2014, p. 13)

O processo eletrônico é mais célere posto que elimina as chamadas “etapas mortas do processo”, que nada mais são do que o processamento no papel, capa do processo, pilhas para a juntada de petições, malotes de remessa de autos e peças processuais, enfim, toda a atividade cartorária que dispende grandioso tempo e mão de obra. No processo eletrônico nada disso ocorre. O processo já tem seu nascimento no meio eletrônico, não havendo necessidade de suas petições passarem pelas “mãos” da secretária/cartório, sendo a distribuição realizada diretamente pelo advogado (FOLLE; SCHELEDER, 2014, p. 13)

Muitos são os exemplos de celeridade processual resultantes da implantação do PJe no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia - TJBA. Inicialmente, é importante registrar que a distribuição dos feitos e os peticionamentos são realizados diretamente no sistema pelos advogados ou servidores, quando se trata de Cartas Precatórias ou outras raras exceções, em qualquer dia e horário, de forma ininterrupta. Desse modo, não há necessidade de deslocamento de partes e advogados até as unidades judiciais para realização de protocolos de petições ou documentos, nem mesmo do emprego de mão de obra cartorária para juntada de documentos, encadernação, numeração de páginas, dentre outras tarefas que se tornaram desnecessárias, o que contribui para a tramitação processual mais rápida dos feitos.

Quanto à distribuição, processamento e devolução das Cartas Precatórias houve avanço significativo resultante do novo sistema, visto que anteriormente eram encaminhadas ao Juízo Deprecado e posteriormente devolvidas ao Juízo Deprecante via correios. Dessa forma, o simples cumprimento de uma Deprecata demorava meses e até anos, isso quando a carta não se perdia no meio do caminho e o ato processual precisava ser feito, sendo objeto de inúmeras reclamações da parte interessada. Em consequência do atraso, os processos ficavam paralisados no Juízo Deprecante por tempo indeterminado, aguardando a devolução das cartas e gerando morosidade excessiva ao andamento processual.

Atualmente, com o uso do PJe, são os próprios servidores que fazem o protocolo, via sistema, junto ao Juízo Deprecado. Sendo assim, é possível identificar o número do processo e a unidade Judicial Deprecada no momento da distribuição, bem como acompanhar o tramite processual e até mesmo, caso haja demora na devolução das cartas já cumpridas, baixar

o processo e efetuar a juntada aos autos de origem a fim de impulsionar de forma mais célere o andamento dos feitos, salvo as Cartas Precatórias que tramitam em segredo de justiça.

Outro ponto importante que merece destaque por assegurar maior celeridade processual são as citações e intimações via sistema das Fazendas Públicas e suas autarquias, bem assim das empresas cujas procuradorias já são cadastradas, tornando-se desnecessárias a expedição de cartas postais, precatórias, cargas dos processos e até mesmo a expedição de mandados com esta finalidade a serem cumpridos por oficial de justiça, resultando na melhoria da prestação jurisdicional.

Apenas para exemplificar, uma simples citação ou intimação do Estado da Bahia, que anteriormente eram realizadas por meio de Cartas Precatórias em se tratando de processos oriundos das Comarcas do Interior do Estado, que geralmente demoravam meses para o efetivo cumprimento e devolução, com o Pje tornou-se uma tarefa simples de ser realizada, pois nas citações e intimações via sistema o prazo máximo para ciência e de apenas 10 (dez) dias, passando a fluir o prazo para manifestação a partir da ciência do destinatário, caso seja em tempo menor, ou após o referido prazo (10 dias) nos casos em que expediente não foi lido até a data limite. Portanto, não há como o processo ficar paralisado por tempo excessivo, mas tão somente pelo prazo previsto na lei.

Ademais, a prática dos atos de citação e intimação via sistema resultou na desnecessidade de expedição de cartas precatórias para Varas da Fazenda Pública da Capital diminuindo o quantitativo de processos das referidas varas que passaram a dispor de mais tempo para dedicar-se exclusivamente aos feitos originários da unidade.

Da mesma maneira, o cadastro das procuradorias das empresas no sistema contribuiu para redução do quantitativo de postagens com finalidade de citação ou intimação destas, bem como do tempo de cumprimento da diligência citatória ou intimatória, e, ainda, do risco de tentativa frustrada do ato processual, com eventual devolução da correspondência, caso o mesmo fosse realizado via correios, ou, até mesmo, através de oficial de justiça, na hipótese de certidão negativa da diligência.

É de suma importância também registrar que há grande economia no que se refere aos materiais necessários às postagens (papel, envelope, cola, etc), bem como da mão de obra, já que com a redução das citações e intimações via correios os servidores passaram a dispor de mais tempo para execução de outras tarefas indispensáveis ao andamento processual de

forma a impulsionar com maior celeridade os processos, e, principalmente, em relação ao custo do ato processual, visto que o valor de uma citação ou intimação eletrônica é bem mais baixo se comparado ao valor de uma correspondência postada pelos correios.

De igual forma, as vistas dos autos ao Ministério Público e as Fazendas Públicas, as quais eram feitas por meio de cargas efetuadas por prepostos ou servidores autorizados, com a implantação do processo eletrônico passaram a ser realizadas via sistema, garantindo maior celeridade na tramitação dos feitos, pois quase sempre ocorriam atrasos na remessa e devolução dos processos físicos, uma vez que a execução dessa tarefa dependia de vários fatores/ações a exemplo de servidores autorizados, transporte, protocolo de controle de remessa e recebimento dos autos, etc.

No que tange à redistribuição de processos em razão do declínio de competência, bem como a remessa dos autos à instância superior para apreciação de recursos de apelação, o sistema interligado do TJBA em relação ao 1º como também ao 2º grau, permite a execução dessa tarefa em poucos minutos e sem custo adicional, dispensando-se o pagamento da taxa de porte e remessa e retorno, visto que a devolução ao juízo de origem também é realizada através do sistema.

Além disso, embora a lei determine que os atos processuais devam ser realizados nos dias úteis e em horário de expediente forense, não se pode negar que com um sistema funcionando ininterruptamente muitos atos processuais são praticados pelos advogados, magistrados e servidores, em horários distintos do funcionamento das unidades judiciais, inclusive em finais de semana e feriados, especialmente em razão da demanda excessiva, resultando em uma melhor prestação de serviço a população.

Observa-se que o quanto é benéfico um sistema que funciona em tempo integral, seja para os advogados que podem realizar o protocolo de petições em qualquer dia e horário sem a necessidade de deslocamento até a unidade judicial competente, seja para o magistrado que também pode despachar o processo de qualquer lugar, em qualquer dia ou horário, contribuindo com a tramitação mais célere dos feitos.

Em conclusão, verifica-se que, cumpre salientar que os casos em que os próprios advogados impulsionam o feito independentemente de despacho ou intimação para fazê-lo. Isso porque com o processo eletrônico existem muitos exemplos de andamento processual apenas por iniciativa das partes. Destacam-se os casos em que antes mesmo do despacho inicial a parte ré habilita-se no feito e apresenta contestação. Em seguida, a parte

autora também se manifesta por meio da réplica e, não sendo caso de produção de outras provas, o processo já se encontra, em tempo recorde, apto para julgamento antes mesmo do primeiro contato do magistrado com os autos.

Vários também são os casos de antecipação das manifestações das partes, independentemente de intimação, após o despacho judicial. Isso porque, caso seja do seu interesse, não faz sentido esperar uma intimação para cumprimento do quanto solicitado pelo Juízo. Logo, considerando o acesso aos autos eletrônicos em tempo integral, pode-se fazê-lo, voluntariamente, suprindo a intimação para esta finalidade e contribuindo para o andamento mais célere do feito. Na prática, atende-se ao disposto no artigo 6º do CPC que assim determina “Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”.

Diante do exposto, é clarividente que a implantação do Pje tem contribuído para maior celeridade processual, não apenas pelos exemplos acima expostos, mas devido também a outros aspectos aqui não abordados. Assim, independentemente de apresentar qualquer outro obstáculo que prejudique a prestação jurisdicional, no que tange à celeridade processual, conclui-se que são notáveis os avanços oriundos da implantação do PJE no TJBA.

Pje - Da efetividade na prestação jurisdicional

A efetividade na prestação jurisdicional está relacionada a diversos aspectos a exemplo da celeridade, economia e produtividade no que se refere à distribuição, processamento e julgamento dos processos. Assim, no que tange ao PJE, a sua efetividade está vinculada ao alcance de uma maior produtividade, de forma mais célere e com o emprego de menos recursos, por meio de um sistema capaz de satisfazer as necessidades dos seus usuários.

Não se pode negar que o uso das novidades tecnológicas tem contribuído para maior celeridade na tramitação dos feitos como já mencionado anteriormente, bem assim para o alcance da efetividade da prestação jurisdicional nos tribunais brasileiros. A implantação do Pje é um exemplo concreto dos avanços obtidos no que se refere à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados, ainda que o referido sistema necessite de aperfeiçoamento contínuo a fim de sanar as falhas e instabilidades cotidianas.

De acordo com Júnior e Oliveira (2022)

A causa central da celeridade e eficiência alcançadas com a implantação do processo eletrônico é a automatização de rotinas, pois essa inovação tecnológica permite a tramitação e o acesso aos autos e documentos a qualquer momento por meio eletrônico, com consequente diminuição de tempo. As atividades passíveis de automação são: viabilidade de petições, autuação de processos, vinculação de documentos, apuração de prazos, prática de intimações, consulta a processos, remessa dos autos para o arquivo ou outra unidade organizacional, preparação de relatórios sobre processos ativos e arquivados (JUNIOR; OLIVEIRA, 2022, p. 48).

No TJBA, desde a implantação por volta do ano de 2014, os números tem melhorado a cada ano indicando avanços significativos na prestação jurisdicional resultantes tanto do uso do PJe, como também de outras ações que contribuem no mesmo sentido. Podemos citar como exemplo a aumento significativo da quantidade de processos julgados, bem como do número de processos baixados, resultando, consequentemente, na redução da taxa de congestionamento das unidades judiciais, mesmo com o expressivo aumento dos casos novos. Portanto, pode-se dizer que atualmente se produz mais com menos recursos e mão de obra, como resultado da implantação do processo eletrônico e outras iniciativas que também colaboram com a melhoria da prestação jurisdicional.

Os dados extraídos do painel Justiça em Números do CNJ comprovam o crescimento de cerca de 42,5% no total de casos novos no TJBA entre os anos de 2020 (1.139.302 processos) e 2023 (1.623.779).

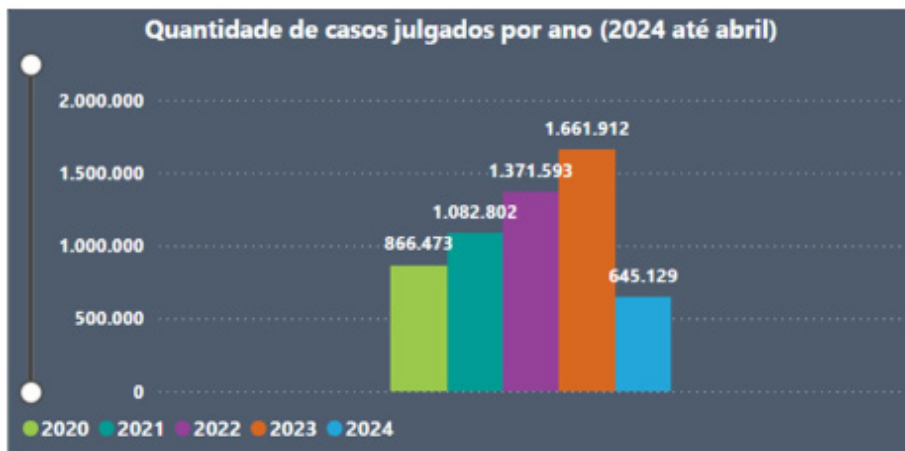
Gráfico 01: Quantidade de novos casos por ano (de 2024 até abril)



Fonte: Portal Justiça em números (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2024)

Contudo, em razão das ações implementadas pelo Tribunal visando melhorar a qualidade da prestação jurisdicional, houve aumento considerável do número de julgamentos no mesmo período, correspondente a um crescimento de 91,8%, visto que em 2020 foram julgados 866.473 processos, enquanto que em 2023 o quantitativo foi de 1.661.912, o que representa quase o dobro do total.

Gráfico 02: Quantidade de casos julgados por ano (2024 até abril)



Fonte: Portal Justiça em números (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2024)

Da mesma maneira também houve melhoria em relação ao quantitativo de feitos baixados/arquivados. Levando em consideração que em 2020 foram 977.642 baixas processuais, enquanto que em 2023 o total foi de 1.755.330, constata-se um aumento correspondente a cerca de 79,5% no mesmo período, resultando na redução do acervo das unidades judiciais.

Gráfico 03: Quantidade de casos baixados por ano (2024 até abril)

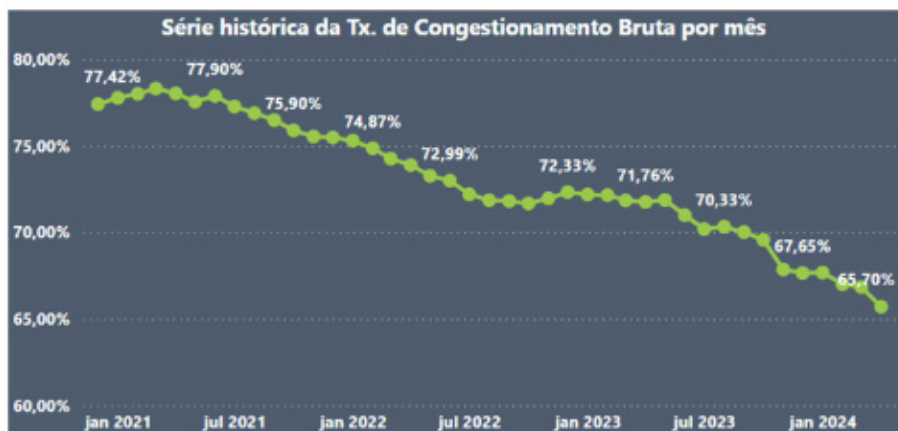


Fonte: Portal Justiça em números (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2024)

Ressalta-se que, com relação à baixa processual, foram milhares de processos baixados nos últimos anos com apenas dois ou três cliques no teclado do computador. Na época do processo físico, o arquivamento dos feitos demandava tempo, anotações, além do uso indispensável de materiais como caixas, armários, prateleiras, além de amplo espaço físico para armazená-los posteriormente. Tudo isso tornou-se desnecessário com o uso do PJe, restando comprovada a sua eficiência neste aspecto.

Acrescenta-se em relação aos dados extraídos do Portal Justiça em Números do CNJ que embora tenha crescido o número das entradas (novos processos) no TJBA, a maior produtividade das unidades judiciais resultou em um controle da taxa de congestionamento, com uma melhoria significativa do seu desempenho em razão da redução de 77,42% em dezembro de 2020 para 67,65% em dezembro de 2023.

Gráfico 04: Série histórica de taxa de congestionamento bruta por mês



Fonte: Portal Justiça em números (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2024)

Observa-se ainda que de acordo com dados extraídos do sistema exaudi houve um crescimento de 46% do total de processos julgados no primeiro quadrimestre deste ano (701.006 processos) em relação ao mesmo período do ano anterior (479.907 processos), conforme notícia publicada em 7 de maio de 2024 pelo TJBA. Ainda de acordo com a publicação, se comparados com os meses de janeiro a abril do ano de 2022 (443.868 processos), o crescimento supera 58%. Esse aumento considerável na produtividade é resultado de vários fatores que, direta ou indiretamente, propiciam um aumento na produtividade, como bem explicado pela Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, Presidente do TJBA, mas é clarividente que dentre eles deve-se incluir a implantação do PJe como sistema de distribuição e processamento dos feitos, conforme destacado pelo Secretário Pedro Vivas (Entrevista concedida por Pedro Vivas, Secretário do TJBA, publicada no site oficial do Tribunal de Justiça da Bahia em 07 de maio de 2024).

A implementação de procedimentos padronizados e o início da automatização em algumas rotinas dos sistemas de processos eletrônicos, como no PJe e no Projudi, surgem como soluções eficazes para reduzir o tempo gasto em tarefas administrativas repetitivas, permitindo que magistrados e servidores se concentrem em atividades mais complexas e que demandem mais tempo e competências (TJBA, 2024).

Observa-se que outro ponto a ser destacado acerca da tramitação dos feitos de forma eletrônica e a facilidade em relação a

extração e acompanhamento de dados, através de sistemas desenvolvidos para este fim, que contribuem para o processo de elaboração de relatórios e acompanhamento em tempo real dos números, indispensáveis a identificação de problemas a serem sanados, bem assim ao planejamento de ações visando a melhoria da prestação jurisdicional.

Face ao exposto, conclui-se que aliado a outros fatores, como a promoção de métodos adequados e alternativos de resolução de conflitos, capacitação contínua, adoção de tecnologias emergentes, etc., o PJe tem contribuído para melhoria contínua da eficiência operacional do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Das falhas e instabilidades do sistema PJe do TJBA

Celebra-se no corrente ano uma década do início da implantação do PJe no TJBA. Todavia, apenas em 2020, o referido sistema começou a ser implantado nas unidades criminais e somente em 2021 o processo de implantação foi concluído no 1º grau, atingindo 100% das unidades judiciais. Constata-se que não foi uma tarefa simples e fácil a substituição da tramitação dos processos em meio físico pelo meio eletrônico, principalmente devido à árdua tarefa de digitalização e migração para o novo sistema de todo o acervo das unidades judiciais, correspondente a milhares de processos, sem interrupção do trabalho cotidiano.

Ademais, observa-se que o processo eletrônico exige a posse e domínio de determinadas ferramentas, como computadores com as configurações adequadas, acesso à internet de qualidade, capacitação de pessoal, etc. Desse modo, assim como um carro necessita de combustível, um bom motorista, pneus em boas condições de uso, manutenção constante, dentre tantos outros itens necessários ao transporte eficiente, assim também é todo e qualquer sistema, visto que caso algum dos requisitos exigidos não seja atendido, certamente não irá cumprir com excelência o seu papel.

Por conseguinte, considerando todo processo de implantação e as dificuldades encontradas ao longo do percurso, os resultados mais satisfatórios oriundos da utilização do PJE apenas começam a surgir após a superação dessa etapa inicial e correção dos eventuais problemas previamente identificados, apontados muitas vezes como desvantagens do sistema, como, por exemplo, a lentidão na execução de tarefas e instabilidades resultantes de equipamentos precários ou internet deficiente.

Desse modo, algumas falhas constatadas são resultantes de problemas estruturais a exemplo de computadores defasados e internet de baixa qualidade, que prejudicam a execução das tarefas de forma mais célere. Além disso, muitos servidores, habituados com as atividades que executavam quando os processos tramitavam em meio físico, apresentaram dificuldades em trabalhar com o novo sistema, tudo isso comprometendo a eficácia da prestação jurisdicional. Além disso, não se descarta as dificuldades apresentadas por parte de alguns operadores do direito no sentido de lidar com as novas tecnologias, que também colaboraram para críticas ao PJe, quando na verdade o motivo do problema era um fator externo e não o sistema em si.

Feitas essas considerações, percebe-se algumas das razões das origens das falhas e instabilidades apresentadas pelo PJe, alvo de críticas de parte dos seus usuários (juízes, servidores, advogados e partes), que, inclusive, têm ameaçado a sua continuidade como sistema adotado pelo TJBA. São muitos os “memes” que surgiram nas redes sociais desde a implantação do Pje até os dias atuais em razão do funcionamento precário: PJe: Hoje é dia de Travar; PJe: Tudo certo e nada funcionando; E o PJe? nada; Avisa ao PJe que quem trava hoje é nós; PJE – Pesadelo Judicial Eletrônico, etc.

A prática cotidiana dos usuários do PJe do TJBA tem demonstrado que realmente são frequentes as instabilidades apresentadas pelo sistema, seja em razão de problemas locais ou de forma geral, resultantes muitas vezes de fatores externos, bem como do próprio processo de aperfeiçoamento, nos casos de implantação de novas funções ou correções, que, eventualmente, podem afetar, temporariamente, o perfeito funcionamento.

É importante esclarecer que toda e qualquer indisponibilidade é registrada em relatórios de interrupções, cabendo à parte, em caso de eventual prejuízo, solicitar a restituição do prazo perdido em razão de problema técnico. Desse modo, as partes jamais serão prejudicadas em razão de instabilidade no sistema PJe, uma vez que o prazo poderá ser restituído pelo juízo competente ou tribunal, seja de ofício ou a pedido, na situação acima descrita.

Em conclusão, verifica-se que, conclui-se que são muitas as vantagens oferecidas pelo PJe que contribuem no sentido de garantir aos jurisdicionados do TJBA uma justiça mais célere e eficiente com a tramitação dos processos de forma 100% (cem por cento) eletrônica, apesar da necessidade contínua aperfeiçoamento do sistema visando o seu regular funcionamento.

Conclusão

É forçoso reconhecer que o advento do Processo Judicial Eletrônico - PJe é uma alternativa viável no que se refere a tentativa dos tribunais brasileiros de oferecer aos operadores do direito e a sociedade em geral uma prestação jurisdicional mais justa, célere e eficiente, por meio das novas tecnologias disponíveis.

As facilidades proporcionadas pelo sistema no que diz respeito ao protocolo de petições e consultas processuais em qualquer dia e horário, economia de material, do espaço físico e da mão de obra forense, celeridade na distribuição, cumprimento e devolução de cartas precatórias, realização de citações e intimações via sistema, dentre tantas outras vantagens, contribuem para superação da morosidade processual que ainda persiste na justiça pátria, sobrepondo-se a eventuais pontos negativos.

Ressalta-se que o processo de implantação do sistema PJe no TJBA iniciou-se por volta do ano de 2014, mas diante das dificuldades encontradas (substituição de computadores, melhoria da qualidade da internet, digitalização e migração dos processos físicos para o novo sistema, capacitação dos servidores, etc.), apenas em 2021 atingiu 100% das unidades do 1º grau. Dessa forma, os resultados oriundos da substituição da tramitação dos feitos em meio físico pelo meio eletrônico passaram a ser mais significativos principalmente nestes últimos anos, depois de concluída a implantação.

Os dados estatísticos extraídos do Portal Justiça em Números do CNJ citados anteriormente demonstram que o PJe, aliado a outros fatores, tem contribuído significativamente para melhoria da produtividade das unidades judiciais, resultando no aumento expressivo do quantitativo de processos julgados e baixados, mesmo diante do crescimento dos casos novos, favorecendo o controle da taxa de congestionamento e a redução do acervo processual.

Ademais, considerando que o sistema ainda encontra-se em processo de aperfeiçoamento, é importante registrar que muitas vezes as falhas e instabilidades que o PJe apresenta são oriundas de uma estrutura deficiente de equipamentos, internet, suporte técnico, quadro de pessoal, dentre outros, e não do sistema em si, o qual tem funcionado em melhor qualidade em outros tribunais.

Face ao exposto, em que pese à celeridade e efetividade da prestação jurisdicional plena ainda ser algo distante diante dos inúmeros desafios a

serem superados diariamente, não se pode negar os avanços oriundos da implantação do PJe, sobretudo no que se refere à celeridade e efetividade no trâmite processual, resultaram na melhoria da qualidade da prestação jurisdicional do tribunal baiano.

Referências

ABRÃO, Carlos Henrique. **Processo Eletrônico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico: A informatização Judicial no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Estatística do Poder Judiciário**. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/> Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: [https:// 2018/2015/lei/l13105.htm](https://2018/2015/lei/l13105.htm) Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://> Acesso em: 01 jul. 2024.

FOLLE, Ana Júlia Cecconello. SCHELEDER, Adriana Fasolo Pilati. **As Novas Tecnologias e a Uniformização do Processo Eletrônico: Vantagem e Desvantagens**. Publica Direito. Disponível em: Acesso em: 28 jun. 2023.

JÚNIOR, José Ribamar Mendes; OLIVEIRA, Tarsis Barreto. **Eficácia e celeridade da prestação jurisdicional por meio do processo eletrônico**. Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado de Goiás, Goiânia, ano XXIV, n. 43, p. 35-44, jan./jun. 2022.

O CAOS NO PJE DO TJ-BA: **Juizes da Bahia protestam contra falhas em sistema eletrônico; ‘fruto de má gestão’, aponta AMAB**. JuriNews. 10/03/2023. Disponível em: <https://jurinews.com.br/ba/caos-no-pje-do-tj-ba-juizes-da-bahia-protestam-contr-falhas-em-sistema-eletronico-fruto-de-ma-gestao-aponta-amab/> Acesso em: 28 jun. 2023.

PAPA, Tereza Fernanda Martuscello. **Vantagens e desvantagens do processo eletrônico**.

Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3961, 6

mai. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28122/vantagens-e-desvantagens-do-processo-eletronico> Acesso em: 2 jul. 2023.

PJe é instalado no Tribunal de Justiça da Bahia. Revista Consultor Jurídico, 13 de abril de 2014, 16h19. Disponível em <https://eletronico-instalado-tribunal-justica-bahia> Acesso em: 28 jun. 2023.

PJe TOTAL: PJBA finaliza a implantação do Sistema PJe em todas as unidades do 1º Grau. TJBA, 3 de set. de 2021. Disponível em: <https://total-pjba-finaliza-a-implantacao-do-sistema-pje-em-todas-as-unidades-do-1o-grau/#:~:text=A%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20total%20no%201%C2%BA,da%20UNICORP%20nos%20treinamentos%20de> Acesso em: 02 jul. 2024.

Portal justiça em números. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, abr. de 2024. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

TJBA aumenta o número de processos julgados em 46% comparado com o mesmo período de 2023. TJBA, 7 de maio de 2024. Disponível em: <https://comparado-com-o-mesmo-periodo-de-2023/#:~:text=per%C3%ADodo%20de%202023-,TJBA%20aumenta%20o%20n%C3%BAmero%20de%20processos%20julgados%20em%2046%25%20comparado,o%20mesmo%20per%C3%ADodo%20de%202023&text=O%20total%20dos%20processos%20julgados,mesmo%20per%C3%ADodo%20do%20ano%20passado>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SOBRE OS ORGANIZADORES



Amós Alves Santos - Advogado e Professor universitários. Doutor em Ciências Jurídicas pela Vení Creator Christian University, PHD em Direito pela Christian Business Schol. Mestre em Teologia, Gestão e Ética. Especialista em Direito Civil, Direito Educacional, Didática do Ensino Superior. Possui Graduação em Pedagogia pela Faculdade do Sertão. Graduação em Direito pelo Instituto de Educação

Superior Unyahna de Salvador – IESUS. Graduação em Administração pela FAI-Faculdade Alto Iguaçu e Graduação em Teologia pela Faculdade de Teologia de Boa Vista. Foi diretor da Faculdade de Ciência, Tecnologia da Bahia-FACITE. Advogado, assessor e professor da Faculdade Regional do Jacuípe. Professor e consultor educacional da Faculdade de Informática de Ouro Preto do Oeste e Faculdade do Amazonas-FAM. Foi professor e consultor da Faculdade de Educação de Patos de Minas. Foi professor e coordenador do NPJ-Núcleo de Prática Jurídico e atualmente é assessor jurídico da Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe. Tem experiência nas áreas de Gestão de Instituição de Ensino Superior, gestão de projetos educacionais e direito educacional, na área de ensino, tem experiência com disciplinas de Direito, Filosofia, Ética, capacitação e treinamento pedagógico, aperfeiçoamento e capacitação profissional.



Antonio Zacarias Batista de Oliveira - Mestre em Economia pelo Nucleo de Pós-graduação em Economia (NUPEC) Universidade Federal de Sergipe, especialista em Finanças Corporativas pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - Faveni, bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana, com período sanduíche na Université de Rennes II (França).

Licenciado em Matemática pela Faculdade IBRA de Brasília. É professor e coordenador dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe - FARJ



Elaine de Araújo Carneiro - Licenciada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas - e Licenciada em Pedagogia. Mestre em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Docente, Coordenadora Pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia e do Núcleo de Pesquisa e Extensão da Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe (FARJ)

Resultado de um compromisso profundo com a pesquisa, a docência e o território, *Estudos Interdisciplinares: contribuições acadêmicas para o ensino superior no Sertão da Bahia* reúne reflexões e investigações que dialogam diretamente com os desafios e as potências da realidade sertaneja. Mais do que uma coletânea de capítulos, a obra materializa um projeto coletivo que entende o conhecimento como prática social, capaz de ultrapassar os muros da universidade e alcançar a vida concreta da comunidade. Organizado a partir de uma perspectiva genuinamente interdisciplinar, o livro articula três eixos fundamentais, ou seja, Educação, Saúde e Acolhimento, e Gestão, Desenvolvimento e Direito, reconhecendo que os problemas e as soluções do Sertão não se apresentam de forma fragmentada. Educação aparece como motor da transformação social; a saúde, especialmente a saúde mental, como expressão da complexidade humana; e a gestão, o desenvolvimento e o direito como estruturas indispensáveis para um futuro sustentável e justo. Com rigor acadêmico e sensibilidade social, os autores abordam temas que vão da inovação pedagógica ao cuidado em saúde, do empreendedorismo à justiça digital, sempre ancorados na realidade regional. A obra convida leitores, docentes, estudantes, gestores, profissionais e cidadãos a refletirem, dialogarem e atuarem na construção de um Sertão da Bahia mais próspero, humano e comprometido com o bem comum. Este livro é, acima de tudo, um gesto de responsabilidade acadêmica e de afeto pelo território: conhecimento que nasce no Sertão, pensa o Sertão e se coloca a serviço do Sertão.

